



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
Rua Esteves Júnior, nº 160 – Centro.
Florianópolis/SC – CEP: 88015-130
Telefone: (48) 3664-8739 / 3664-8740
Site: www.compraslicitacoes.saude.sc.gov.br
Email: compradireta@saude.sc.gov.br

COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 36/2024
PROCESSO SES 127261/2023

A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) solicita, por meio do presente, que as pessoas físicas ou jurídicas interessadas encaminhem propostas de preços, conforme as condições estabelecidas nesta cotação de preços de compra direta para aquisição na modalidade dispensa de licitação pelo critério de **MENOR PREÇO por LOTE**.

OBJETO: Contratação de serviços de Análises Clínicas (coleta e execução de exames), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para a Unidade HRSJ, ICSC e HST. Segundo especificações constantes do Anexo II.

ENTREGA DE PROPOSTA: até as 10 horas do dia 30/01/2024.

1.1 – Cadastro simplificado:

1.1.1 – A empresa interessada em participar, realizará um cadastro simplificado no portal <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>. Clicando na opção “Não tenho cadastro”.

1.1.2 – A interessada em se cadastrar poderá seguir as instruções no tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: https://youtu.be/MtILX39_ryg

2 – PROPOSTA ELETRÔNICA

2.1 – A PROPOSTA deverá ser **cadastrada exclusivamente em sistema**, até o prazo estipulado no portal eletrônico. Link para acesso e cadastro da proposta: <https://cotacao.licitacao.sc.gov.br>.

2.1.1 – A critério da Administração o prazo para recebimento de propostas, poderá ser prorrogado.

2.1.2 – As empresas interessadas em cadastrar propostas, poderão seguir o tutorial desenvolvido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos da Secretaria de Estado da Administração, por meio do link: <https://youtu.be/8JL8ggAR0Rs>

2.1.3 – Na data limite de cadastro de propostas, todos participantes deverão permanecer online para a negociação.

2.1.4 – Proposta readequada:

2.1.4.1 – Quando solicitado pelo agente de contratação direta, **todos os participantes deverão anexar suas propostas readequadas** de acordo com o último lance registrado, em campo específico do sistema e no prazo estipulado.

2.2 – Critérios de Aceitabilidade da Proposta:

2.2.1 – A PROPOSTA não poderá ter emendas, rasuras ou entrelinhas; deve estar datada, conter nome ou razão social, CNPJ ou CPF, endereço completo, telefone e e-mail e **deve estar assinada pelo representante legal da empresa**;

2.2.2 – A PROPOSTA deverá ter validade não inferior a 60 (sessenta) dias;

2.3 A PROPOSTA deverá conter o descritivo completo do item cotado, apresentando para este:

2.3.1 Descrição do objeto, conforme a especificação dos serviços descrita nos Anexos I, II e III, referentes às relações de exames de análises clínicas prescritos nas unidades HRHMG, IC e HST, respectivamente, os quais constam tabela, código, descrição, número de exames/mês e número de exames/ano. Deve constar o valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente, endereço físico, endereço eletrônico e telefone de contato, data de emissão e validade, nome completo e identificação do responsável;

2.3.2 Da amostra (art. 41, II, da Lei n.º 14.133/2021): Não será necessário amostra.

2.3.3 Da garantia dos itens: Não haverá exigência de garantia.

2.3.4 Da garantia de proposta (art. 58, da Lei n.º 14.133/2021): Não haverá exigência de garantia.

2.4 – Documentos de qualificação técnica (art. 18, inc. IX, da Lei 14.133/2021):

2.4.1 As empresas deverão apresentar os documentos vigentes referentes aos subitens 7.4.1 ao 7.4.7., para fins de **habilitação** quanto aos requisitos mínimos de qualificação de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e suas normatizações e regulamentações para a participação do certame licitatório:

2.4.2 Registro de no mínimo, um Responsável Técnico, legalmente habilitado no respectivo Conselho Regional de Classe;

2.4.3 Médico, biomédico, farmacêutico-bioquímico inscritos nos Conselhos Regionais de Classe, CRM, CRBio e CRF, respectivamente, poderão exercer a Responsabilidade Técnica de Laboratórios de Análises Clínicas;

2.4.4 O laboratório clínico e o posto de coleta laboratorial devem dispor de um profissional legalmente habilitado como Responsável Técnico que poderá assumir perante a vigilância sanitária, a Responsabilidade Técnica de no máximo 02 (dois) laboratórios clínicos ou 02 (dois) postos de coleta laboratoriais ou 01 (um) laboratório clínico e 01 (um) posto de coleta laboratorial (RDC/ANVISA nº 302/2005);

2.4.5 No caso de impedimento do Responsável Técnico, o laboratório clínico ou o posto de coleta laboratorial contarão com um profissional legalmente habilitado para substituí-lo;

2.4.6 Responsável Técnico no quadro da empresa: em regime de CLT (cópia da Carteira de Trabalho) ou sócio (contrato social ou instrumento jurídico equivalente) ou contrato de prestação de serviços;

2.4.7 Registro e Inscrição do Responsável Técnico (item 7.4.4. e 7.4.5) e da empresa, junto ao Conselho Regional de Classe competente pela fiscalização do exercício da profissão regulamentada;

2.4.8 Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado a fim de demonstrar aptidão de atividade anterior, comprovando ter prestado serviços à população nas atividades de laboratório de análises clínicas em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS), compatível por pelo menos 50% do quantitativo total a ser licitado e abranger pelo menos metade do total da relação nominal dos exames descritos no presente edital, num período de pelo menos 180 dias.

2.4.9 A empresa vencedora deverá apresentar no momento da convocação para a **assinatura do contrato** os seguintes documentos vigentes de **qualificação** técnica para o exercício da profissão no Estado de Santa Catarina:

2.4.10 Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES com as informações atualizadas;

2.4.11 Alvará de Licença Sanitária expedido pelo Órgão de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal;

2.4.12 O Protocolo de renovação do Alvará de Licença Sanitária poderá ser apresentado no caso de expiração da vigência do Alvará, desde que solicitado anteriormente à vigência do mesmo, a fim de comprovar o funcionamento regular da empresa;

2.4.13 Certificado de Regularidade técnica vigente, expedido pelo Órgão de Classe, no qual o laboratório está inscrito;

2.4.14 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes da empresa CONTRATADA;

2.4.15 O detalhamento dos processos de análises clínicas em cada área técnica (Bioquímica, Uroanálise, Imunologia, Hormônios, Hematologia, Microbiologia e Micologia), identificando os equipamentos/metodologia de análise, local de processamento e processo de controle de qualidade utilizados, poderá ser apresentado até o momento da instalação da Unidade Laboratorial nas dependências da unidade hospitalar, e, a necessidade de eventuais substituições, serão previamente analisadas pela comissão de acompanhamento do contrato;

2.4.16 As exigências previstas no item 7.4 do presente Termo de Referência referem-se à Regulamentação Técnica para o funcionamento de Laboratório Clínico, com o objetivo da prestação de serviços às unidades hospitalares, em conformidade com as Resoluções da ANVISA, RDC 302, de 13 de outubro de 2005; RDC 222, de 28 de março de 2018; e, RDC 50, de 21 de fevereiro de 2002.

3 – PARÂMETROS DA AQUISIÇÃO:

3.1 Do tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014) e art. 4º da Lei nº 14.133/2021:

3.1.1 Não aplicável nas compras diretas, conforme disposto no art 49º, IV, da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014).

3.2 Necessidade de vistoria prévia (visita técnica):

3.2.1 Local da vistoria:

- **Hospital Regional Dr. Homero de Miranda Gomes (HRHMG)**

Endereço: Adolfo Donato da Silva, S/N, Praia Comprida, São José, SC, CEP 88013-901 E-mail: hrsj@saude.sc.gov.br ou geradhrs@saude.sc.gov.br

Agendar com fiscal do contrato - Fone: (48) 3664-9621

- **Instituto de Cardiologia**

Endereço: Adolfo Donato da Silva, S/N, Praia Comprida, São José, SC, CEP 88013-901 E-mail: icsc@saude.sc.gov.br ou direcaoicsc@saude.sc.gov.br

Agendar com fiscal do contrato - Fone: (48) 3664-3007 / 3664-3091

- **Hospital Santa Teresa**

Endereço: Antônio José Raulino, s/n, Bairro Santa Tereza, São Pedro de Alcântara, SC, CEP 88125-000

E-mail: hst@saude.sc.gov.br ou geradhst@saude.sc.gov.br Agendar com fiscal do contrato - Fone: (48) 3664-3717 / 3664-3712

3.3 Período para vistoria: a data de publicação deste edital até a data anterior à marcada para abertura.

3.3.1 Declaração emitida pela licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento. A realização da vistoria (visita técnica) não se consubstancia em condição para a participação na Contratação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas, devendo a licitante neste caso, apresentar a Declaração para opção de não-realização de vistoria e, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com esta Secretaria. Os modelos de atestado de vistoria e modelo de declaração de não-realização de vistoria encontram-se no Anexo IV e V.

3.4 Participação de consórcios (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021): Não será admitida a participação de consórcios. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso dos objetos sob exame. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantagem buscada pela Administração.

3.5 Subcontratação: Não será admitida.

3.6 Do agrupamento de itens em lotes: A licitação será por **LOTE**.

3.7 Justificativa do agrupamento de itens em lotes: Os exames de análises clínicas foram agrupados em um lote pois não há possibilidade de parcelamento da contratação visto a especificidade dos serviços de análises clínicas e a particularidade das unidades hospitalares, Hospital Regional Dr. Homero de Miranda Gomes (HRH-MG), Instituto de Cardiologia (IC) e Hospital Santa Teresa (HST), sendo que a empresa ganhadora deverá prestar os serviços para as referidas unidades, considerando a: a) proximidade entre as unidades HRHMG, IC, HST, b) ausência de área física para a instalação do laboratório nas dependências do HST e IC, c) necessidade de liberação de resultados de exames de emergência e urgência a curto prazo 30 (trinta) minutos a 1 (uma) hora).

4. Da Habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

4.1 Habilitação Jurídica

4.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

4.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.1.5 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.1.6 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

4.1.7 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instru-

ção Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

4.1.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

4.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

4.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

4.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII- A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

4.2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.2.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

4.3 Qualificação econômico-financeira (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):

4.3.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

4.3.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

4.3.3 Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

4.3.4 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de. % [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

4.3.5 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

4.3.6 O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

4.3.7 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante decla-

ração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

5. DA OBRIGAÇÕES

5.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

5.2 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

5.3 Obrigações específicas da contratada:

Obriga-se a empresa:

5.3.1 Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;

5.3.2 Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

5.3.3 Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento dos serviços objeto do edital;

5.3.4 Reparar, corrigir, substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objetos do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, de emprego de material ou equipamentos inadequados;

5.3.5 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega dos serviços;

5.3.6 Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

5.3.7 A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas normatizações e regulamentações;

5.3.8 Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

5.3.9 A estender aos contratos objeto, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;

5.3.10 Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

5.3.11 A CONTRATADA será a responsável por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

5.3.12 A SES poderá exigir os documentos referentes aos empregados da CONTRATADA. Estes documentos estão relacionados abaixo e devem estar disponíveis para apresentação a qualquer momento:

- a Contrato de Trabalho de seus empregados;
- b Contrato de prestação de serviços, quando for o caso;
- c Registro da carteira de trabalho de empregados;
- d Controle de horas;
- e Regulamento interno;
- f Convenção, acordo ou sentença normativa;
- g Certificado de regularidade do FGTS;
- h GFIP;
- i Folha de pagamento;
- j Certidão negativa de débitos previdenciários (CND);
- k Documentos pertinentes à contribuição previdenciária;
- l Documentos pertinentes à segurança e saúde do trabalho;
- m Comunicado de acidente do trabalho (CAT), entre outros;
- n Documentação do Sistema de Gestão da Qualidade (comprovação de treinamentos, plano de manutenção preventiva e outros).

5.3.13 Mesmo não sendo a fabricante responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenti-

cidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

5.3.14 Não se estabelecerá qualquer relação jurídica entre os empregados da CONTRATADA e a Secretaria de Estado da Saúde. A contratada será a responsável única e direta perante o empregado que contrata para execução do objeto, exercendo a prerrogativa de dirigi-los e ao ônus de remunerá-los de acordo com as disposições trabalhistas, previdenciárias e tributárias vigentes;

5.3.15 A recusa, demora ou qualquer reclamação no atendimento, independente das sanções cabíveis, permitirá que a SES confie a outrem, a execução dos serviços reclamados e não executados, descontando o seu custo uma única vez, no pagamento subsequente, sem que a CONTRATADA possa impugnar o seu valor;

5.3.16 A CONTRATADA, representada por sua direção ou preposto, deve participar sempre que convocada, das reuniões técnicas do corpo clínico e da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) da(s) Unidade(s) da SES, a fim de auxiliar nas ações relacionadas a infecção hospitalar, sem quaisquer ônus à SES;

5.3.17 Informar a escala de funcionários que realizarão os exames no período noturno, finais de semana e feriados a(s) Unidade(s) da SES, durante a vigência do contrato;

5.3.18 Responsabilizar-se pelo controle da frequência e pontualidade de seus empregados;

5.3.19 Manter contingente laborativo suficiente para executar os serviços, sem interrupção por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve ou demissão de empregados, sendo necessário substituições de profissionais em prazo hábil, resguardando-se de incolumidade, continuidade e pontualidade dos serviços, além de risco à segurança do trabalhador, no prazo estabelecido pelo Fiscal do Contrato;

5.3.20 Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, alimentação e transporte, apresentando mensalmente a comprovação do recolhimento do GFIP (FGTS e INSS) referente à força de trabalho empregada na prestação dos serviços, com o objetivo de liberação pagamentos das faturas apresentadas ao CONTRATANTE para liquidação;

5.3.21 Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e ao pagamento de salário no prazo da legal;

5.3.22 Fornecer aos seus profissionais até o último dia útil do mês anterior, de documentos de legitimação previstos no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) para aquisição de gêneros alimentícios ou refeição, garantida a opção de escolha ao empregado e de vale transporte que corresponda às despesas de locomoção do profissional para o local da prestação do serviço (Dec. Fed. nº 95.247/87, Lei nº 7.418/85, Lei nº 7.619/87). A CONTRATADA assumirá todos os encargos de eventuais demandas trabalhistas, cível ou penal relacionados aos serviços, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

5.3.23 Encaminhar o profissional que sofrer acidente de trabalho ou aquele que necessitar de atendimento médico em tempo hábil e comunicar a ocorrência ao Fiscal do Contrato;

5.3.24 Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, licenças, Conselhos Regionais, outros Órgãos públicos Municipais, Estaduais ou Federais necessários e, certidões solicitadas;

5.3.25 A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços;

5.3.26 Providenciar a correção das deficiências na execução dos serviços contratados apontadas pela SES;

5.3.27 A CONTRATADA, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência;

5.3.28 A CONTRATADA se responsabilizará pela idoneidade e pelo comportamento de seus profissionais, prepostos ou subordinados, e, ainda, arcará com o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que seja causado direta ou indiretamente ao patrimônio da Secretaria de Estado da Saúde ou a terceiros pela execução dos serviços prestados;

5.3.29 Ser responsável pelo dano ou prejuízo decorrente do uso inadequado ou falta de zelo por seus funcionários, dos utensílios, materiais e equipamentos de propriedade da SES, devendo a CONTRATADA comunicar à SES por escrito, toda e qualquer ocorrência de acidentes durante a execução do contrato e ressarcir o prejuízo causado;

5.3.30 Instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;

5.3.31 A CONTRATADA apresentará ao Fiscal do Contrato sempre quando solicitado, a relação nomi-

nal acompanhada dos endereços residencial e profissional atualizada e Atestado de Sanidade Física e Mental, obedecendo aos períodos legalmente previstos, dos profissionais que prestarão os serviços, comunicando qualquer alteração ocorrida;

5.3.32 A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais, cujas reclamações atinentes a quaisquer aspectos da execução contratual se obriga prontamente a atender;

5.3.33 A CONTRATADA e seus subordinados deverão atender com presteza as solicitações/reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando a sua imediata correção sem ônus para a SES;

5.3.34 Manter permanentemente de validade da documentação: Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômico-Financeira da empresa;

5.3.35 A CONTRATADA preservará a SES/SC, mantendo-a salvo de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação;

5.3.36 A CONTRATADA não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da SES/SC;

5.3.37 A CONTRATADA indicará um responsável pelo gerenciamento dos serviços, autorizado a tratar com o CONTRATANTE a respeito de todos os aspectos que envolvam a execução do contrato;

5.3.38 A CONTRATADA emitirá nota fiscal onde constará o nome do exame e respectivo código relacionado com a Tabela de Referência SIGTAP/SUS, Tabela CBHPM e/ou Tabela Própria SES, número de exames realizados e entregará na unidade hospitalar solicitante, conforme a relação mensal de exames realizados, disponibilizada no SGS-Hospitalar;

5.3.39 Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

5.3.40 Realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/> início) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital:

https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/).

5.4 Obrigações específicas da contratante:

Obriga-se a Administração/Contratante:

5.4.1 Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos serviços entregues;

5.4.2 A CONTRATANTE/SES pagará a CONTRATADA pela execução dos serviços prestados nos termos e prazos contratualmente previstos, após atestados pelo Fiscal do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato de acordo com a norma de contratação;

5.4.3 Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

5.4.4 Os serviços executados pela CONTRATADA serão fiscalizados diretamente pelo Gestor e representante designado pela Administração da Unidade Hospitalar (Fiscal de Contrato), o qual acompanhará e fiscalizará o cumprimento dos dispositivos do Contrato. A Comissão de Serviços de Análises Clínicas da SES atuará junto a fiscalização, desde o início dos trabalhos, com interesse exclusivo da SES, participando de todos os atos que se fizerem necessários para garantir a execução dos serviços contratados, podendo ser realizadas diligências e auditorias;

5.4.5 Visita da Comissão de Serviços de Análises Clínicas nos Laboratórios para comprovação da compatibilidade de parque de equipamentos e do corpo técnico qualificado para prestar os serviços de análises clínicas às unidades hospitalares;

5.4.6 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

5.4.7 Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.4.8 Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

5.4.9 A CONTRATANTE deverá assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, ao local de trabalho;

5.4.10 A CONTRATANTE/SES deverá prestar as informações e os esclarecimentos que forem solicita-

dos pela CONTRATADA;

5.5 Da transição e Continuidade dos Serviços:

5.5.1 A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de instalação do laboratório nas dependências da unidade hospitalar para a aprovação do gestor e do fiscal de contrato da CONTRATANTE na ocasião da assinatura do contrato, incluindo as ações referentes à segurança física e lógica, bem como os recursos humanos frente a ocorrência de contingências que possam afetar a continuidade dos serviços;

5.5.2 CONTRATADA deve estar apta para iniciar as suas atividades no máximo em 30 (trinta.) dias após a assinatura do contrato, na data definida pela CONTRATANTE, de acordo com o encerramento do contrato com o atual prestador de serviços;

5.5.3 Os serviços pagos a cada contratado devem corresponder ao projetado no plano de transição aprovado, evitando o pagamento ao contratado anterior por serviços já encerrados e transferidos;

5.5.4 As responsabilidades da nova CONTRATADA devem ser definidas na fase de encerramento do contrato anterior, evitando a alegação de dificuldades para a prestação dos serviços e cumprimento do novo contrato.

5.6 CONDIÇÕES GERAIS

5.6.1 Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à licitação, bem como, as condições estabelecidas no Edital e Anexos;

5.6.2 No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a empresa vencedora possa impugnar o seu valor;

5.6.3 A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições do Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral;

5.6.4 O Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e suas normatizações e regulamentações e pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009;

5.6.5 Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do Contrato.

6 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Ao gestor do contrato caberá:

SOLICITANTE	MATRÍCULA	GESTOR	TELEFONE/ EMAIL
HRHMG	375618-1-03	Daywson Pauli Koerich	48-3664-9700/hrs@saude.sc.gov.br
IC	671389-0-02	Paulo Carlos Brentano Junior	48-3664-3000/icsc@saude.sc.gov.br
HST	0243123-8-01	José Augusto da Silva Velho	48-3664-3717/hst@saude.sc.gov.br

a) Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;

b) Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços foi ou está sendo cumprida integral ou parcialmente;

c) Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;

d) Comunicar à DLIC, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios determinados por Lei com a contratada;

e) Acompanhar junto ao Fiscal do Contrato o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;

f) Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à Autoridade Competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra, prestação de serviço ou em relação a terceiros;

g) Encaminhar à Autoridade Competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-

financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;

h) Comunicar a DPGC a necessidade de abertura de nova licitação à área competente, antes de findo a vigência dos contratos de prestação de serviços com antecedência mínima de 160 (cento e sessenta) dias antes do término;

i) Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;

j) Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder o previsto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e alterações;

k) Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral por esta Secretaria de Estado da Saúde;

l) Alimentar os sistemas informatizados do Governo com as informações pertinentes, responsabilizando-se por tais dados, inclusive sempre quando solicitadas;

m) Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir, nos termos da Lei;

n) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;

o) Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir;

p) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos, tais como: área de instalação do canteiro de obras, local para escritório da empresa, outras instalações etc.;

q) Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

r) Acompanhar o saldo contratual/registro de preços.

t) A forma de comunicação entre gestor e fornecedor se dará, principalmente, por email e telefone (item 13.3.).

6. Ao fiscal do contrato caberá:

SOLICITANTE	MATRÍCULA	GESTOR	TELEFONE/EMAIL
HRHMG	673371019	Jessyka Zanella Costa	48-3664-9621/geradhrsj@saude.sc.gov.br
IC	673540-1-01	Vinícius Valdir Galdino	48-3664-3000/ icscsaude.sc.gov.br
HST	0255322-8-01	Rogério José Koerich	48-3664-3717/geradhst@saude.sc.gov.br

a Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação;

b Possuir cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação;

c Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto da administração contratante quanto da contratada;

d Buscar autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização, comunicando o Gestor do Contrato sobre suas necessidades;

e Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (Art. 118 e suas alterações na Lei nº 14.133/2021) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;

- f Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas e etc.;
- g Comunicar ao Gestor do Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- h Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- i Impedir que empresas subcontratadas venham a executar serviços e/ou efetuar a entrega de material quando não expressamente autorizadas para tal, salvo, nos casos em que haja previsão contratual;
- j Comunicar por escrito a empresa e o Gestor do Contrato qualquer falta cometida pela empresa;
- k Zelar para que os valores a serem pagos nos contratos de prestação de serviços por tarefas não ultrapassem os créditos correspondentes;
- l Fiscalizar os pagamentos efetuados. Não pode o fiscal se descuidar dos valores que deverão ser pagos, sem, no entanto, perceber os créditos destinados para tal tarefa;
- m Ler atentamente o Termo de Contrato, especialmente as ocorrências relacionadas a sua execução;
- n Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
- o Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;
- p Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);
- q Notificar a Contratada em qualquer ocorrência que esteja em descumprimento com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Não sendo possível a solução das ocorrências que deram origem as Notificações, o Fiscal deverá encaminhar o caso à DLIC, para providenciar as penalidades cabíveis;
- r Anotar, em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;
- s Receber e encaminhar imediatamente as Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestadas ao Gestor do Contrato, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado;
- t Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;
- u Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;
- v Receber, em se tratando de obras e serviços de engenharia, provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- w Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas.
- x A forma de comunicação entre fiscal e fornecedor se dará, principalmente, por email e telefone (item 13.3.).

7. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 – As despesas referentes à execução deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza da Despesa	Fonte
48091	5429	33.90.39.50	1.500.100.000

8 – ANÁLISE DE RISCOS E MAPA DE RISCOS (Art. 18, inc. X, Lei 14.133/2021 e Art. 4º, inc. III, do Decreto Estadual nº 47/2023)

8.1 – O documento em elaboração pela SES. Utiliza-se o modelo de Gestão de Riscos da SEA, constante nos autos.

9. – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 – A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento por intermédio do Banco do Brasil em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas nesta cotação;

9.1.1 - Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

9.1.2 - O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos realizados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil, conforme art. 9º § 4º do Decreto Estadual 1073/2017;

9.2 - A empresa deverá mencionar na respectiva Nota Fiscal/Fatura, as informações sobre o produto, tais como: a MARCA sob o qual o mesmo é comercializado, Fabricante, Apresentação, País de Origem, o número Certificado de Registro do Produto junto ao Ministério da Saúde, o número do lote e o prazo de validade do produto. Além de mencionar o número do Contrato, o número da cotação, do Processo SES e da Autorização de Fornecimento/Ordem de Fornecimento;

9.3 - Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta-corrente com dígito.

9.4 - Da aplicação do Decreto n.º 129/SC/2023 I

I – De acordo com o Decreto n.º 129, de 10 de maio de 2023, os órgãos da Administração Pública Estadual Direta, os fundos, as autarquias e as fundações públicas do Estado de Santa Catarina, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

I.1 - As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

I.2 - Não se sujeitam à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados nas hipóteses estabelecidas no art.4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

I.3 - Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da data estabelecida no caput do art. 1º deste Decreto, emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

I.4 – Os documentos de cobrança em desacordo com o previsto não serão aceitos para fins de liquidação de despesa.

10 – DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 - A participação na presente cotação de preços implica na aceitação integral e irretratável de todas as condições exigidas nesta cotação e dos documentos anexos que dele fazem parte, bem como na observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor;

10.2 - A empresa ganhadora fica obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) no quantitativo estimado (artigo 125, da Lei de Licitações);

10.3 - Na apreciação das propostas poderão ser solicitadas informações complementares, amostras e/ou prospectos, a fim de obter maiores informações sobre o produto e/ou serviço ofertado, o que deverá ser providenciado no prazo estabelecido pela Gerência solicitante, sob pena de desclassificação;

10.4 - Os orçamentos que compõem este processo poderão ser utilizados para aquisição dos itens caso haja vantagem para a SES, interesse da empresa cotadora e atendimento aos requisitos solicitados nesta cotação.

10.5 - O resultado desta cotação de preços será disponibilizado para acompanhamento nos sites:

<https://portaldecompras.sc.gov.br/>

<http://edital.saude.sc.gov.br/>

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>

11. – PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

11.1 As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

I – declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

II – comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

III – comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

IV – declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

12 – DO FORO

12.1. Para dirimir questões decorrentes deste Contrato fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, com renúncia expressa a qualquer outro.

13 – PENALIDADES E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

13.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

13.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

13.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 13.1.1 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 13.1.1 a 13.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

13.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica, em hipótese alguma, excluem a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou

estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

13.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13.11. As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro de Penalidades Administrativas aplicadas a fornecedores por órgãos e entidades pertencentes ao Poder Executivo do Estado de Santa Catarina – CADPEN/SC;

14 – DO ATENDIMENTO A LEI 17.983 DE 19 DE AGOSTO DE 2020

14.1. Fica obrigada a publicação do nome do proprietário ou de todos os sócios-proprietários integrantes de pessoas jurídicas contratadas para fornecer serviços e produtos, aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como aos demais órgãos da Administração Direta e Indireta, independente da forma de contratação.

14.1.1. A publicação deverá ser no Portal da Transparência do órgão contratante, em local de fácil acesso, devendo constar:

I - relação dos sócios-proprietários com o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF);

II - endereço da sede da empresa contratada, em conformidade com contrato social;

III - foto da fachada da sede da empresa; e

IV - extrato da minuta do contrato firmado entre Administração Pública e a empresa contratada.

Florianópolis – SC, 23 de Janeiro de 2024.

Núcleo de Compra Direta

Diretoria de Licitações e Contratos – DLIC

ANEXO I
SERVIÇOS EM SAÚDE – CONTRATO
DETALHAMENTO DO OBJETO

RELAÇÃO DE COMPRA Nº: 2078/2023 (TOTAL)

LOTE 01

Item	Grupo/Classe	Código	Descrição do Material	UN	Total
1	213	050038001	Analise Clinica Analise Clinica, Exames laboratoriais para 12 meses	Serviço	1
2	213	050038001	Analise Clinica Exames laboratóriais para o ICSC, no período de 12 meses	Serviço	1
3	213	050038001	Analise Clinica Exames laboratoriais para 12 meses	Serviço	1

DISTRIBUIÇÃO

Solicitante: HRSJ - HOSPITAL REGIONAL DE SÃO JOSE

Edital nº: 36/2024 Protocolo: SES 127261/2023

Item	Código	Descrição do Material	UN	Quant.	Parc.	Fornec	Total
1	050038001	Analise Clinica, Analise Clinica, Exames laboratoriais para 12 meses	servico	1	1	Mensal	1

Solicitante: ICSC - INSTITUTO DE CARDIOLOGIA DE SANTA CATARINA

Edital nº: 36/2024 Protocolo: SES 127261/2023

Item	Código	Descrição do Material	UN	Quant.	Parc.	Fornec	Total
2	050038001	Analise Clinica, Exames laboratóriais para o ICSC, no período de 12 meses	servico	1	1	Mensal	1

Solicitante: HST - HOSPITAL SANTA TERESA

Edital nº: 36/2024 Protocolo: SES 127261/2023

Item	Código	Descrição do Material	UN	Quant.	Parc.	Fornec	Total
3	050038001	Analise Clinica, Exames laboratoriais para 12 meses	servico	1	1	Mensal	1

1 – PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

1.1 – A SES convocará o cotador vencedor, por meio de notificação através de e-mail, para assinar o termo de contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, permitindo a prorrogação por igual período, na forma do art. 90, da Lei nº 14.133/2021 e alterações;

1.2 – Farão parte integrante do Contrato todos os elementos apresentados pela cotadora vencedora que tenham servido de base ao presente processo, bem como, as condições estabelecidas nesta cotação e Anexos;

1.3 – As demais condições contratuais, tais como: prazo e local de entrega, alterações, vigência, rescisão e outras; são as previstas no Anexo II desta cotação (Minuta de Contrato);

1.4 – Se a licitante vencedora recusar-se a assinar o contrato injustificadamente ou não apresentar situação regular no ato da assinatura do contrato, será convocada outra cotadora, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
HRHMG	Hospital Regional Dr. Homero de Miranda Gomes	Adolfo Donato da Silva, S/N, Praia Comprida, São José, SC, CEP 88013-901	(48) 3664-9621

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
ICSC	Instituto de Cardiologia	Adolfo Donato da Silva, S/N, Praia Comprida, São José, SC, CEP 88013-901	(48) 3664-3007 / 3664-3091

SIGLA	UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE
HRHDS	Hospital Regional Hans Dieter Schmidt	Antônio José Raulino, s/n, Bairro Santa Tereza	(47) 3461 5500

2 – CRITÉRIO DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO (Art. 6º, inc. XXIII, “g” e Art. 40, §1º, inc. II, da Lei 14.133/2021):

2.1 – Prazos:

2.1.1 – Prazo de início da execução: após a assinatura do contrato.

2.1.2 – Critérios de Medição: item (4.6.).

2.1.3 – Prazo de pagamento/ Condições de Pagamento:

a) O pagamento dos exames, após o período de até 30 (trinta) dias concedido para o interfaceamento entre os sistemas da Secretaria e da empresa, será efetuado mediante a integração dos resultados/laudos no SGS-Hospitalar;

b) A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

c) Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

d) Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

2.2 – Do reajuste (art. 92, V, da Lei n.º 14.133/2021): Os preços contratados serão irreajustáveis.

3. DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

3.1 O compromisso será firmado por meio de Contrato com duração de 12 meses.

3.2 O regime de execução da prestação dos serviços será empreitada por preço unitário.

3.3 O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital e atender a legislação a ele(s) pertinente(s);

3.4 A quantidade mensal de cada procedimento baseia-se na média aritmética dos últimos 12 (doze) meses e as demandas que surgiram da necessidade criada pela Nota Informativa Conjunta SUR/COSEMS nº 001/2023 e Ofício nº 105/2023/SES/GERAM, págs. 80-87 apensadas ao presente processo.

3.5 As quantidades licitadas e informadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação;

3.6 Procedimentos que porventura não constem nos Anexos deste Edital e, que a realização se faça necessária por questões de epidemias, endemias, sazonalidade, surtos, novas tecnologias e outras condições, poderão ensejar uma alteração de contrato para uma possível inclusão destes novos procedimentos, com a devida justificativa técnica e pesquisa de preço de mercado que demonstre a vantajosidade de inclusão, sendo necessário concordância da CONTRATADA;

3.7 Os serviços laboratoriais clínicos para a realização de exames de análises clínicas compreenderão fundamentalmente o agendamento, coleta e transporte (interno e externo) de material biológico nas unidades e serviços assistenciais contratados, realização de exames laboratoriais de análises clínicas, liberação de resultados e entrega de laudos eletrônicos;

3.8 A CONTRATADA deverá prestar serviços nas dependências da unidade hospitalar, diariamente, durante 24 (vinte e quatro) horas, incluindo sábados, domingos e feriados, com o objetivo de fornecer os resultados de acordo com o prazo definido pela necessidade técnica da unidade hospitalar, descrita na Tabela I;

3.9 A unidade laboratorial não poderá servir como sede da CONTRATADA para atender e processar amostras de pacientes externos particulares ou por convênios nas dependências da unidade hospitalar.

Tabela I - Unidade Hospitalar (Endereço de execução):

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
HRHMG	Adolfo Donato da Silva, S/N, Praia Comprida, São José, SC, CEP 88013-901	(48) 3664-9700	hrs@saude.sc.gov.br geradhrs@saude.sc.gov.br
IC	Adolfo Donato da Silva, S/N, Praia Comprida, São José, SC, CEP 88013-901	(49) 3664-3000	icsc@saude.sc.gov.br direcaoicsc@saude.sc.gov.br
HST	Antônio José Raulino, s/n, Bairro Santa Tereza, São Pedro de Alcântara, SC, CEP 88125-000	(48) 3664-3717	hst@saude.sc.gov.br geradhst@saude.sc.gov.br

3.10 Prestar os serviços, objeto deste Termo de Referência, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos necessários para executar os serviços com a máxima qualidade;

3.11 Despesas decorrentes da execução da contratação, tais como equipamentos, adequações das áreas físicas e recursos humanos ficarão exclusivamente sob a responsabilidade da CONTRATADA;

3.12 Executar os serviços com profissionais devidamente qualificados, selecionados e treinados para o desempenho adequado dos trabalhos;

3.13 Utilizar Sistema de Gestão de Qualidade para execução ágil de processos, resultado rastreável, comunicação eficiente e outros;

3.14 Padrões mínimos de qualidade e desempenho:

3.15 A CONTRATADA deverá disponibilizar os indicadores na periodicidade indicada na Tabela II, como instrumento de acompanhamento e avaliação do serviço pela CONTRATANTE. Os valores devem estar de acordo com o estipulado aceitável descritos por indicador. O não atendimento das metas dispostas na Tabela II, poderá ensejar as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e suas normatizações e regulamentações.

TABELA II - Indicadores utilizados na avaliação da execução dos serviços.

NOME DO INDICADOR	META	PERIODICIDADE	FÓRMULA
Taxa de coleta de nova amostra	Abaixo de 3%	Mensal	$(\text{N}^\circ \text{ de coletas de novas amostras} / \text{Total de coletas}) * 100$
Desempenho do laboratório no ensaio de proficiência. Controle de Qualidade Externo.	Acima de 85%	Mensal	$(\text{N}^\circ \text{ de exames (análitos) que atenderam o padrão} / \text{Total de exames enviados (PNCQ ou Controllab)}) * 100$
Exames em regime de urgência liberados no tempo	Acima de 97%	Mensal	$(\text{N}^\circ \text{ de exames de urgência liberados no tempo} / \text{Total de exames urgentes liberados}) * 100$
Taxa de contaminação de Hemoculturas	Abaixo de 3%	Mensal	$(\text{N}^\circ \text{ de contaminações} / \text{n}^\circ \text{ de hemoculturas coletadas}) * 100$
Monitorar a efetividade da comunicação de exames críticos laboratoriais comunicados	Acima de 98%	Mensal	$(\text{N}^\circ \text{ de exames de rotina críticos passados telefone} / \text{Total de exames críticos}) * 100$

- O laboratório deverá submeter seus resultados a ensaios de proficiência, conforme a RDC/ANVISA nº 302/2005, legislação vigente e suas atualizações. Os testes que não dispõem de ensaios externos deverão ser verificados por métodos alternativos comprovados pela CONTRATADA;
- Os exames em regime de urgência estão dispostos nos itens 3.34. e 3.34.1;
- Estabelecer a lista de exames dos resultados de valores críticos junto à Gerência Técnica hospitalar, respeitando a vocação e as características da unidade;

3.16 Comprovar o Registro de equipamentos na ANVISA e apresentar o plano de manutenção periódica previsto no Sistema de Gestão de Qualidade;

3.17 Realizar obrigatoriamente a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos existentes na Unidade Laboratorial que presta serviço à unidade hospitalar, com assistência técnica especializada por profissionais treinados e capacitados pelos fabricantes;

3.18 Apresentar comprovação das manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos (cópia das ordens de serviço e/ou relatórios de manutenção);

3.19 Realizar obrigatoriamente a manutenção das instalações utilizadas nas dependências da CONTRATANTE durante toda a vigência do contrato;

3.20 Dispor dos dados brutos comprobatórios das atividades de manutenção, os quais poderão ser solicitados a qualquer momento pelo fiscal e/ou seus designados;

3.21 A CONTRATADA deverá dispor de informações a pedido da SES, auditoria técnica ou administrativa, a qualquer momento;

3.22 Sistema de Controle de Qualidade Interno e Externo para TODOS os analitos que realiza e na impossibilidade deste Sistema, a CONTRATADA deverá demonstrar como realiza o controle de forma alternativa;

3.23 Os certificados mensais e qualquer outro documento probatório do desempenho da CONTRATADA no Programa de Controle de Qualidade Externo devem ser apresentados mensalmente à unidade para análise do cumprimento dos serviços;

3.24 Comprovação documental no Sistema de Gestão de Qualidade da Guarda dos dados brutos de exames nos termos da RDC/ANVISA nº 302/2005 e suas respectivas atualizações;

3.25 Utilizar somente material de consumo com Registro na ANVISA, descartável e de qualidade para realização dos exames;

3.26 A coleta de sangue deverá ser realizada por profissional experiente e formalmente capacitado, sob responsabilidade e a expensas da CONTRATADA, supervisionado por profissional competente, como por exemplo, Técnico de Análises Clínicas, Biomédico ou Farmacêutico-Bioquímico. Quando realizada por Técnico de Enfermagem, esse será supervisionado por um Enfermeiro Responsável, conforme as normas e determinações do Conselho de Classe. Nas Unidades de Terapia Intensiva Neonatal, Berçário ou Pediátrica, a coleta poderá ser supervisionada por profissionais da enfermagem e na impossibilidade de uso do método tradicional, será utilizado o sistema de microcoleta e microtécnica;

3.27 Todo material de consumo (seringa, agulha, escalpe, gaze seca e estéril, algodão, bandagem, esparadrapo, micropore, luva, tubo de coleta, microtubo, etiqueta para identificação do paciente, swab de algodão, lanceta, descartador de material perfurocortante e outros), insumos, produtos para diagnóstico de uso in vitro (reagentes, padrões, calibradores, controles, materiais, artigos e instrumentos) e recursos humanos utilizados para a coleta e realização dos exames, serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem quaisquer ônus e responsabilidade à SES;

3.28 Funcionários da contratada deverão apresentar-se sempre devidamente uniformizados e identificados com crachá que constem o nome da empresa, do profissional, o número da matrícula, o registro geral e fotografia até 10 dias contados do início das suas atividades, respeitando as normas de cada instituição;

3.29 Cumprir as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene no Trabalho e prover os colaboradores com Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC, quando realizarem os serviços, quando permanecerem na(s) Unidade(s) da SES ou quando necessário;

3.30 Dispor de Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS atendendo aos requisitos da RDC/ANVISA nº 222/2018, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO (NR-7 Portaria MTE nº 3214 de 08/06/1978 e Lei nº 6514 de 22/12/1977) e Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho – LTCAT em consonância com a legislação trabalhista vigente;

3.31 Responsabilizar-se pelo ônus decorrente da imediata substituição na prestação dos serviços, de empregado ou preposto da CONTRATADA que não mereça a confiança da SES, embarace a fiscalização ou proceda de modo impróprio com os serviços prestados ou com o atendimento humanizado preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS);

3.32 Identificar os equipamentos, ferramentas e utensílios de propriedade da CONTRATADA a fim de não serem confundidos com os equipamentos similares de propriedade da CONTRATANTE;

3.33 Limpar e manter seus equipamentos e área física utilizada, bem como se responsabilizar pelo destino de resíduos químicos e biológicos potencialmente poluidores e/ou contaminantes resultantes das suas atividades laborativas. Responder pelos danos ambientais que porventura causarem, sem ônus à SES, sendo que tais procedimentos deverão constar no Sistema de Gestão da Qualidade da CONTRATADA, incluindo procedimento de limpeza, periodicidade e outros;

3.34 Construir estrutura de logística para prestar serviços nas Unidade(s) Hospitalar(es) que apresentam apenas posto de coleta ou naquelas onde a coleta é realizada nos leitos, conforme descrito na Tabela III, para garantir a coleta da amostra, a realização dos exames e a liberação dos resultados, no MÁXIMO em 30 (TRINTA) minutos, dos seguintes exames elencados como URGÊNCIA: gasometria arterial e/ou venosa, sódio, potássio, cálcio, magnésio, ureia, creatinina, hematócrito, hemoglobina, glicose e troponina. Os resultados de outros exames de urgência: hemograma, plaquetas, amilase, parcial de urina, CK, CK-MB, CK-massa, TAP, TTPA, lactato, TGO, TGP, fosfatase alcalina, Gama-GT, Bilirrubinas, cloro, Beta-HCG serão liberados em 1 (UMA) hora em CARÁTER DE EMERGÊNCIA;

3.35 Para o Instituto de Cardiologia de Santa Catarina (UTI e Centro Cirúrgico), o exame gasometria arterial e/ou venosa, elencado como URGÊNCIA, deverá considerar a coleta da amostra, a realização dos exames e a liberação dos resultados, no MÁXIMO em 10 (dez) minutos, mesmo que sem integração entre os sistemas da contratada e contratante, o que não dispensa integração posterior.

3.36 Instalar e manter sob sua responsabilidade técnica com identificação apropriada, um gasômetro próximo à UTI, Centro Cirúrgico ou local definido pela unidade hospitalar, bem como treinamento de pessoal da unidade hospitalar, sistema de controles e calibração devidamente comprovados e cronogramas de manutenção preventiva e corretiva;

3.37 Incluir ou excluir exames no elenco de procedimentos de acordo com as determinações e interesses da SES, como por exemplo, exames epidemiológicos, seguindo possíveis direcionamentos técnicos demandados por esta Secretaria;

3.38 Participar das sub-redes laboratoriais por agravos da CRLAB-LACEN/SC em que a CONTRATADA possa realizar exames na unidade hospitalar;

3.39 A empresa CONTRATADA deverá realizar a integração da requisição e resultados de exames com o Sistema de Gestão em Saúde Hospitalar (SGS-Hospitalar) utilizado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), no prazo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura do contrato. Após a integração, os exames serão solicitados por meio de requisição eletrônica no SGS-Hospitalar e enviados automaticamente ao sistema utilizado pela CONTRATADA. Os resultados estarão disponíveis na SGS-Hospitalar para visualização e para impressão, se necessária;

3.40 Lançar manualmente os resultados de pacientes com prontuário eletrônico no SGS- Hospitalar, quando falha de integração entre os sistemas informatizados;

3.41 Criação das “máscaras” dos exames para integração entre os sistemas, sob a supervisão dos servidores públicos responsáveis pela fiscalização do contrato;

3.42 Monitorar a integração entre os sistemas informatizados da CONTRATADA e do SGS- Hospitalar, certificando-se do envio correto e íntegro das informações ao SGS-Hospitalar;

3.43 Dispor da infraestrutura de informática (“hardware”, “software”, rede lógica e acesso à INTERNET) na Unidade Laboratorial instalada nas dependências da CONTRATANTE;

3.44 A CONTRATADA deverá (até a implantação do interfaceamento supracitado) apresentar as listas de pacientes atendidos e guia impressas de exames, com os respectivos valores unitários, realizados para as unidades hospitalares da CONTRATANTE, que efetuarão os pagamentos somente após a análise e conferência dos dados;

3.45 Acessar outras informações acerca da integração entre os sistemas, através do contato com o fabricante do software;

3.46 Solicitar os exames de acordo com a nomenclatura proposta e respectivos códigos apresentados neste Termo está condicionado ao pagamento dos serviços de análises clínicas;

3.47 Apresentar laudo de exame com metodologia empregada, valor de referência, nome e o número de registro no conselho profissional competente do responsável pela liberação do laudo;

3.48 Apresentar laudo de exame realizado em laboratório terceirizado, constando o nome do laboratório responsável e as mesmas informações do item 3.46;

3.49 Não transferir a outrem os compromissos assumidos, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

3.50 Exames realizados no LACEN não poderão ser faturados por código e/ou nomenclatura das Tabelas referenciadas, como por exemplo, Leishmania (anticorpos/pesquisa), Leptospirose (sorologia/anticorpo e/ou pesquisa), Hepatite C - quantitativo (carga viral), Hepatite B, quantitativo (carga viral), HIV - quantitativo (carga viral), Tuberculose PCR, Genotipagem de vírus da hepatite C e Genotipagem do HIV;

3.51 Exames realizados no laboratório Municipal pertencentes à rede de atenção e diagnóstico não poderá ser faturado por código e/ou nomenclatura das Tabelas referenciadas: Tuberculose PCR ;

3.52 Assumir toda e qualquer providência acerca do reparo ou indenização por danos materiais causados à CONTRATANTE e a terceiros por práticas ou acidentes decorrentes do serviço, causados por seus funcionários;

3.53 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

3.54 Declarar que o exame será repetido sem ônus para a SES/SC se não estiver de acordo com os padrões de qualidade exigidos;

3.55 Disponibilizar os Procedimentos de transporte e preparo de amostra, o Manual de coleta e preparo de paciente e o Plano de Contingência para eventuais situações de risco;

3.56 Remanejar saldo de exames entre unidades do mesmo lote para realização de exames na unidade que não dispõe de quantitativo;

3.57 Cumprir as conformidades da RDC/ANVISA nº 171/2006, quando a CONTRATADA atender unidade hospitalar que dispõe de Banco de Leite Humano (BLH) e/ou Posto de Coleta de Leite Humano (PCLH);

3.58 Dispor de profissional capacitado por treinamento reconhecido pela Rede Brasileira de Bancos de Leite Hu-

mano para execução das análises físico-químicas, organolépticas e microbiológicas do leite, conforme Art. 7.4 da RDC/ANVISA nº 171/2006, quando a CONTRATADA atender unidade hospitalar que dispõe BLH e/ou PCLH.

3.59 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

3.60 A CONTRATADA prestará os serviços na unidade hospitalar de acordo com área máxima descrita na Tabela III. Os exames também poderão ser executados nas unidades hospitalares que dispõem de posto de coleta laboratorial com área máxima descrita na Tabela III, desde que amparado com área de preparo de amostras;

3.61 A CONTRATADA pagará o valor por metro quadrado da área cedida pela CONTRATANTE como descrito na Tabela IV;

3.62 Para exclusiva execução dos serviços, a CONTRATANTE colocará à disposição da CONTRATADA, nas condições estipuladas neste Termo de Referência, área física adequada nas dependências das unidades, conforme a Tabela III, bem como água, luz e ramal telefônico (exclusivamente interno);

3.63 A CONTRATADA apresentará a solução de adaptação da rede de gás, água e energia elétrica de cada Unidade de Saúde à Gerência de Obras e Projetos (GEROP), para acompanhamento, fiscalização e validação da execução da instalação, sendo que a cobrança será realizada em forma de rateio das despesas totais da Unidade por intermédio de apuração pela Gerência de Acompanhamento de Custos e Resultados (GEACR) até a devida instalação dos medidores individuais;

3.64 A CEDENTE fornecerá a estrutura para consumo de gás, água, telefone e energia elétrica para a realização dos serviços, entretanto ficará a cargo da CESSIONÁRIA a instalação dos medidores individuais no prazo de 30 (trinta) dias, no caso da inexistência dos mesmos, respeitando as estruturas existentes e garantindo o funcionamento pleno dos sistemas, para aferição de gás, água e energia elétrica. E ficará a cargo da CESSIONÁRIA os pagamentos das despesas mensais dos gastos com o consumo dos itens supracitados;

3.65 A CONTRATADA executará nas dependências da CONTRATANTE, somente os serviços referentes à demanda gerada pela Unidade Hospitalar vinculada à SES, vedado o atendimento externo de particulares ou outros convênios;

3.66 Referente à concessão remunerada de uso de bem público, a CESSIONÁRIA pagará à SES, por meio de boleto bancário, com vencimento no último dia útil de cada mês, aluguel correspondente à área física cedida, o qual será cobrada pelo metro quadrado da região seguindo índices oficiais. Além disso, a cobrança do condomínio será o valor médio do custo unitário por metro quadrado fornecido pelo Sistema de Custos da SES (SGS BI) do ano anterior à assinatura do contrato e multiplicado pela área em metro quadrado cedida pela unidade hospitalar para a instalação do laboratório, em razão da manutenção da estrutura disponível à CONTRATADA, conforme Tabela IV. Após a instalação dos medidores individuais pela CONTRATADA, os valores aferidos, serão somados à taxa de condomínio, e o valor médio dos três meses posteriores à instalação será atribuído ao pagamento mensal dos 60 dias que a CONTRATADA ficou sem medidor;

3.67 Para a comprovação do pagamento das despesas contidas neste termo, a empresa contratada deverá apresentar mensalmente o documento de depósito, junto com a nota fiscal dos serviços prestados;

3.68 Em caso de prorrogação do Contrato, a SES atualizará a remuneração da área física, estabelecida neste Termo conforme metodologia descrita na Tabela IV.

3.69 Na ocasião da assinatura do Contrato a Unidade da SES emitirá uma declaração contendo a metragem da sala que será cedida, conforme necessidade da empresa vencedora;

3.70 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela adequação da estrutura física da área cedida, atendendo as determinações da legislação sanitária vigente, assim como, a demanda da prestação dos serviços;

3.71 A CONTRATADA deverá comunicar a SES previamente, quando houver necessidade de realização de obra na área disponibilizada e providenciar a continuidade dos serviços;

3.72 A CONTRATADA deverá entregar a área utilizada em perfeito estado de pintura, instalação elétrica e hidráulica, limpeza e conservação, no término do contrato;

3.73 Os Laboratórios Clínicos dos Serviços de Saúde têm as seguintes responsabilidades quanto a prevenção, controle e monitoramento de microrganismos multirresistentes (MMR) no Estado de Santa Catarina, conforme a Portaria SES Nº 762 de 16 de agosto de 2023, sendo que a inobservância dos seus requisitos constitui infração sanitária, nos termos da Lei Estadual nº. 6.320, de 20 de dezembro de 1983, suas atualizações ou instrumento legal que venha a substituí-la, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis:

I - encaminhar OBRIGATORIAMENTE ao LACEN/SC os isolados de microrganismos elencados nos Art. 7º, Art. 8º e Art. 9º, assim como isolados bacterianos identificados pela primeira vez no estabelecimento, independente do sítio anatômico de origem, para confirmação diagnóstica.

II - acessar o GAL para a realização do cadastro da(s) amostra(s) por meio do link <http://lacensc.saude.sc.gov.br/gal.php>. Nota 1: antes de enviar a(s) amostra(s) ao LACEN/SC, estas devem ser cadastradas no GAL. Nota 2: é importante consultar no site do LACEN/SC as orientações detalhadas sobre como proceder para cadastrar a(s) amostra(s), sendo que as orientações são específicas para cada tipo de microrganismo (bactérias, fungos ou micobactérias), portanto, atentar para seguir a orientação correta. Nota 3: o resultado do exame será disponibilizado online, por meio do sistema GAL, ao responsável pelo cadastro da amostra e/ou ao profissional da instituição com acesso ao referido sistema.

III - comunicar à SCIRAS do Serviço de Saúde, de onde a(s) amostra(s) foi(ram) proveniente(s), em até 24 horas, sobre a identificação de algum microrganismo elencado nos Art. 7º, Art. 8º e Art. 9º.

TABELA III - Área máxima disponível ao laboratório clínico e posto de coleta nas unidades hospitalares públicas

vinculadas à SES/SC.

Unidade da SES	Nº de Leitos	Área Física Coleta (m²)	Área Física Laboratório (m²)	Horário de Atendimento
HRHMG	306	A área de coleta está integrada ao laboratório	207,14	24h incluindo sábados, domingos e feriados
IC	130	A área de coleta está integrada ao laboratório	Os exames de análises clínicas são realizados na área cedida ao HRHMG	24h incluindo sábados, domingos e feriados
HST	93	Os exames são coletados na Unidade e transportados ao laboratório	Os exames de análises clínicas são realizados na área cedida ao HRHMG	Diurno, 12h, incluindo sábados, domingos e feriados

TABELA IV - Área cedida e valor por metro quadrado disponíveis aos laboratórios nas unidades hospitalares públicas vinculadas à SES/SC.

Unidade	Área (m²)	Valor Aluguel/m² (R\$)	Valor Total Aluguel (R\$)	Valor Condomínio/m² (R\$)	Valor total Condomínio (R\$)
HRHMG/IC/HST	207,14	*43,21	8.950,52	**32,61	6.754,83

* O valor de R\$ 20,00 por metro quadrado do HRHMG, IC e HST de acordo com a avaliação mercadológica da BESCOR no ano de 2012, corrigido em outubro de 2023, pela média simples entre o INPC (IBGE) e IGP-DI (FGV) por meio da calculadora cidadão disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, demonstrada na Figura 1 e 2, resulta no valor de R\$ 43,21/m² por metro quadrado no contrato de concessão remunerada de uso de bem público.

** O valor médio em reais do custo unitário por metro quadrado das unidades HRHMG, IC e HST fornecido pelo Sistema de Custos da SES (SGS BI) do ano anterior à assinatura do contrato, multiplicado pela área em metro quadrado cedida pela unidade hospitalar para a instalação do laboratório, resulta no valor do condomínio.

Figura 1. Calculadora Cidadão disponibilizada pelo Banco Central do Brasil (Acesso público 05/12/2023 – 10:38h).

Resultado da Correção pelo INPC (IBGE)

Dados básicos da correção pelo INPC (IBGE)	
Dados informados	
Data inicial	01/2012
Data final	10/2023
Valor nominal	R\$ 20,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,97520540
Valor percentual correspondente	97,520540 %
Valor corrigido na data final	R\$ 39,50 (REAL)
<div>Fazer nova pesquisa Imprimir</div>	

Figura 2. Calculadora Cidadão disponibilizada pelo Banco Central do Brasil (Acesso público 05/12/2023 – 10:40h).

Resultado da Correção pelo IGP-DI (FGV)

Dados básicos da correção pelo IGP-DI (FGV)	
Dados informados	
Data inicial	01/2012
Data final	10/2023
Valor nominal	R\$ 20,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	2,34650670
Valor percentual correspondente	134,650670 %
Valor corrigido na data final	R\$ 46,93 (REAL)

Fazer nova pesquisa

Imprimir

Média entre INPC (IBGE) e IGP-DI (FGV): $39,50 + 46,93 = 86,43 \div 2 = \text{R\$ } 43,21\text{m}^2$

Endereços de execução: TABELA I.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

Processo SGPe 127261/2023

REQUISITANTE: Hospital Regional Dr. Homero de Miranda Gomes/Instituto de Cardiologia/Hospital Santa Teresa

1. OBJETO (ART. 6º, XXIII, “A”; ART. 18º, II, e ART. 40, §1º, I, DA LEI Nº 14.133/2021)

Solicitação de contratação dos serviços de Análises Clínicas (coleta e execução de exames) para as Unidades Hospital Regional Dr. Homero de Miranda Gomes (HRHMG), Instituto de Cardiologia (IC) e Hospital Santa Teresa (HST), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

As condições de vigência e prorrogação constam no item 13.1.

1.1. Especificações e quantidades

1.1.1. Quadro de Quantitativos e Especificações Mínimas dos Itens/Lote.

LOTE I						
ITEM	CÓDIGO	REQUISIÇÃO	DESCRIÇÃO	QUANT. ANUAL EXAMES	FREQUÊNCIA	DEMANDANTE
01	050038001	4235/2023	Análise Clínica	815.100	Mensal	HRHMG
02	050038001	5682/2023	Análise Clínica	228.612	Mensal	IC
03	050038001	6605/2023	Análise Clínica	17.868	Mensal	HST

A especificação detalhada dos serviços (objeto) está descrita nos Anexos I, II e III, referentes às relações de exames de análises clínicas prescritos nas unidades HRHMG, IC e HST, respectivamente, os quais constam tabela, código, descrição, número de exames/mês e número de exames/ano.

1.2. Histórico de contratação do objeto

1.2.1. Existe Contrato anterior: (x) Sim () Não

1.2.2. Contrato anterior: nº 184/2023

1.2. Do catálogo eletrônico de padronização de compras (art. 19º, II, da Lei nº 14.133/2021)

1.2.1. As especificações contidas nos anexos supracitados, respeitam o Catálogo de Materiais e Serviços do Governo de SC (NUC). A consulta pode ser feita pelo [link](#).

1.2.2. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no presente Termo de Referência e no Catálogo, prevalecem as primeiras.

1.3. Da natureza do objeto:

Os serviços objeto desta contratação não são caracterizados como comuns, conforme decisão proferida pelo TJSC MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 5022464-21.2022.8.24.0000/SC, págs. 1182-1186 e MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 5073435-10.2022.8.24.0000/SC, págs 1884-1886 do PSES 79140/2021.

“Os serviços de análises clínicas não podem ser exercidos por qualquer profissional, pois



exigem qualificação técnica, organização e tecnologia, classificando o serviço como de natureza especial' (Des. Paulo Henrique Moritz Martins da Silva)" (TJSC, Mandado de Segurança.5049462-60.2021.8.24.0000, rel. Des. Odson Cardoso Filho, Quarta Câmara de Direito Público, j. em 19/05/2022)".

O Art. 6º da Lei 14.133/2021, define:

"XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

XIV - bens e serviços especiais: aqueles que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade, não podem ser descritos na forma do inciso XIII do **caput** deste artigo, exigida justificativa prévia do contratante;"

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, "B" DA LEI Nº 14.133/2021)

2.1. Conforme informado no Estudo Técnico Preliminar, esta contratação direta tem por fim a aquisição dos serviços de análises clínicas (coleta e execução de exames) para os Hospitais, HRHMG, IC, HST, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, para um período de 12 meses.

Esta contratação se justifica uma vez que o resultado de Licitação nº 2029/2022, na modalidade de Pregão Eletrônico, foi anulado, conforme publicado no Diário Oficial - SC - nº 21.986 de 24.03.2023, pág. 56, "ANULAR O PRESENTE CERTAME POR ILEGALIDADE DE OFÍCIO (ART. 49, CAPUT, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES)" SES 74857/2021.GGG: 2022ASO18120, pág. 2546, e, a necessidade de instrução do referido processo sob a égide da lei de licitações 14.133/2021.

O planejamento foi baseado no CT nº 184/2023 vigente até 07/11/2023 e as demandas dos meses (maio, junho, julho, agosto, setembro), bem como, às que surgiram da necessidade criada pela Nota Informativa Conjunta SUR/COSEMS nº 001/2023 e Ofício nº 105/2023/SES/GERAM, págs. 80-87 do presente processo, que reforça diversas normativas do Estado para a garantia do acesso do paciente aos serviços ambulatoriais decorrentes de atendimentos hospitalares. Assim, segue o resumo do documento "acerca das responsabilidades das Unidades Hospitalares no que tange à realização de exames pré e pós-operatórios:

1. Pacientes na fila cirúrgica independente do procedimento, a realização de renovação de exames, pré e pós-operatório são de responsabilidade da unidade hospitalar;

2. Pacientes atendidos pelo acesso regulado na consulta especializada dos Termos de Alta Complexidade citados, a realização de procedimento ambulatorial de diagnóstico estará sob a responsabilidade da unidade hospitalar;

3. Pacientes atendidos através de agendamento ambulatorial para realização de exames e consultas que devem ser mediante pactuação de Teto na PPI e que não se enquadram no item 1 e 2 desse Resumo, qualquer procedimento ambulatorial solicitado pelo prestador deve retornar ao município de residência do paciente para inserção na fila regulada onde há pactuação para o procedimento."

O serviço de análises clínicas é imprescindível para as unidades hospitalares (HRHMG, IC, HST), que não possuem laboratório próprio, caracterizando-se como serviço essencial, já que o objetivo dos exames é diagnosticar ou afastar doenças, avaliar fatores prognósticos ou definir o tratamento adequado aos pacientes



internados e em situação de atendimento de urgência e emergência, sendo que a ausência ou morosidade na coleta e execução de exames podem resultar em danos irreversíveis aos pacientes, e, prejuízo aos profissionais de saúde, bem como às unidades hospitalares.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (ART. 6º, XXIII, “C” e ART. 18º, §1º, VII, DA LEI Nº 14.133/2021)

Conforme informado no Estudo Técnico Preliminar, a contratação dos serviços de análises clínicas (coleta e execução de exames), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, é a solução viável, atualmente, para atender as unidades hospitalares, Hospital Regional Dr. Homero de Miranda Gomes (HRHMG), Instituto de Cardiologia (IC) e Hospital Santa Teresa (HST), uma vez que os referidos hospitais não possuem laboratórios de análises clínicas próprios.

4. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, XXIII, “D” DA LEI Nº 14.133/2021)

4.1. Apresentação de propostas que atendam aos critérios de aceitação da proposta (item 6.) e as especificações e quantidades do objeto (item 1.1.);

4.2. Atendimento aos critérios de habilitação (item 7.);

4.3. E atendimento as condições de execução do objeto (item 9.);

4.4. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.4.1. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

4.4.2. Seguir as normas de saúde, higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do trabalho e emprego;

4.4.3. Fazer uso racional de água, adotando medidas para evitar desperdício;

4.4.4. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes às ações de redução de consumo de energia e água;

4.4.5. Utilizar produtos de baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

4.4.6. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxico-poluente;

4.4.7. Fazer uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

4.5. Leis e regulamentações:

- Lei nº 14.133/2021 e suas normatizações e regulamentações e Decreto Estadual nº 2.617 de 16 de setembro de 2009;- Leis nº s 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

- Lei Complementar nº 123/2006, art. 48, (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014) e art. 4º da Lei nº 14.133/2021;

- Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- Decreto Estadual nº 47/2013;

- Dec. Fed. nº 95.247/87, Lei nº 7.418/85, Lei nº 7.619/87;

- Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021),art. 5º, inciso II, alínea “c”;

- Instrução Normativa/SES/SC nº 001 de 07 de março de 2023;



- RDC 50, de 21 de fevereiro de 2002 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para planejamento, programação, elaboração e avaliação de projetos físicos de estabelecimentos assistenciais de saúde;
- Resoluções da ANVISA: - RDC 302, de 13 de outubro de 2005 - Dispõe sobre Regulamento Técnico para funcionamento de Laboratórios Clínicos;
- RDC 171/2006 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o funcionamento de Bancos de Leite Humano;
- RDC 222, de 28 de março de 2018 - Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências;
- PCMSO (NR-7 Portaria MTE nº 3214 de 08/06/1978 e Lei nº 6514 de 22/12/1977).
- Portaria SES nº 762 de 16 de agosto de 2023 - Estabelece requisitos técnicos, responsabilidades e fluxos complementares para o funcionamento de laboratórios de microbiologia (públicos e privados) e das Comissões de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (CCIRAS), no que se refere às ações de prevenção, controle e monitoramento de microorganismos multirresistentes (MMR) no Estado de Santa Catarina).

5. DOS PARÂMETROS DA AQUISIÇÃO

5.1. Do tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014) e art. 4º da Lei nº 14.133/2021:

Não aplicável nas compras diretas, conforme disposto no art 49º, IV, da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014).

5.2. Necessidade de vistoria prévia (visita técnica):

5.2.1. Local da vistoria:

- Hospital Regional Dr. Homero de Miranda Gomes (HRHMG)

Endereço: Adolfo Donato da Silva, S/N, Praia Comprida, São José, SC, CEP 88013-901

E-mail: hrsj@saude.sc.gov.br ou geradhrsj@saude.sc.gov.br

Agendar com fiscal do contrato - Fone: (48) 3664-9621

- Instituto de Cardiologia

Endereço: Adolfo Donato da Silva, S/N, Praia Comprida, São José, SC, CEP 88013-901

E-mail: icsc@saude.sc.gov.br ou direcaoicsc@saude.sc.gov.br

Agendar com fiscal do contrato - Fone: (48) 3664-3007 / 3664-3091

- Hospital Santa Teresa

Endereço: Antônio José Raulino, s/n, Bairro Santa Tereza,

São Pedro de Alcântara, SC, CEP 88125-000

E-mail: hst@saude.sc.gov.br ou geradhst@saude.sc.gov.br

Agendar com fiscal do contrato - Fone: (48) 3664-3717 / 3664-3712



5.2.1.1. Período para vistoria: a data de publicação deste edital até a data anterior à marcada para abertura.

5.2.2. Declaração emitida pela licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento. A realização da vistoria (visita técnica) não se consubstancia em condição para a participação na Contratação, ficando, contudo, as licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas, devendo a licitante neste caso, apresentar a Declaração para opção de não-realização de vistoria e, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com esta Secretaria. Os modelos de atestado de vistoria e modelo de declaração de não-realização de vistoria encontram-se no Anexo IV e V.

5.3. Participação de consórcios (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021): Não será admitida a participação de consórcios. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso dos objetos sob exame. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantajosidade buscada pela Administração.

5.4. Subcontratação: Não será admitida.

5.5. Do agrupamento de itens em lotes: A licitação será por **LOTE**.

5.6. Justificativa do agrupamento de itens em lotes: Os exames de análises clínicas foram agrupados em um lote pois não há possibilidade de parcelamento da contratação visto a especificidade dos serviços de análises clínicas e a particularidade das unidades hospitalares, Hospital Regional Dr. Homero de Miranda Gomes (HRHMG), Instituto de Cardiologia (IC) e Hospital Santa Teresa (HST), sendo que a empresa ganhadora deverá prestar os serviços para as referidas unidades, considerando a: a) proximidade entre as unidades HRHMG, IC, HST, b) ausência de área física para a instalação do laboratório nas dependências do HST e IC, c) necessidade de liberação de resultados de exames de emergência e urgência a curto prazo 30 (trinta) minutos a 1 (uma) hora).

6. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. A PROPOSTA deverá conter o descritivo completo do item cotado, apresentando para este:

6.1.1. Descrição do objeto, conforme a especificação dos serviços descrita nos Anexos I, II e III, referentes às relações de exames de análises clínicas prescritos nas unidades HRHMG, IC e HST, respectivamente, os quais constam tabela, código, descrição, número de exames/mês e número de exames/ano. Deve constar o valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente, endereço físico, endereço eletrônico e telefone de contato, data de emissão e validade, nome completo e identificação do responsável;

6.2. Da amostra (art. 41, II, da Lei n.º 14.133/2021): Não será necessário amostra.

6.3. Da garantia dos itens: Não haverá exigência de garantia.

6.4. Da garantia de proposta (art. 58, da Lei n.º 14.133/2021): Não haverá exigência de



garantia.

7. DA HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

7.1. Habilitação Jurídica

7.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

7.1.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



7.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

7.3. Qualificação econômico-financeira (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):

7.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

7.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

7.3.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de.....% [até 10%] do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

7.4. Qualificação-técnica (art. 18º, IX, da Lei 14.133/2021):

As empresas deverão apresentar os documentos vigentes referentes aos subitens 7.4.1 ao 7.4.7., para fins de **habilitação** quanto aos requisitos mínimos de qualificação de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e suas normatizações e regulamentações para a participação do certame



licitatório:

7.4.1. Registro de no mínimo, um Responsável Técnico, legalmente habilitado no respectivo Conselho Regional de Classe;

7.4.2. Médico, biomédico, farmacêutico-bioquímico inscritos nos Conselhos Regionais de Classe, CRM, CRBio e CRF, respectivamente, poderão exercer a Responsabilidade Técnica de Laboratórios de Análises Clínicas;

7.4.3. O laboratório clínico e o posto de coleta laboratorial devem dispor de um profissional legalmente habilitado como Responsável Técnico que poderá assumir perante a vigilância sanitária, a Responsabilidade Técnica de no máximo 02 (dois) laboratórios clínicos ou 02 (dois) postos de coleta laboratoriais ou 01 (um) laboratório clínico e 01 (um) posto de coleta laboratorial (RDC/ANVISA nº 302/2005);

7.4.4. No caso de impedimento do Responsável Técnico, o laboratório clínico ou o posto de coleta laboratorial contarão com um profissional legalmente habilitado para substituí-lo;

7.4.5. Responsável Técnico no quadro da empresa: em regime de CLT (cópia da Carteira de Trabalho) ou sócio (contrato social ou instrumento jurídico equivalente) ou contrato de prestação de serviços;

7.4.6. Registro e Inscrição do Responsável Técnico (item 7.4.4. e 7.4.5) e da empresa, junto ao Conselho Regional de Classe competente pela fiscalização do exercício da profissão regulamentada;

7.4.7. Atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado a fim de demonstrar aptidão de atividade anterior, comprovando ter prestado serviços à população nas atividades de laboratório de análises clínicas em estabelecimentos assistenciais de saúde (EAS), compatível por pelo menos 50% do quantitativo total a ser licitado e abranger pelo menos metade do total da relação nominal dos exames descritos no presente edital, num período de pelo menos 180 dias.

A empresa vencedora deverá apresentar no momento da convocação para a **assinatura do contrato** os seguintes documentos vigentes de **qualificação** técnica para o exercício da profissão no Estado de Santa Catarina:

7.4.8. Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES com as informações atualizadas;

7.4.9. Alvará de Licença Sanitária expedido pelo Órgão de Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal;

7.4.10. O Protocolo de renovação do Alvará de Licença Sanitária poderá ser apresentado no caso de expiração da vigência do Alvará, desde que solicitado anteriormente à vigência do mesmo, a fim de comprovar o funcionamento regular da empresa;

7.4.11. Certificado de Regularidade técnica vigente, expedido pelo Órgão de Classe, no qual o laboratório está inscrito;

7.4.12. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes da empresa CONTRATADA;

7.4.13. O detalhamento dos processos de análises clínicas em cada área técnica (Bioquímica, Uroanálise, Imunologia, Hormônios, Hematologia, Microbiologia e Micologia), identificando os equipamentos/metodologia de análise, local de processamento e processo de controle de qualidade utilizados, poderá ser



apresentado até o momento da instalação da Unidade Laboratorial nas dependências da unidade hospitalar, e, a necessidade de eventuais substituições, serão previamente analisadas pela comissão de acompanhamento do contrato;

As exigências previstas no item 7.4 do presente Termo de Referência referem-se à Regulamentação Técnica para o funcionamento de Laboratório Clínico, com o objetivo da prestação de serviços às unidades hospitalares, em conformidade com as Resoluções da ANVISA, RDC 302, de 13 de outubro de 2005; RDC 222, de 28 de março de 2018; e, RDC 50, de 21 de fevereiro de 2002.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (ART. 6º, XXIII, “H” DA LEI Nº 14.133/2021)

8.1. A forma de seleção se dará por meio de CONTRATAÇÃO DIRETA, de maneira emergencial, por Dispensa de licitação;

8.2. O critério de julgamento das propostas será o MENOR PREÇO GLOBAL. Todos os custos referentes à prestação de serviço deverão estar previstos na proposta de preços. Como critério de julgamento das propostas será utilizado o menor valor global, entretanto, a empresa participante deverá apresentar planilha com valor unitário por exame e, obedecer às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital.

9. DA EXECUÇÃO DO OBJETO (ART. 6º, XXIII, “E”; ART. 18º, III, e ART. 40º, §1º, II e III, DA LEI Nº 14.133/2021)

9.1. O compromisso será firmado por meio de Contrato com duração de 12 meses.

9.2. O regime de execução da prestação dos serviços será empreitada por preço unitário.

9.3. O objeto deverá estar de acordo com as especificações do edital e atender a legislação a ele(s) pertinente(s);

9.4. A quantidade mensal de cada procedimento baseia-se na média aritmética dos últimos 12 (doze) meses e as demandas que surgiram da necessidade criada pela Nota Informativa Conjunta SUR/COSEMS nº 001/2023 e Ofício nº 105/2023/SES/GERAM, págs. 80-87 apensadas ao presente processo.

9.5. As quantidades licitadas e informadas são estimativas, podendo a contratante requisitar quantidades maiores ou menores conforme a efetiva necessidade, respeitando-se os limites estabelecidos pela legislação;

9.6. Procedimentos que porventura não constem nos Anexos deste Edital e, que a realização se faça necessária por questões de epidemias, endemias, sazonalidade, surtos, novas tecnologias e outras condições, poderão ensejar uma alteração de contrato para uma possível inclusão destes novos procedimentos, com a devida justificativa técnica e pesquisa de preço de mercado que demonstre a vantajosidade de inclusão, sendo necessário concordância da CONTRATADA;

9.7. Os serviços laboratoriais clínicos para a realização de exames de análises clínicas compreenderão fundamentalmente o agendamento, coleta e transporte (interno e externo) de material biológico nas unidades e serviços assistenciais contratados, realização de exames laboratoriais de análises clínicas, liberação de resultados e entrega de laudos eletrônicos;

9.8. A CONTRATADA deverá prestar serviços nas dependências da unidade hospitalar, diariamente, durante 24 (vinte e quatro) horas, incluindo sábados, domingos e feriados, com o objetivo de fornecer os resultados de acordo com o prazo definido pela necessidade técnica da



unidade hospitalar, descrita na Tabela I;

9.9. A unidade laboratorial não poderá servir como sede da CONTRATADA para atender e processar amostras de pacientes externos particulares ou por convênios nas dependências da unidade hospitalar.

9.10. Tabela I - Unidade Hospitalar (Endereço de execução):

UNIDADE	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
HRHMG	Adolfo Donato da Silva, S/N, Praia Comprida, São José, SC, CEP 88013-901	(48) 3664-9700	hrs@saude.sc.gov.br geradhrs@saude.sc.gov.br
IC	Adolfo Donato da Silva, S/N, Praia Comprida, São José, SC, CEP 88013-901	(49) 3664-3000	ics@saude.sc.gov.br direcaoics@saude.sc.gov.br
HST	Antônio José Raulino, s/n, Bairro Santa Tereza, São Pedro de Alcântara, SC, CEP 88125-000	(48) 3664-3717	hst@saude.sc.gov.br geradhst@saude.sc.gov.br

9.11. Prestar os serviços, objeto deste Termo de Referência, bem como o fornecimento de todos e quaisquer recursos necessários para executar os serviços com a máxima qualidade;

9.12. Despesas decorrentes da execução da contratação, tais como equipamentos, adequações das áreas físicas e recursos humanos ficarão exclusivamente sob a responsabilidade da CONTRATADA;

9.13. Executar os serviços com profissionais devidamente qualificados, selecionados e treinados para o desempenho adequado dos trabalhos;

9.14. Utilizar Sistema de Gestão de Qualidade para execução ágil de processos, resultado rastreável, comunicação eficiente e outros;

9.15. Padrões mínimos de qualidade e desempenho:

9.15.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar os indicadores na periodicidade indicada na Tabela II, como instrumento de acompanhamento e avaliação do serviço pela CONTRATANTE. Os valores devem estar de acordo com o estipulado aceitável descritos por indicador. O não atendimento das metas dispostas na Tabela II, poderá ensejar as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e suas normatizações e regulamentações.

TABELA II - Indicadores utilizados na avaliação da execução dos serviços.

NOME DO INDICADOR	META	PERIODICIDADE	FÓRMULA
Taxa de coleta de nova amostra	Abaixo de 3%	Mensal	$(\text{N}^\circ \text{ de coletas de novas amostras} / \text{Total de coletas}) * 100$
Desempenho do laboratório no ensaio de proficiência. Controle de Qualidade Externo.	Acima de 85%	Mensal	$(\text{N}^\circ \text{ de exames (analitos) que atenderam o padrão} / \text{Total de exames enviados (PNCQ ou Controllab)}) * 100$
Exames em regime de urgência liberados no tempo	Acima de 97%	Mensal	$(\text{N}^\circ \text{ de exames de urgência liberados no tempo} / \text{Total de exames urgentes liberados}) * 100$
Taxa de	Abaixo de 3%	Mensal	$(\text{N}^\circ \text{ de contaminações} / \text{n}^\circ \text{ de})$



contaminação de Hemoculturas			hemoculturas coletadas) *100
Monitorar a efetividade da comunicação de exames críticos laboratoriais comunicados	Acima de 98%	Mensal	(Nº de exames de rotina críticos passados telefone / Total de exames críticos) * 100

- O laboratório deverá submeter seus resultados a ensaios de proficiência, conforme a RDC/ANVISA nº 302/2005, legislação vigente e suas atualizações. Os testes que não dispõem de ensaios externos deverão ser verificados por métodos alternativos comprovados pela CONTRATADA;

- Os exames em regime de urgência estão dispostos nos itens 9.34. e 9.34.1;

- Estabelecer a lista de exames dos resultados de valores críticos junto à Gerência Técnica hospitalar, respeitando a vocação e as características da unidade;

9.16. Comprovar o Registro de equipamentos na ANVISA e apresentar o plano de manutenção periódica previsto no Sistema de Gestão de Qualidade;

9.17. Realizar obrigatoriamente a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos existentes na Unidade Laboratorial que presta serviço à unidade hospitalar, com assistência técnica especializada por profissionais treinados e capacitados pelos fabricantes;

9.18. Apresentar comprovação das manutenções preventiva e corretiva dos equipamentos (cópia das ordens de serviço e/ou relatórios de manutenção);

9.19. Realizar obrigatoriamente a manutenção das instalações utilizadas nas dependências da CONTRATANTE durante toda a vigência do contrato;

9.20. Dispor dos dados brutos comprobatórios das atividades de manutenção, os quais poderão ser solicitados a qualquer momento pelo fiscal e/ou seus designados;

9.21. A CONTRATADA deverá dispor de informações a pedido da SES, auditoria técnica ou administrativa, a qualquer momento;

9.22. Sistema de Controle de Qualidade Interno e Externo para TODOS os analitos que realiza e na impossibilidade deste Sistema, a CONTRATADA deverá demonstrar como realiza o controle de forma alternativa;

9.23. Os certificados mensais e qualquer outro documento probatório do desempenho da CONTRATADA no Programa de Controle de Qualidade Externo devem ser apresentados mensalmente à unidade para análise do cumprimento dos serviços;

9.24. Comprovação documental no Sistema de Gestão de Qualidade da Guarda dos dados brutos de exames nos termos da RDC/ANVISA nº 302/2005 e suas respectivas atualizações;

9.25. Utilizar somente material de consumo com Registro na ANVISA, descartável e de qualidade para realização dos exames;

9.26. A coleta de sangue deverá ser realizada por profissional experiente e formalmente capacitado, sob responsabilidade e a expensas da CONTRATADA, supervisionado por profissional competente, como por exemplo, Técnico de Análises Clínicas, Biomédico ou Farmacêutico-Bioquímico. Quando realizada por Técnico de Enfermagem, esse será supervisionado por um Enfermeiro Responsável, conforme as normas e determinações do



Conselho de Classe. Nas Unidades de Terapia Intensiva Neonatal, Berçário ou Pediátrica, a coleta poderá ser supervisionada por profissionais da enfermagem e na impossibilidade de uso do método tradicional, será utilizado o sistema de microcoleta e microtécnica;

9.27. Todo material de consumo (seringa, agulha, escalpe, gaze seca e estéril, algodão, bandagem, esparadrapo, micropore, luva, tubo de coleta, microtubo, etiqueta para identificação do paciente, swab de algodão, lanceta, descartador de material perfurocortante e outros), insumos, produtos para diagnóstico de uso in vitro (reagentes, padrões, calibradores, controles, materiais, artigos e instrumentos) e recursos humanos utilizados para a coleta e realização dos exames, serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem quaisquer ônus e responsabilidade à SES;

9.28. Funcionários da contratada deverão apresentar-se sempre devidamente uniformizados e identificados com crachá que constem o nome da empresa, do profissional, o número da matrícula, o registro geral e fotografia até 10 dias contados do início das suas atividades, respeitando as normas de cada instituição;

9.29. Cumprir as exigências das Leis e Normas de Segurança e Higiene no Trabalho e prover os colaboradores com Equipamentos de Proteção Individual – EPI e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC, quando realizarem os serviços, quando permanecerem na(s) Unidade(s) da SES ou quando necessário;

9.30. Dispor de Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS atendendo aos requisitos da RDC/ANVISA nº 222/2018, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO (NR-7 Portaria MTE nº 3214 de 08/06/1978 e Lei nº 6514 de 22/12/1977) e Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho – LTCAT em consonância com a legislação trabalhista vigente;

9.31. Responsabilizar-se pelo ônus decorrente da imediata substituição na prestação dos serviços, de empregado ou preposto da CONTRATADA que não mereça a confiança da SES, embarace a fiscalização ou proceda de modo impróprio com os serviços prestados ou com o atendimento humanizado preconizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS);

9.32. Identificar os equipamentos, ferramentas e utensílios de propriedade da CONTRATADA a fim de não serem confundidos com os equipamentos similares de propriedade da CONTRATANTE;

9.33. Limpar e manter seus equipamentos e área física utilizada, bem como se responsabilizar pelo destino de resíduos químicos e biológicos potencialmente poluidores e/ou contaminantes resultantes das suas atividades laborativas. Responder pelos danos ambientais que porventura causarem, sem ônus à SES, sendo que tais procedimentos deverão constar no Sistema de Gestão da Qualidade da CONTRATADA, incluindo procedimento de limpeza, periodicidade e outros;

9.34. Construir estrutura de logística para prestar serviços nas Unidade(s) Hospitalar(es) que apresentam apenas posto de coleta ou naquelas onde a coleta é realizada nos leitos, conforme descrito na Tabela III, para garantir a coleta da amostra, a realização dos exames e a liberação dos resultados, no MÁXIMO em 30 (TRINTA) minutos, dos seguintes exames elencados como URGÊNCIA: gasometria arterial e/ou venosa, sódio, potássio, cálcio, magnésio, ureia, creatinina, hematócrito, hemoglobina, glicose e troponina. Os resultados de outros exames de urgência: hemograma, plaquetas, amilase, parcial de urina, CK, CK-MB, CK-massa, TAP, TTPA, lactato, TGO, TGP, fosfatase alcalina, Gama-GT, Bilirrubinas, cloro, Beta-HCG serão liberados em 1 (UMA) hora em CARÁTER DE EMERGÊNCIA;

9.34.1. Para o Instituto de Cardiologia de Santa Catarina (UTI e Centro Cirúrgico), o exame gasometria arterial e/ou venosa, elencado como URGÊNCIA, deverá considerar a coleta da amostra, a realização dos exames e a liberação dos resultados, no MÁXIMO em 10 (dez)



minutos, mesmo que sem integração entre os sistemas da contratada e contratante, o que não dispensa integração posterior.

9.35. Instalar e manter sob sua responsabilidade técnica com identificação apropriada, um gasômetro próximo à UTI, Centro Cirúrgico ou local definido pela unidade hospitalar, bem como treinamento de pessoal da unidade hospitalar, sistema de controles e calibração devidamente comprovados e cronogramas de manutenção preventiva e corretiva;

9.36. Incluir ou excluir exames no elenco de procedimentos de acordo com as determinações e interesses da SES, como por exemplo, exames epidemiológicos, seguindo possíveis direcionamentos técnicos demandados por esta Secretaria;

9.37. Participar das sub-redes laboratoriais por agravos da CRLAB-LACEN/SC em que a CONTRATADA possa realizar exames na unidade hospitalar;

9.38. A empresa CONTRATADA deverá realizar a integração da requisição e resultados de exames com o Sistema de Gestão em Saúde Hospitalar (SGS-Hospitalar) utilizado pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), no prazo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura do contrato. Após a integração, os exames serão solicitados por meio de requisição eletrônica no SGS-Hospitalar e enviados automaticamente ao sistema utilizado pela CONTRATADA. Os resultados estarão disponíveis na SGS-Hospitalar para visualização e para impressão, se necessária;

9.39. Lançar manualmente os resultados de pacientes com prontuário eletrônico no SGS-Hospitalar, quando falha de integração entre os sistemas informatizados;

9.40. Criação das “máscaras” dos exames para integração entre os sistemas, sob a supervisão dos servidores públicos responsáveis pela fiscalização do contrato;

9.41. Monitorar a integração entre os sistemas informatizados da CONTRATADA e do SGS-Hospitalar, certificando-se do envio correto e íntegro das informações ao SGS-Hospitalar;

9.42. Dispor da infraestrutura de informática (“hardware”, “software”, rede lógica e acesso à INTERNET) na Unidade Laboratorial instalada nas dependências da CONTRATANTE;

9.43. A CONTRATADA deverá (até a implantação do interfaceamento supracitado) apresentar as listas de pacientes atendidos e guia impressas de exames, com os respectivos valores unitários, realizados para as unidades hospitalares da CONTRATANTE, que efetuarão os pagamentos somente após a análise e conferência dos dados;

9.44. Acessar outras informações acerca da integração entre os sistemas, através do contato com o fabricante do software;

9.45. Solicitar os exames de acordo com a nomenclatura proposta e respectivos códigos apresentados neste Termo está condicionado ao pagamento dos serviços de análises clínicas;

9.46. Apresentar laudo de exame com metodologia empregada, valor de referência, nome e o número de registro no conselho profissional competente do responsável pela liberação do laudo;

9.47. Apresentar laudo de exame realizado em laboratório terceirizado, constando o nome do laboratório responsável e as mesmas informações do item 9.46;

9.48. Não transferir a outrem os compromissos assumidos, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

9.49. Exames realizados no LACEN não poderão ser faturados por código e/ou nomenclatura



das Tabelas referenciadas, como por exemplo, Leishmania (anticorpos/pesquisa), Leptospirose (sorologia/anticorpo e/ou pesquisa), Hepatite C - quantitativo (carga viral), Hepatite B, quantitativo (carga viral), HIV - quantitativo (carga viral), Tuberculose PCR, Genotipagem de vírus da hepatite C e Genotipagem do HIV;

9.50. Exames realizados no laboratório Municipal pertencentes à rede de atenção e diagnóstico não poderá ser faturado por código e/ou nomenclatura das Tabelas referenciadas: Tuberculose PCR ;

9.51. Assumir toda e qualquer providência acerca do reparo ou indenização por danos materiais causados à CONTRATANTE e a terceiros por práticas ou acidentes decorrentes do serviço, causados por seus funcionários;

9.52. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.53. Declarar que o exame será repetido sem ônus para a SES/SC se não estiver de acordo com os padrões de qualidade exigidos;

9.54. Disponibilizar os Procedimentos de transporte e preparo de amostra, o Manual de coleta e preparo de paciente e o Plano de Contingência para eventuais situações de risco;

9.55. Remanejar saldo de exames entre unidades do mesmo lote para realização de exames na unidade que não dispõe de quantitativo;

9.56. Cumprir as conformidades da RDC/ANVISA nº 171/2006, quando a CONTRATADA atender unidade hospitalar que dispõe de Banco de Leite Humano (BLH) e/ou Posto de Coleta de Leite Humano (PCLH);

9.57. Dispor de profissional capacitado por treinamento reconhecido pela Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano para execução das análises físico-químicas, organolépticas e microbiológicas do leite, conforme Art. 7.4 da RDC/ANVISA nº 171/2006, quando a CONTRATADA atender unidade hospitalar que dispõe BLH e/ou PCLH.

9.58. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

9.58.1. A CONTRATADA prestará os serviços na unidade hospitalar de acordo com área máxima descrita na Tabela III. Os exames também poderão ser executados nas unidades hospitalares que dispõem de posto de coleta laboratorial com área máxima descrita na Tabela III, desde que amparado com área de preparo de amostras;

9.58.2. A CONTRATADA pagará o valor por metro quadrado da área cedida pela CONTRATANTE como descrito na Tabela IV;

9.58.3. Para exclusiva execução dos serviços, a CONTRATANTE colocará à disposição da CONTRATADA, nas condições estipuladas neste Termo de Referência, área física adequada nas dependências das unidades, conforme a Tabela III, bem como água, luz e ramal telefônico (exclusivamente interno);

9.58.4. A CONTRATADA apresentará a solução de adaptação da rede de gás, água e energia elétrica de cada Unidade de Saúde à Gerência de Obras e Projetos (GEROP), para acompanhamento, fiscalização e validação da execução da instalação, sendo que a cobrança será realizada em forma de rateio das despesas totais da Unidade por intermédio de apuração pela Gerência de Acompanhamento de Custos e Resultados (GEACR) até a devida instalação dos medidores individuais;

9.58.5. A CEDENTE fornecerá a estrutura para consumo de gás, água, telefone e energia elétrica para a realização dos serviços, entretanto ficará a cargo da CESSIONÁRIA a



instalação dos medidores individuais no prazo de 30 (trinta) dias, no caso da inexistência dos mesmos, respeitando as estruturas existentes e garantindo o funcionamento pleno dos sistemas, para aferição de gás, água e energia elétrica. E ficará a cargo da CESSIONÁRIA os pagamentos das despesas mensais dos gastos com o consumo dos itens supracitados;

9.58.6. A CONTRATADA executará nas dependências da CONTRATANTE, somente os serviços referentes à demanda gerada pela Unidade Hospitalar vinculada à SES, vedado o atendimento externo de particulares ou outros convênios;

9.58.7. Referente à concessão remunerada de uso de bem público, a CESSIONÁRIA pagará à SES, por meio de boleto bancário, com vencimento no último dia útil de cada mês, aluguel correspondente à área física cedida, o qual será cobrada pelo metro quadrado da região seguindo índices oficiais. Além disso, a cobrança do condomínio será o valor médio do custo unitário por metro quadrado fornecido pelo Sistema de Custos da SES (SGS BI) do ano anterior à assinatura do contrato e multiplicado pela área em metro quadrado cedida pela unidade hospitalar para a instalação do laboratório, em razão da manutenção da estrutura disponível à CONTRATADA, conforme Tabela IV. Após a instalação dos medidores individuais pela CONTRATADA, os valores aferidos, serão somados à taxa de condomínio, e o valor médio dos três meses posteriores à instalação será atribuído ao pagamento mensal dos 60 dias que a CONTRATADA ficou sem medidor;

9.58.8. Para a comprovação do pagamento das despesas contidas neste termo, a empresa contratada deverá apresentar mensalmente o documento de depósito, junto com a nota fiscal dos serviços prestados;

9.58.9. Em caso de prorrogação do Contrato, a SES atualizará a remuneração da área física, estabelecida neste Termo conforme metodologia descrita na Tabela IV.

9.58.10. Na ocasião da assinatura do Contrato a Unidade da SES emitirá uma declaração contendo a metragem da sala que será cedida, conforme necessidade da empresa vencedora;

9.58.11. A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pela adequação da estrutura física da área cedida, atendendo as determinações da legislação sanitária vigente, assim como, a demanda da prestação dos serviços;

9.58.12. A CONTRATADA deverá comunicar a SES previamente, quando houver necessidade de realização de obra na área disponibilizada e providenciar a continuidade dos serviços;

9.58.13. A CONTRATADA deverá entregar a área utilizada em perfeito estado de pintura, instalação elétrica e hidráulica, limpeza e conservação, no término do contrato;

9.58.14. Os Laboratórios Clínicos dos Serviços de Saúde têm as seguintes responsabilidades quanto a prevenção, controle e monitoramento de microrganismos multirresistentes (MMR) no Estado de Santa Catarina, conforme a Portaria SES N° 762 de 16 de agosto de 2023, sendo que a inobservância dos seus requisitos constitui infração sanitária, nos termos da Lei Estadual nº. 6.320, de 20 de dezembro de 1983, suas atualizações ou instrumento legal que venha a substituí-la, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal cabíveis:

I - encaminhar OBRIGATORIAMENTE ao LACEN/SC os isolados de microrganismos elencados nos Art. 7º, Art. 8º e Art. 9º, assim como isolados bacterianos identificados pela primeira vez no estabelecimento, independente do sítio anatômico de origem, para confirmação diagnóstica.

II - acessar o GAL para a realização do cadastro da(s) amostra(s) por meio do



link <http://lacensc.saude.sc.gov.br/gal.php>. Nota 1: antes de enviar a(s) amostra(s) ao LACEN/SC, estas devem ser cadastradas no GAL. Nota 2: é importante consultar no site do LACEN/SC as orientações detalhadas sobre como proceder para cadastrar a(s) amostra(s), sendo que as orientações são específicas para cada tipo de microrganismo (bactérias, fungos ou micobactérias), portanto, atentar para seguir a orientação correta. Nota 3: o resultado do exame será disponibilizado online, por meio do sistema GAL, ao responsável pelo cadastro da amostra e/ou ao profissional da instituição com acesso ao referido sistema.

III - comunicar à SCIRAS do Serviço de Saúde, de onde a(s) amostra(s) foi(ram) proveniente(s), em até 24 horas, sobre a identificação de algum microrganismo elencado nos Art. 7º, Art. 8º e Art. 9º.

TABELA III - Área máxima disponível ao laboratório clínico e posto de coleta nas unidades hospitalares públicas vinculadas à SES/SC.

Unidade da SES	Nº de Leitos	Área Física Coleta (m²)	Área Física Laboratório (m²)	Horário de Atendimento
HRHMG	306	A área de coleta está integrada ao laboratório	207,14	24h incluindo sábados, domingos e feriados
IC	130	A área de coleta está integrada ao laboratório	Os exames de análises clínicas são realizados na área cedida ao HRHMG	24h incluindo sábados, domingos e feriados
HST	93	Os exames são coletados na Unidade e transportados ao laboratório	Os exames de análises clínicas são realizados na área cedida ao HRHMG	Diurno, 12h, incluindo sábados, domingos e feriados

TABELA IV - Área cedida e valor por metro quadrado disponíveis aos laboratórios nas unidades hospitalares públicas vinculadas à SES/SC.

Unidade	Área (m²)	Valor Aluguel/m² (R\$)	Valor Total Aluguel (R\$)	Valor Condomínio/m² (R\$)	Valor total Condomínio (R\$)
HRHMG/IC/HST	207,14	*43,21	8.950,52	**32,61	6.754,83

* O valor de R\$ 20,00 por metro quadrado do HRHMG, IC e HST de acordo com a avaliação mercadológica da BESCOR no ano de 2012, corrigido em outubro de 2023, pela média simples entre o INPC (IBGE) e IGP-DI (FGV) por meio da calculadora cidadão disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, demonstrada na Figura 1 e 2, resulta no valor de R\$ 43,21/m² por metro quadrado no contrato de concessão remunerada de uso de bem público.

** O valor médio em reais do custo unitário por metro quadrado das unidades HRHMG, IC e HST fornecido pelo Sistema de Custos da SES (SGS BI) do ano anterior à assinatura do contrato, multiplicado pela área em metro quadrado cedida pela unidade hospitalar para a instalação do laboratório, resulta no valor do condomínio.



05/12/2023 – 10:38h).

Resultado da Correção pelo INPC (IBGE)

Dados básicos da correção pelo INPC (IBGE)	
Dados informados	
Data inicial	01/2012
Data final	10/2023
Valor nominal	R\$ 20,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,97520540
Valor percentual correspondente	97,520540 %
Valor corrigido na data final	R\$ 39,50 (REAL)

[Fazer nova pesquisa](#) [Imprimir](#)

Figura 2. Calculadora Cidadão disponibilizada pelo Banco Central do Brasil (Acesso público 05/12/2023 – 10:40h).

Resultado da Correção pelo IGP-DI (FGV)

Dados básicos da correção pelo IGP-DI (FGV)	
Dados informados	
Data inicial	01/2012
Data final	10/2023
Valor nominal	R\$ 20,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	2,34650670
Valor percentual correspondente	134,650670 %
Valor corrigido na data final	R\$ 46,93 (REAL)

[Fazer nova pesquisa](#) [Imprimir](#)

Média entre INPC (IBGE) e IGP-DI (FGV): $39,50 + 46,93 = 86,43 \div 2 = \text{R\$ } 43,21\text{m}^2$

9.59. Endereços de execução: TABELA I.



10.1. Ao gestor do contrato caberá:

- a) Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;
- b) Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços foi ou está sendo cumprida integral ou parcialmente;
- c) Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;
- d) Comunicar à DLIC, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios determinados por Lei com a contratada;
- e) Acompanhar junto ao Fiscal do Contrato o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;
- f) Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à Autoridade Competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra, prestação de serviço ou em relação a terceiros;
- g) Encaminhar à Autoridade Competente eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
- h) Comunicar a DPGC a necessidade de abertura de nova licitação à área competente, antes de findo a vigência dos contratos de prestação de serviços com antecedência mínima de 160 (cento e sessenta) dias antes do término;
- i) Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;
- j) Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder o previsto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e alterações;
- k) Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral por esta Secretaria de Estado da Saúde;
- l) Alimentar os sistemas informatizados do Governo com as informações pertinentes, responsabilizando-se por tais dados, inclusive sempre quando solicitadas;
- m) Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir, nos termos da Lei;
- n) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;
- o) Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir;
- p) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos, tais como: área de instalação do canteiro de obras, local para escritório da empresa, outras instalações etc.;
- q) Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;
- r) Acompanhar o saldo contratual/registro de preços.
- s) A forma de comunicação entre gestor e fornecedor se dará, principalmente, por email e telefone (item 13.3.).

10.2. Ao fiscal do contrato caberá:



- a) Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação;
- b) Possuir cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação;
- c) Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto da administração contratante quanto da contratada;
- d) Buscar autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização, comunicando o Gestor do Contrato sobre suas necessidades;
- e) Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (Art. 118 e suas alterações na Lei nº 14.133/2021) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;
- f) Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas e etc.;
- g) Comunicar ao Gestor do Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- h) Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- i) Impedir que empresas subcontratadas venham a executar serviços e/ou efetuar a entrega de material quando não expressamente autorizadas para tal, salvo, nos casos em que haja previsão contratual;
- j) Comunicar por escrito a empresa e o Gestor do Contrato qualquer falta cometida pela empresa;
- k) Zelar para que os valores a serem pagos nos contratos de prestação de serviços por tarefas não ultrapassem os créditos correspondentes;
- l) Fiscalizar os pagamentos efetuados. Não pode o fiscal se descuidar dos valores que deverão ser pagos, sem, no entanto, perceber os créditos destinados para tal tarefa;
- m) Ler atentamente o Termo de Contrato, especialmente as ocorrências relacionadas a sua execução;
- n) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
- o) Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;
- p) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);
- q) Notificar a Contratada em qualquer ocorrência que esteja em descumprimento com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Não sendo possível a solução das ocorrências que deram origem as Notificações, o Fiscal deverá encaminhar o caso à DLIC, para providenciar as penalidades cabíveis;
- r) Anotar, em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;



s) Receber e encaminhar imediatamente as Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestadas ao Gestor do Contrato, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado;

t) Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;

u) Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;

v) Receber, em se tratando de obras e serviços de engenharia, provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;

w) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas.

x) A forma de comunicação entre fiscal e fornecedor se dará, principalmente, por email e telefone (item 13.3.).

10.3. Penalidades e Sanções Contratuais:

10.3.1. As empresas que não cumprirem as obrigações assumidas na fase licitatória e/ou de execução do contrato estão sujeitas às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária, não superior a 5 (cinco) anos, na modalidade de pregão, e não superior a 2 (dois) anos para as demais modalidades, aplicada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; e

d) declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública;

10.3.1.1. A advertência será emitida pela Administração, quando o contratado descumprir qualquer obrigação;

10.3.1.2. A multa será imposta à contratada pelo atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, de acordo com as alíquotas a seguir:

a) 0,33 % (zero, trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega do objeto ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove, nove por cento);

b) 10 % (dez por cento) em caso de não entrega do objeto ou não conclusão do serviço ou rescisão do contrato por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;

- O valor da multa e/ou custas de depósito será deduzido dos créditos ou garantias da empresa, ou cobrado administrativa ou judicialmente;

- Sempre que a multa ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial;

- O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do serviço;

- A multa será aplicada quando o atraso for superior a cinco dias;

- A aplicação da multa não impede que sejam aplicadas outras penalidades;

10.3.1.3. A suspensão impossibilitará a participação da empresa em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, de acordo com os prazos a seguir:



- I. por até 30 (trinta) dias, quando aplicada a pena de advertência emitida pela Administração e a empresa permanecer inadimplente;
- II. por até 90 (noventa) dias, quando a empresa interessada solicitar cancelamento da proposta após a abertura e antes do resultado do julgamento;
- III. por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada se recusar a retirar a autorização de fornecimento ou assinar o contrato;
- IV. por até 12 (doze) meses, quando a empresa adjudicada motivar a rescisão total ou parcial da autorização de fornecimento e/ou do contrato;
- V. por até 12 (doze) meses, quando a empresa praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação;
- VI. por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a empresa apresentar documentos fraudulentos nas licitações;
- VII. por até 5 (cinco) anos quando, na modalidade de pregão, a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, que não celebrar o contrato, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, que não mantiver a proposta, que falhar ou fraudar na execução do contrato, que se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios; e
- VIII. até a realização do pagamento, quando a empresa receber qualquer das multas previstas no item anterior.

10.3.1.3.1. A penalidade de suspensão aplicada pela Administração, publicada no Diário Oficial do Estado, implicará na suspensão da fornecedora junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.3.1.3.2. A suspensão do direito de licitar poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência;

10.3.1.4. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado da Administração – SEA;

10.3.1.4.1. A declaração de inidoneidade permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou;

10.3.1.4.2. A declaração de inidoneidade terá seus efeitos extensivos a toda Administração Pública;

10.3.2. As empresas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a) suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores - CCF ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e
- b) declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

10.3.3. As sanções previstas no edital poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e
- b) tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;



10.3.4. Compete à Assessoria Jurídica da SES/SGA, após análise a indicação das penalidades previstas neste edital e legislação vigente, cuja aplicação dependerá da homologação da autoridade competente do órgão ou entidade;

10.3.5. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas neste edital, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade;

10.3.6. As penalidades aplicadas serão registradas na Secretaria de Estado da Administração/ Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos – DGLC, no Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/SEA;

10.3.7. Homologadas e publicadas as penalidades, a Administração as encaminhará ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina/ SEA, para registro.

10.3.8. As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria da Secretaria de Estado da Saúde, situada no 9º (nono) andar do Edifício Halley, na Rua Esteves Júnior, 160, Centro, Florianópolis, SC.

10.4. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.4.1. A rescisão do Contrato poderá ser efetuada conforme determina o artigo 137 e acarretar as consequências previstas no artigo 139, pelos motivos previstos nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores.

10.4.2. O Contrato poderá ainda ser rescindido por conveniência da Administração, a qualquer tempo, mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias.

10.4.3. O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que a CONTRATADA caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

10.4.3.1. Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

10.4.3.2. Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

10.4.3.3. Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

10.4.4. A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 137, da Lei 14.133/21, bem como Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009.

11. DA OBRIGAÇÕES

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

11.2. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).



11.3. Obrigações específicas da contratada:

Obriga-se a empresa:

11.3.1. Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;

11.3.2. Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

11.3.3. Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento dos serviços objeto do edital;

11.3.4. Reparar, corrigir, substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objetos do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, de emprego de material ou equipamentos inadequados;

11.3.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega dos serviços;

11.3.6. Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

11.3.7. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas normatizações e regulamentações;

11.3.8. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

11.3.9. A estender aos contratos objeto, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;

11.3.10. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

11.3.11. A CONTRATADA será a responsável por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

11.3.12. A SES poderá exigir os documentos referentes aos empregados da CONTRATADA. Estes documentos estão relacionados abaixo e devem estar disponíveis para apresentação a qualquer momento:

- a) Contrato de Trabalho de seus empregados;
- b) Contrato de prestação de serviços, quando for o caso;
- c) Registro da carteira de trabalho de empregados;



- d) Controle de horas;
- e) Regulamento interno;
- f) Convenção, acordo ou sentença normativa;
- g) Certificado de regularidade do FGTS;
- h) GFIP;
- i) Folha de pagamento;
- j) Certidão negativa de débitos previdenciários (CND);
- k) Documentos pertinentes à contribuição previdenciária;
- l) Documentos pertinentes à segurança e saúde do trabalho;
- m) Comunicado de acidente do trabalho (CAT), entre outros;
- n) Documentação do Sistema de Gestão da Qualidade (comprovação de treinamentos, plano de manutenção preventiva e outros).

11.3.13. Mesmo não sendo a fabricante responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

11.3.14. Não se estabelecerá qualquer relação jurídica entre os empregados da CONTRATADA e a Secretaria de Estado da Saúde. A contratada será a responsável única e direta perante o empregado que contrata para execução do objeto, exercendo a prerrogativa de dirigi-los e ao ônus de remunerá-los de acordo com as disposições trabalhistas, previdenciárias e tributárias vigentes;

11.3.15. A recusa, demora ou qualquer reclamação no atendimento, independente das sanções cabíveis, permitirá que a SES confie a outrem, a execução dos serviços reclamados e não executados, descontando o seu custo uma única vez, no pagamento subsequente, sem que a CONTRATADA possa impugnar o seu valor;

11.3.16. A CONTRATADA, representada por sua direção ou preposto, deve participar sempre que convocada, das reuniões técnicas do corpo clínico e da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) da(s) Unidade(s) da SES, a fim de auxiliar nas ações relacionadas a infecção hospitalar, sem quaisquer ônus à SES;

11.3.17. Informar a escala de funcionários que realizarão os exames no período noturno, finais de semana e feriados a(s) Unidade(s) da SES, durante a vigência do contrato;

11.3.18. Responsabilizar-se pelo controle da frequência e pontualidade de seus empregados;

11.3.19. Manter contingente laborativo suficiente para executar os serviços, sem interrupção por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve ou demissão de empregados, sendo necessário substituições de profissionais em prazo hábil, resguardando-se de incolumidade, continuidade e pontualidade dos serviços, além de risco à segurança do trabalhador, no prazo estabelecido pelo Fiscal do Contrato;

11.3.20. Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, alimentação e transporte, apresentando mensalmente a comprovação do recolhimento do GFIP (FGTS e INSS) referente à força de trabalho empregada na prestação dos serviços, com o objetivo de liberação pagamentos das faturas apresentadas ao CONTRATANTE para



liquidação;

11.3.21. Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e ao pagamento de salário no prazo da legal;

11.3.22. Fornecer aos seus profissionais até o último dia útil do mês anterior, de documentos de legitimação previstos no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) para aquisição de gêneros alimentícios ou refeição, garantida a opção de escolha ao empregado e de vale transporte que corresponda às despesas de locomoção do profissional para o local da prestação do serviço (Dec. Fed. nº 95.247/87, Lei nº 7.418/85, Lei nº 7.619/87). A CONTRATADA assumirá todos os encargos de eventuais demandas trabalhistas, cível ou penal relacionados aos serviços, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

11.3.23. Encaminhar o profissional que sofrer acidente de trabalho ou aquele que necessitar de atendimento médico em tempo hábil e comunicar a ocorrência ao Fiscal do Contrato;

11.3.24. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, licenças, Conselhos Regionais, outros Órgãos públicos Municipais, Estaduais ou Federais necessários e, certidões solicitadas;

11.3.25. A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços;

11.3.26. Providenciar a correção das deficiências na execução dos serviços contratados apontadas pela SES;

11.3.27. A CONTRATADA, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência;

11.3.28. A CONTRATADA se responsabilizará pela idoneidade e pelo comportamento de seus profissionais, prepostos ou subordinados, e, ainda, arcará com o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que seja causado direta ou indiretamente ao patrimônio da Secretaria de Estado da Saúde ou a terceiros pela execução dos serviços prestados;

11.3.29. Ser responsável pelo dano ou prejuízo decorrente do uso inadequado ou falta de zelo por seus funcionários, dos utensílios, materiais e equipamentos de propriedade da SES, devendo a CONTRATADA comunicar à SES por escrito, toda e qualquer ocorrência de acidentes durante a execução do contrato e ressarcir o prejuízo causado;

11.3.30. Instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;

11.3.31. A CONTRATADA apresentará ao Fiscal do Contrato sempre quando solicitado, a relação nominal acompanhada dos endereços residencial e profissional atualizada e Atestado de Sanidade Física e Mental, obedecendo aos períodos legalmente previstos, dos profissionais que prestarão os serviços, comunicando qualquer alteração ocorrida;



11.3.32. A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais, cujas reclamações atinentes a quaisquer aspectos da execução contratual se obriga prontamente a atender;

11.3.33. A CONTRATADA e seus subordinados deverão atender com presteza as solicitações/reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando a sua imediata correção sem ônus para a SES;

11.3.34. Manter permanentemente de validade da documentação: Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômico-Financeira da empresa;

11.3.35. A CONTRATADA preservará a SES/SC, mantendo-a salvo de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação;

11.3.36. A CONTRATADA não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da SES/SC;

11.3.37. A CONTRATADA indicará um responsável pelo gerenciamento dos serviços, autorizado a tratar com o CONTRATANTE a respeito de todos os aspectos que envolvam a execução do contrato;

11.3.38. A CONTRATADA emitirá nota fiscal onde constará o nome do exame e respectivo código relacionado com a Tabela de Referência SIGTAP/SUS, Tabela CBHPM e/ou Tabela Própria SES, número de exames realizados e entregará na unidade hospitalar solicitante, conforme a relação mensal de exames realizados, disponibilizada no SGS-Hospitalar;

11.3.39. Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

11.3.40. Realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital: https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/).

11.4. Obrigações específicas da contratante:

Obriga-se a Administração/Contratante:

11.4.1. Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos serviços entregues;

11.4.2. A CONTRATANTE/SES pagará a CONTRATADA pela execução dos serviços prestados nos termos e prazos contratualmente previstos, após atestados pelo Fiscal do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato de acordo com a norma de contratação;

11.4.3. Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços,



sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

11.4.4. Os serviços executados pela CONTRATADA serão fiscalizados diretamente pelo Gestor e representante designado pela Administração da Unidade Hospitalar (Fiscal de Contrato), o qual acompanhará e fiscalizará o cumprimento dos dispositivos do Contrato. A Comissão de Serviços de Análises Clínicas da SES atuará junto a fiscalização, desde o início dos trabalhos, com interesse exclusivo da SES, participando de todos os atos que se fizerem necessários para garantir a execução dos serviços contratados, podendo ser realizadas diligências e auditorias;

11.4.5. Visita da Comissão de Serviços de Análises Clínicas nos Laboratórios para comprovação da compatibilidade de parque de equipamentos e do corpo técnico qualificado para prestar os serviços de análises clínicas às unidades hospitalares;

11.4.6. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

11.4.7. Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.4.8. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

11.4.9. A CONTRATANTE deverá assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, ao local de trabalho;

11.4.10. A CONTRATANTE/SES deverá prestar as informações e os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATADA;

11.5. CONDIÇÕES GERAIS

11.5.1. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à licitação, bem como, as condições estabelecidas no Edital e Anexos;

11.5.2. No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a empresa vencedora possa impugnar o seu valor;

11.5.3. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições do Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral;

11.5.4. O Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e suas normatizações e regulamentações e pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009;

11.5.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do Contrato.

12. Da transição e Continuidade dos Serviços:



12.1. A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de instalação do laboratório nas dependências da unidade hospitalar para a aprovação do gestor e do fiscal de contrato da CONTRATANTE na ocasião da assinatura do contrato, incluindo as ações referentes à segurança física e lógica, bem como os recursos humanos frente a ocorrência de contingências que possam afetar a continuidade dos serviços;

12.2. CONTRATADA deve estar apta para iniciar as suas atividades no máximo em 30 (trinta.) dias após a assinatura do contrato, na data definida pela CONTRATANTE, de acordo com o encerramento do contrato com o atual prestador de serviços;

12.3. Os serviços pagos a cada contratado devem corresponder ao projetado no plano de transição aprovado, evitando o pagamento ao contratado anterior por serviços já encerrados e transferidos;

12.4. As responsabilidades da nova CONTRATADA devem ser definidas na fase de encerramento do contrato anterior, evitando a alegação de dificuldades para a prestação dos serviços e cumprimento do novo contrato.

13. DO CONTRATO

Instrumento Contratual: Contrato + Autorização de Fornecimento.

13.1. Da vigência: O prazo de vigência da contratação é de 12 meses, não prorrogáveis, contados da assinatura do contrato, de acordo com Lei 14.133/2021, artigo 75, inciso VIII.

13.2. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que a interrupção pode comprometer a continuidade dos serviços realizados nas unidades da SES.

13.3. Gestão e Fiscalização:

Gestor:

SOLICITANTE	MATRÍCULA	GESTOR	TELEFONE/ EMAIL
HRHMG	375618-1-03	Daywson Pauli Koerich	48-3664-9700/hrs@saude.sc.gov.br
IC	671389-0-02	Paulo Carlos Brentano Junior	48-3664-3000/icsc@saude.sc.gov.br
HST	0243123-8-01	José Augusto da Silva Velho	48-3664-3717/hst@saude.sc.gov.br

Fiscal:

SOLICITANTE	MATRÍCULA	GESTOR	TELEFONE/EMAIL
HRHMG	673371019	Jessyka Zanella Costa	48-3664-9621/geradhrs@saude.sc.gov.br
IC	673540-1-01	Vinícius Valdir Galdino	48-3664-3000/icscsaude.sc.gov.br
HST	0255322-8-01	Rogério José Koerich	48-3664-3717/geradhst@saude.sc.gov.br

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (ART. 6º, XXIII, “G” e ART. 40º, §1º, II, DA LEI Nº 14.133/2021)

14.1. Critérios de medicação:



a) Os serviços serão remunerados após a conferência mensal entre os exames prescritos, conforme a nomenclatura proposta e os códigos correspondentes, e os resultados emitidos eletronicamente por meio do interfaceamento entre os softwares da Secretaria e da empresa contratada, totalizando a quantidade de serviços executados e aprovados pela fiscalização.

b) A CONTRATADA apresentará a relação de pacientes atendidos e as guias impressas de exames realizados, com os respectivos valores unitários, até a implantação do interfaceamento supracitado para a conferência dos serviços executados.

14.2. Prazos:

14.2.1. Prazo de início da execução: (item 12.2.).

14.1.3. Prazo de pagamento/ Condições de Pagamento:

a) O pagamento dos exames, após o período de até 30 (trinta) dias concedido para o interfaceamento entre os sistemas da Secretaria e da empresa, será efetuado mediante a integração dos resultados/laudos no SGS-Hospitalar;

b) A Secretaria de Estado da Saúde efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do material com a respectiva Nota Fiscal/Fatura ou documento legalmente equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste edital;

c) Caso o vencimento do prazo de pagamento da Nota Fiscal/Fatura ocorra fora do calendário semanal ou de expediente bancário, o pagamento será efetuado na próxima data do calendário, imediatamente posterior ao vencimento, não incidindo qualquer compensação financeira neste período;

d) Também será obrigatório que a empresa mencione na Nota Fiscal/Fatura os seguintes dados bancários para pagamento: número do banco, número da agência com dígito, número da conta corrente com dígito.

14.2. Do reajuste (art. 92, V, da Lei n.º 14.133/2021): Os preços contratados serão irrealizáveis.

15. DO VALOR ESTIMADO (ART. 6º, XXIII, “I” ART. 18º, IV, E ART. 23º E 24º DA LEI Nº 14133/2021 e Instrução Normativa nº 16/2022/SEA)

Unidade: **Hospital Regional Dr. Homero de Miranda Gomes**



Unidade: Hospital Santa Teresa

15.1. O valor de cada exame será baseado no código correspondente da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS – SIGTAP, um instrumento oficial, no qual o Ministério da Saúde processa o pagamento de exames realizados para atender as Unidades Hospitalares;

15.2. Na ausência da descrição de exames na tabela SIGTAP-SUS, utiliza-se os códigos da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM), sendo que os códigos da Tabela Própria da SES somente serão utilizados na inexistência dos códigos anteriores;

15.3. Serão cobrados exclusivamente coleta e preparo de amostras biológicas para realização de exames disponibilizados no Laboratório Central de Saúde Pública (LACEN), sendo que o transporte ao LACEN e/ou laboratório da rede indicado por este, ficará a cargo da unidade hospitalar.

Informamos que o valores que constam nas requisições correspondem a uma estimativa de preços.

A análise de preços completa (Planilha de Pesquisa de Preços) será realizada, posteriormente, pela Diretoria de Planejamento e Gestão de Compras - DPGC.

16. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 6º, XXIII, “J” DA LEI Nº 14.133/2021 e ART. 4º, VII, DO DECRETO ESTADUAL Nº 47/2023)

16.1. A contratação seguirá após a declaração de disponibilidade orçamentária-financeira emitida pela Superintendência do Fundo Estadual de Saúde em documento apensado ao processo.

17. ANÁLISE DE RISCOS E MAPA DE RISCOS (ART. 18º, X, DA LEI Nº 14.133/2021 e ART. 4º, III, DO DECRETO ESTADUAL Nº 47/2023)

O documento está sendo elaborado por esta SES. No momento, estamos utilizando o modelo de Gestão de Riscos da SEA (ANEXO VI).

18. DAS PRÁTICAS FRAUDULENTAS E DE CORRUPÇÃO

As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

- a) Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- b) Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- c) Comprometem-se em notificar à Controladoria Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
- d) Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na



Instrução Normativa conjunta CGE/SEA nº 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

19. DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

19.1. Observar o que dispõe a Lei nº 13.787, de 2018 que regula a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente e a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), estabelece regras gerais sobre a proteção de dados e Ofício circular nº 28/2021 da SEA/SC.

19.2. A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;

19.3. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;

19.4. A não se apropriar de material confidencial e/ou sigiloso que venha a ser disponibilizado;

19.5. A não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio, e obrigando-me, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas;

20. GARANTIA CONTRATUAL

20.1. A proponente que for adjudicado no(s) lote(s) desta licitação, será notificada a comparecer para assinatura do Contrato, devendo para isso efetuar na Secretaria de Estado da Saúde, a título de GARANTIA CONTRATUAL, o recolhimento da importância de 5% do valor total do Contrato que terá seu valor atualizado nas mesmas condições, no caso de reajustes e prorrogações;

20.2. No caso de rescisão, a liberação da garantia contratual ficará condicionada a verificação de cumprimento das obrigações firmadas no presente instrumento, podendo esta Secretaria, em caso de prejuízo, promover a execução da garantia contratual para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração;

20.3. A Garantia Contratual poderá ser feita em uma das seguintes modalidades:

20.3.1. Moeda corrente no país ou em títulos de dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

20.3.2. Fiança bancária;

20.3.3. Seguro-garantia.

A fiança bancária deverá ser fornecida por um banco localizado no Brasil. O seguro garantia será realizado mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País e em nome da Secretaria de Estado da Saúde, cobrindo o risco de quebra do contrato. A Garantia Contratual e os reforços somente poderão ser levantados 30 (trinta) dias após a data do término do Contrato e aceite pela Secretaria de Estado da Saúde. O pedido de devolução deverá ser protocolado e acompanhado do original da guia de recolhimento.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

21. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
GEACR/LAB(*)	---	---

(*) compilou as informações que foram prestadas pelos hospitais (HRHMG, IC, HST), e, adequou o Termo de Referência, conforme a Lei 14.133/2021.

22. GESTOR RESPONSÁVEL DA UNIDADE REQUISITANTE

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
Daywson Pauli Koerich	375618-1-03	48-3664-9700/hrsj@saude.sc.gov.br

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
Paulo Carlos Brentano Junior	671389-0-02	48-3664-3000/icsc@saude.sc.gov.br

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
José Augusto da Silva Velho	0243123-8-01	48-3664-3717/hst@saude.sc.gov.br

23. AUTORIDADE COMPETENTE DA SUPERINTENDÊNCIA REQUISITANTE

NOME	MATRÍCULA	TELEFONE/E-MAIL
Roberto Henrique Benedetti	256097-6-02	(48) 3664-8903 / suh@saude.sc.gov.br

Data: A validade deste documento está condicionada às assinaturas digitais no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos - SGPe.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

ANEXO I

Relação de exames de análises clínicas prescritos na unidade: HRHMG

Tabela	Código	Descrição	Número exames /mês	Número exames /ano
SIGTAP/SUS	0202010023	DETERMINAÇÃO DE CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DO FERRO	90	1080
SIGTAP/SUS	0202010082	DETERMINAÇÃO DE OSMOLARIDADE	5	60
SIGTAP/SUS	0202010120	DOSAGEM DE ACIDO ÚRICO	300	3600
SIGTAP/SUS	0202010147	DOSAGEM DE ALDOLASE	3	36
SIGTAP/SUS	0202010155	DOSAGEM DE ALFA1-ANTITRIPSINA	2	24
SIGTAP/SUS	0202010163	DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEÍNA ÁCIDA	1	12
SIGTAP/SUS	0202010180	DOSAGEM DE AMILASE	800	9600
SIGTAP/SUS	0202010198	DOSAGEM DE AMONIA	2	24
SIGTAP/SUS	0202010201	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES	1300	15600
SIGTAP/SUS	0202010210	DOSAGEM DE CÁLCIO	350	4200
SIGTAP/SUS	0202010228	DOSAGEM DE CÁLCIO IONIZÁVEL	500	6000
SIGTAP/SUS	0202010252	DOSAGEM DE CERULOPLASMINA	3	36
SIGTAP/SUS	0202010260	DOSAGEM DE CLORETO (SORO, PLASMA, URINA, LIQUOR)	110	1320
SIGTAP/SUS	0202010279	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	250	3000
SIGTAP/SUS	0202010287	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	200	2400
SIGTAP/SUS	0202010295	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	250	3000
SIGTAP/SUS	0202010317	DOSAGEM DE CREATININA	5200	62400
SIGTAP/SUS	0202010325	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	450	5400
SIGTAP/SUS	0202010333	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINAS E FRAÇÃO MB (CK-MB)	50	600
SIGTAP/SUS	0202010368	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA	400	4800
SIGTAP/SUS	0202010384	DOSAGEM DE FERRITINA	150	1800
SIGTAP/SUS	0202010392	DOSAGEM DE FERRO SÉRICO	100	1200
SIGTAP/SUS	0202010406	DOSAGEM DE FOLATO (ÁCIDO FÓLICO ERITROCITÁRIO)	90	1080
SIGTAP/SUS	0202010422	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	650	7800
SIGTAP/SUS	0202010430	DOSAGEM DE FÓSFORO	350	4200
SIGTAP/SUS	0202010465	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	850	10200
SIGTAP/SUS	0202010473	DOSAGEM DE GLICOSE	840	10080
SIGTAP/SUS	0202010481	DOSAGEM DE GLICOSE-6 FOSFATO DESIDROGENASE (G6PD)	1	12
SIGTAP/SUS	0202010490	DOSAGEM DE HAPTOGLOBINA	25	300
SIGTAP/SUS	0202010503	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA (GLICADA)	200	2400
SIGTAP/SUS	0202010538	DOSAGEM DE LACTATO/ÁCIDO LÁCTICO	1600	19200
SIGTAP/SUS	0202010554	DOSAGEM DE LIPASE	470	5640
SIGTAP/SUS	0202010562	DOSAGEM DE MAGNÉSIO	1900	22800
SIGTAP/SUS	0202010600	DOSAGEM DE POTÁSSIO	4700	56400
SIGTAP/SUS	0202010619	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS	75	900
SIGTAP/SUS	0202010627	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES (ALBUMINA)	350	4200
SIGTAP/SUS	0202010635	DOSAGEM DE SÓDIO	4500	54000
SIGTAP/SUS	0202010643	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	2000	24000



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

SIGTAP/SUS	0202010651	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICOPIRUVICA (TGP)	2000	24000
SIGTAP/SUS	0202010660	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	150	1800
SIGTAP/SUS	0202010678	DOSAGEM DE TRIGLICÉRIDOS	350	4200
SIGTAP/SUS	0202010694	DOSAGEM DE URÉIA (SANGUE)	4600	55200
SIGTAP/SUS	0202010708	DOSAGEM DE VITAMINA B12 (CIANOCOBALAMINA)	270	3240
SIGTAP/SUS	0202010724	ELETOFORESE DE PROTEÍNAS	30	360
SIGTAP/SUS	0202010732	GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCESSO OU DEFICIT BASE)	2500	30000
SIGTAP/SUS	0202010767	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	230	2760
SIGTAP/SUS	0202010775	DETERMINAÇÃO DE CREMATOCRITO NO LEITE HUMANO ORDENHADO	220	2640
SIGTAP/SUS	0202010791	DOSAGEM DE PEPTÍDEOS NATRIURÉTICOS TIPO B (BNP E NT-PROBNP)	270	3240
SIGTAP/SUS	0202020029	CONTAGEM DE PLAQUETAS (CITRATO DE SÓDIO)	40	480
SIGTAP/SUS	0202020037	CONTAGEM DE RETICULÓCITO	100	1200
SIGTAP/SUS	0202020070	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO	5	60
SIGTAP/SUS	0202020126	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBINA (TT)	3	36
SIGTAP/SUS	0202020134	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTPA OU KPTT)	1600	19200
SIGTAP/SUS	0202020142	DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	2000	24000
SIGTAP/SUS	0202020150	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO (VHS)	230	2760
SIGTAP/SUS	0202020177	DOSAGEM DE ANTITROMBINA III	7	84
SIGTAP/SUS	0202020193	DOSAGEM DE FATOR IX	5	60
SIGTAP/SUS	0202020223	DOSAGEM DE FATOR VIII	5	60
SIGTAP/SUS	0202020231	DOSAGEM DE FATOR VIII (INIBIDOR)	5	60
SIGTAP/SUS	0202020240	DOSAGEM DE FATOR VON WILLEBRAND (ANTIGENO)	1	12
SIGTAP/SUS	0202020290	DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	70	840
SIGTAP/SUS	0202020304	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	450	5400
SIGTAP/SUS	0202020355	ELETOFORESE DE HEMOGLOBINA	2	24
SIGTAP/SUS	0202020363	ERITROGRAMA (ERITRÓCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATÓCRITO)	40	480
SIGTAP/SUS	0202020371	HEMATÓCRITO	400	4800
SIGTAP/SUS	0202020380	HEMOGRAMA COMPLETO	6500	78000
SIGTAP/SUS	0202020398	LEUCOGRAMA	2	24
SIGTAP/SUS	0202020550	DOSAGEM DE PROTEINA C FUNCIONAL	7	84
SIGTAP/SUS	0202020568	DOSAGEM DE PROTEINA S FUNCIONAL	5	60
SIGTAP/SUS	0202020576	PESQUISA DE ANTICOAGULANTE LÚPICO	15	180
SIGTAP/SUS	0202030024	CONTAGEM DE LINFÓCITOS CD4/CD8	15	180
SIGTAP/SUS	0202030059	DETECÇÃO DE RNA DO VÍRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO)	4	48
SIGTAP/SUS	0202030067	DETERMINAÇÃO DE COMPLEMENTO (CH50)	25	300
SIGTAP/SUS	0202030075	DETERMINAÇÃO DE FATOR REUMATOIDE	35	420
SIGTAP/SUS	0202030083	DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE PROTÉINA C REATIVA	4500	54000
SIGTAP/SUS	0202030091	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	15	180
SIGTAP/SUS	0202030105	DOSAGEM DE ANTÍGENO PROSTÁTICO ESPECÍFICO (PSA) OU PSA LIVRE OU PSA TOTAL	45	540
SIGTAP/SUS	0202030113	DOSAGEM DE BETA-2 MICROGLOBULINA	8	96
SIGTAP/SUS	0202030121	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	12	144
SIGTAP/SUS	0202030130	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	30	360
SIGTAP/SUS	0202030156	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	30	360



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

SIGTAP/SUS	0202030164	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	7	84
SIGTAP/SUS	0202030172	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA G (IGG)	7	84
SIGTAP/SUS	0202030180	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	6	72
SIGTAP/SUS	0202030210	GENOTIPAGEM DE VÍRUS DA HEPATITE C	3	36
SIGTAP/SUS	0202030229	IMUNOELETOFORESE DE PROTEÍNAS	70	840
SIGTAP/SUS	0202030253	PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	15	180
SIGTAP/SUS	0202030261	PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	15	180
SIGTAP/SUS	0202030270	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA DUPLA HÉLICE	12	144
SIGTAP/SUS	0202030300	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	350	4200
SIGTAP/SUS	0202030318	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1/ + HTLV-2	30	360
SIGTAP/SUS	0202030326	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	10	120
SIGTAP/SUS	0202030342	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SIM	10	120
SIGTAP/SUS	0202030350	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	15	180
SIGTAP/SUS	0202030369	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	15	180
SIGTAP/SUS	0202030458	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL70)	5	60
SIGTAP/SUS	0202030474	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTISTREPTOLISINA O (ASLO)	8	96
SIGTAP/SUS	0202030512	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHOTA DE LANGERHANS	1	12
SIGTAP/SUS	0202030547	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA (LISTERIA MONOCYTOGENESES)	5	60
SIGTAP/SUS	0202030555	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	10	120
SIGTAP/SUS	0202030563	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA (IFI)	4	48
SIGTAP/SUS	0202030580	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO	3	36
SIGTAP/SUS	0202030598	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO (FAN FATOR ANTI NUCLEO)	40	480
SIGTAP/SUS	0202030601	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS	2	24
SIGTAP/SUS	0202030628	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	5	60
SIGTAP/SUS	0202030636	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	270	3240
SIGTAP/SUS	0202030644	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTÍGENO E DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	5	60
SIGTAP/SUS	0202030652	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA HITOPLASMA	2	24
SIGTAP/SUS	0202030679	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI HCV)	360	4320
SIGTAP/SUS	0202030725	Pesquisa de AC (EIE) anticlamidia (soro)	2	24
SIGTAP/SUS	0202030733	PESQUISA DE ANTICORPOS HETEROFILOS CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR (MONONUCLEOSE)	3	36
SIGTAP/SUS	202030741	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	35	420
SIGTAP/SUS	202030768	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	130	1560
SIGTAP/SUS	0202030776	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI (CHAGAS)	40	480
SIGTAP/SUS	0202030784	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG e IGM CONTRA ANTÍGENO CENTRAL DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL) / HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL)	10	120
SIGTAP/SUS	0202030806	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	25	300
SIGTAP/SUS	0202030814	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	10	120
SIGTAP/SUS	0202030822	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA - HERPES ZOSTER	10	120
SIGTAP/SUS	0202030830	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VÍRUS EPSTEIN-BAAR	15	180
SIGTAP/SUS	0202030849	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	10	120
SIGTAP/SUS	0202030857	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	35	420



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

SIGTAP/SUS	0202030873	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	100	1200
SIGTAP/SUS	0202030881	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI (CHAGAS)	30	360
SIGTAP/SUS	0202030890	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTÍGENO CENTRAL DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	30	360
SIGTAP/SUS	0202030911	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGM)	20	240
SIGTAP/SUS	0202030920	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	10	120
SIGTAP/SUS	0202030938	PESQUISA DE ANTICORPOR IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA - HERPES ZOSTER	12	144
SIGTAP/SUS	0202030946	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA OVÍRUS EPSTEIN-BARR	25	300
SIGTAP/SUS	0202030954	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES	15	180
SIGTAP/SUS	0202030962	PESQUISA DE ANTÍGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	25	300
SIGTAP/SUS	0202030970	PESQUISA DE ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	350	4200
SIGTAP/SUS	0202030989	PESQUISA DE ANTÍGENO E DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	8	96
SIGTAP/SUS	0202031004	PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS	20	240
SIGTAP/SUS	0202031012	PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	8	96
SIGTAP/SUS	0202031080	QUANTIFICAÇÃO DE RNA DO VÍRUS DA HEPATITE C	8	96
SIGTAP/SUS	0202031110	TESTE NÃO TREPONÊMICO P/DETECÇÃO DE SÍFILIS (VDRL)	480	5760
SIGTAP/SUS	0202031128	TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNÓSTICO DA SÍFILIS	15	180
SIGTAP/SUS	0202031136	TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNÓSTICO DA SÍFILIS	15	180
SIGTAP/SUS	0202031187	DOSAGEM DE ANTICORPOS ANTITRANSGLUTAMINASE RECOMBINANTE HUMANO IGA	8	96
SIGTAP/SUS	0202031195	DOSAGEM DA FRAÇÃO C1Q DO COMPLEMENTO	1	12
SIGTAP/SUS	0202031209	DOSAGEM DE TROPONINA	500	6000
SIGTAP/SUS	0202031276	DOSAGEM DE ADENOSINA-DESAMINASE (ADA)	15	180
SIGTAP/SUS	0202031292	DOSAGEM DE ANTI-BETA-2-GLICOPROTEÍNA I - IGM	10	120
SIGTAP/SUS	0202040038	EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	10	120
SIGTAP/SUS	0202040070	PESQUISA DE GORDURA FECAL	1	12
SIGTAP/SUS	0202040097	PESQUISA DE LEUCÓCITOS NAS FEZES	8	96
SIGTAP/SUS	0202040127	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS/PARASITOLÓGICO DE FEZES	15	180
SIGTAP/SUS	0202040135	PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	1	12
SIGTAP/SUS	0202040143	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	3	36
SIGTAP/SUS	0202050017	ANÁLISE DE CARACTERES FÍSICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	2150	25800
SIGTAP/SUS	0202050068	DETERMINAÇÃO DE OSMOLALIDADE	8	96
SIGTAP/SUS	0202050092	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	8	96
SIGTAP/SUS	0202050114	DOSAGEM DE PROTEÍNAS (URINA DE 24 HORAS)	190	2280
SIGTAP/SUS	0202050300	PESQUISA DE PROTEINAS URINARIAS 24 HORAS POR ELETROFORESE	2	24
SIGTAP/SUS	0202060047	DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA	10	120
SIGTAP/SUS	0202060071	DOSAGEM DE ACIDO 5-HIDROXI-INDOL-ACETICO (SEROTONINA)	1	12
SIGTAP/SUS	0202060080	HORMÔNIO ADRENOCORTICOTRÓFICO (ACTH)	5	60
SIGTAP/SUS	0202060098	DOSAGEM DE ALDOSTERONA	10	120
SIGTAP/SUS	0202060110	DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	2	24
SIGTAP/SUS	0202060136	DOSAGEM DE CORTISOL (TODOS OS TIPOS DE COLETA)	18	216
SIGTAP/SUS	0202060144	DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	2	24
SIGTAP/SUS	0202060152	DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT)	2	24
SIGTAP/SUS	0202060160	DOSAGEM DE ESTRADIOL	5	60



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

SIGTAP/SUS	0202060187	DOSAGEM DE ESTRONA	1	12
SIGTAP/SUS	0202060195	DOSAGEM DE GASTRINA	1	12
SIGTAP/SUS	0202060217	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIÔNICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	290	3480
SIGTAP/SUS	0202060225	DOSAGEM DE HORMÔNIO DE CRESCIMENTO (HGH)	1	12
SIGTAP/SUS	0202060233	DOSAGEM DE HORMÔNIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	10	120
SIGTAP/SUS	0202060241	DOSAGEM DE HORMÔNIO LUTEINIZANTE (LH)	10	120
SIGTAP/SUS	0202060250	DOSAGEM DE HORMÔNIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	350	4200
SIGTAP/SUS	0202060268	DOSAGEM DE INSULINA	10	120
SIGTAP/SUS	0202060276	DOSAGEM DE PARATORMÔNIO	50	600
SIGTAP/SUS	0202060284	DOSAGEM DE PEPTÍDEO C	5	60
SIGTAP/SUS	0202060292	DOSAGEM DE PROGESTERONA	5	60
SIGTAP/SUS	0202060306	DOSAGEM DE PROLACTINA	5	60
SIGTAP/SUS	0202060314	DOSAGEM DE RENINA	10	120
SIGTAP/SUS	0202060322	DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	2	24
SIGTAP/SUS	0202060349	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	15	180
SIGTAP/SUS	0202060357	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	15	180
SIGTAP/SUS	0202060365	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	5	60
SIGTAP/SUS	0202060373	DOSAGEM DE TIROXINA	12	144
SIGTAP/SUS	0202060381	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	215	2580
SIGTAP/SUS	0202060390	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	15	180
SIGTAP/SUS	0202070050	DOSAGEM DE ÁCIDO VALPROICO	10	120
SIGTAP/SUS	0202070123	DOSAGEM DE BARBITURATOS/FENOBARBITAL	5	60
SIGTAP/SUS	0202070158	DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	1	12
SIGTAP/SUS	0202070190	DOSAGEM DE COBRE	4	48
SIGTAP/SUS	0202070204	DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)	1	12
SIGTAP/SUS	0202070220	DOSAGEM DE FENITOÍNA	3	36
SIGTAP/SUS	0202070255	DOSAGEM DE LÍTIO	3	36
SIGTAP/SUS	0202070352	DOSAGEM DE ZINCO	2	24
SIGTAP/SUS	0202080013	ANTIBIOGRAMA	130	1560
SIGTAP/SUS	0202080021	ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRAÇÃO INIBITÓRIA MÍNIMA (CORRESPONDE AO ANTIBIOGRAMA AUTOMATIZADO)	1000	12000
SIGTAP/SUS	0202080048	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	55	660
SIGTAP/SUS	0202080072	BACTERIOSCOPIA (GRAM)	150	1800
SIGTAP/SUS	0202080080	CULTURA DE BACTÉRIAS P/ IDENTIFICAÇÃO (CULTURA EM GERAL)	350	4200
SIGTAP/SUS	0202080099	CULTURA DO LEITE HUMANO (PÓS-PASTEURIZAÇÃO)	230	2760
SIGTAP/SUS	0202080110	CULTURA PARA BAAR (MICOBACTERIA)	50	600
SIGTAP/SUS	0202080137	CULTURA PARA IDENTIFICAÇÃO DE FUNGOS	60	720
SIGTAP/SUS	0202080145	EXAME MICROBIOLÓGICO A FRESCO (DIRETO)	30	360
SIGTAP/SUS	202080153	HEMOCULTURA (MANUAL POR AMOSTRA)	50	600
SIGTAP/SUS	0202080161	IDENTIFICAÇÃO AUTOMATIZADA DE MICROORGANISMOS	900	10800
SIGTAP/SUS	0202080170	PESQUISA DE PNEUMOCYSTICARINI	1	12
SIGTAP/SUS	0202080242	PROVA CONFIRMATÓRIA DA PRESENÇA DE MICRO-ORGANISMOS COLIFORMES	20	240
SIGTAP/SUS	0202090159	ELETROFORESE DE PROTEÍNAS C/ CONCENTRAÇÃO NO LIQUOR (PESQUISA DE BANDAS OLIGOCLONAIAS)	5	60
SIGTAP/SUS	0202090183	EXAME DE CARACTERES FÍSICOS CONTAGEM GLOBAL E ESPECÍFICA DE CÉLULAS	185	2220
SIGTAP/SUS	0202100235	PESQUISA DE MUTAÇÃO DO GENE DA PROTROMBINA	5	60



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

SIGTAP/SUS	0202120015	DETERMINAÇÃO DE ANTICORPOS ANTIPLAQUETARIOS	2	24
SIGTAP/SUS	0202120023	DETERMINAÇÃO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO / GRUPO SANGUÍNEO + FATOR RH/DU	75	900
SIGTAP/SUS	021301056	TESTE DE ELISA IGG PARA IDENTIFICAÇÃO DO PARVOVIRUS (PARVOVIROSE) Coleta e preparo da amostra biológica LACEN	1	12
SIGTAP/SUS	0213010607	TESTE DE ELISA IGM P/ IDENTIFICACAO DO PARVOVIRUS (PARVOVIROSE) - Coleta e preparo da amostra biológica - LACEN	1	12
CBHPM	40302164	LACTOSE, TESTE DE TOLERANCIA	2	24
CBHPM	40302296	PIRUVATOQUINASE, DOSAGEM	2	24
CBHPM	40302407	RESERVA ALCALINA (BICARBONATO), PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	12
CBHPM	40302687	PROCALCITONINA, PESQUISA E/OU DOSAGEM	250	3000
CBHPM	40304906	DÍMERO D, PESQUISA E/OU DOSAGEM	180	2160
CBHPM	40305210	CORTISOL LIVRE- PESQUISA E/OU DOSAGEM	4	48
CBHPM	40305287	ENZIMA CONVERSORA DA ANGIOTENSINA (ECA), PESQUISA E/OU DOSAGEM	4	48
CBHPM	40305295	ERITROPOIETINA, PESQUISA E/OU DOSAGEM	4	48
CBHPM	40306070	ANTI-JO1, PESQUISA E/OU DOSAGEM	4	48
CBHPM	40306097	ANTI-LKM-1, PESQUISA E/OU DOSAGEM	4	48
CBHPM	40306259	ANTICORPOS ANTIENDOMISIO - IGG, IGM, IGA (CADA), PESQUISA E/OU DOSAGEM	4	48
CBHPM	40306305	ANTIGLIADINA (GLÚTEN) - IGA, PESQUISA E/OU DOSAGEM	4	48
CBHPM	40306313	ANTIGLIADINA (GLÚTEN) - IGG, PESQUISA E/OU DOSAGEM	4	48
CBHPM	40306321	ANTIGLIADINA (GLÚTEN) - IGM, PESQUISA E/OU DOSAGEM	3	36
CBHPM	40306402	ANTINEUTRÓFILOS (ANCA) C, PESQUISA E/OU DOSAGEM	30	360
CBHPM	40306410	ANTINEUTRÓFILOS (ANCA) P, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	12
CBHPM	40306437	ANTIPEROXIDASE TIREOIDEANA, PESQUISA	1	12
CBHPM	40306682	CLOSTRIDIUM DIFFICILE, PESQUISA E/OU DOSAGEM , TOXINA A, B E ANTIGENO GDH	20	240
CBHPM	40306887	GENOTIPAGEM DO SISTEMA HLA	8	96
CBHPM	40307298	IGG, SUBCLASSES 1,2,3,4 (CADA), PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	12
CBHPM	40307468	LYME - IGG, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	12
CBHPM	40307476	LYME - IGM, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	12
CBHPM	40307794	TOXOCARA CANNIS - IGG, PESQUISA E/OU DOSAGEM	5	60
CBHPM	40308480	ANTI-HU (ANNA 1), dosagem	1	12
CBHPM	40308588	ANTI-YO (PCA1), dosagem líquido	1	12
CBHPM	40308570	ANTI-YO(PCA1), dosagem sangue	1	12
CBHPM	40308804	ANTICORPOS ANTI PEPTÍDEO CITRULINADO CÍTRICO	10	120
CBHPM	40309045	CÉLULAS, PESQUISA DE CÉLULAS NEOPLÁSICAS (CITOLOGIA ONCÓTICA), PESQUISA EM LÍQUIDOS ORGÂNICOS	30	360
CBHPM	40310108	CRIOCOCO (TINTA DA CHINA), PESQUISA DE	15	180
CBHPM	40310205	MYCOPLASMA CULTURA	10	120
CBHPM	40310256	HEMOCULTURA AUTOMATIZADA (POR AMOSTRA)	800	9600
CBHPM	40310370	Microsporidium, pesquisa nas fezes	2	24
CBHPM	40311058	CATECOLAMINAS FRACIONADAS- DOPAMINA, EPINEFRINA, NOREPINEFRINA, PESQUISA E/OU DOSAGEM NA URINA	2	24
CBHPM	40311104	DISMORFISMO ERITROCITÁRIO, PESQUISA (CONTRASTE DE FASE) NA URINA	18	216
CBHPM	40311163	METANEFRIAS URINÁRIAS, DOSAGEM	5	60
CBHPM	40312135	PH - TORNASSOL, PESQUISA	20	240
CBHPM	40314022	CITOMEGALOVÍRUS - QUALITATIVO, POR PCR, PESQUISA	4	48
CBHPM	40314030	CITOMEGALOVÍRUS - QUANTITATIVO, POR PCR	4	48
CBHPM	40314057	FATOR V DE LAYDEN POR PCR, PESQUISA	7	84



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

CBHPM	40314278	PESQUISA DE OUTROS AGENTES POR PCR	12	144
CBHPM	40314308	QUANTIFICAÇÃO DE OUTROS AGENTES POR PCR	1	12
CBHPM	40314430	HLA B27, FFENOTIPAGEM	15	180
CBHPM	40316084	ANTICORPO ANTIRECEPTOR DE TSH (TRAB), DOSAGEM	7	84
CBHPM	40316300	GLOBULINA DE LIGAÇÃO DE HORMÔNIOS SEXUAIS (SHBG), PESQUISA E/OU DOSAGEM	3	36
CBHPM	40316378	MARCADORES TUMORAIS (CA 19-9, CA 125, CA 72-4, CA 15-3, ETC)	30	360
CBHPM	40316661	ANTICORPO ANTIAQUAPORINA	2	24
CBHPM	40323030	ACETILCOLINA ANTICORPOS LIGADOR RECEPTOR	1	12
CBHPM	40323048	ACETILCOLINA, ANTICORPOS MODULADOR RECEPTOR	1	12
CBHPM	40323064	Anticorpos anti receptor de fosfolipase A2 (PLA-2R), soro	8	96
CBHPM	40323110	Aspergillus - pesquisa do antígeno galactomanana	2	24
CBHPM	40324125	PROTEINASE 3, ANTICORPOS ANTI	1	12
CBHPM	40324656	Anticorpo anti-NMDAR	2	24
CBHPM	40324664	Anti corpo ANTI-MOG	2	24
CBHPM	40324672	Anticorpo anti-AMPAR, dosagem sangue	2	24
CBHPM	40324680	Anticorpos anti-GABAR	2	24
CBHPM	40324699	Anticorpos anti-LGI1, dosagem sangue	2	24
CBHPM	40324702	Anticorpos anti-CASPR2	2	24
CBHPM	40324710	Anticorpos anti-HMG-CoA redutase (anti-HMGCoAR), dosagem	2	24
CBHPM	40324729	Anticorpos anti tiroquinase músculo específico (anti-MUSK), dosagem	2	24
CBHPM	40324745	Anticorpo anti-LGI1, pesquisa líquido	2	24
CBHPM	40324753	Anticorpo anti-AMPAR, dosagem líquido	2	24
CBHPM	40324761	ANTI HU, dosagem líquido	2	24
Tabela SES	900014	LEISHMANIA (COLETA E PREPARO DA AMOSTRA) - LACEN	20	240
Tabela SES	900021	Dengue (COLETA E PREPARO DA AMOSTRA) - LACEN	150	1800
Tabela SES	900022	CISTICERCOSE (COLETA E PREPARO DA AMOSTRA) - LACEN	14	168
Tabela SES	900023	MICOBACTERIA POR PCR (COLETA E PREPARO DA AMOSTRA) - LACEN	55	660
Tabela SES	900024	HIV-CARGA VIRAL (COLETA E PREPARO DA AMOSTRA) - LACEN	30	360
Tabela SES	900046	LISOZIMA	5	60
Tabela SES	900059	PROTEINA C ATIVADA RESISTENCIA	1	12
Tabela SES	900060	BARTONELLA SOROLOGIA TOTAL	1	12
Tabela SES	900063	ANTICORPO ANTI GANGLIOSIDEO GQ1B IGG	4	48
Tabela SES	900071	CROMOGRANINA A / CROMAGRANINA B	1	12
Tabela SES	900073	ADAMTS-13 ANTICORPO ANTI (ATIVIDADE FA PROTEASE DO FATOR DE VON WILLEBRAND)	1	12
TOTAL			67925	815100



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

ANEXO II

Relação de exames de análises clínicas prescritos na unidade: IC				
Tabela	Código	Descrição	Número exames /mês	Número exames /ano
SIGTAP/SUS	0201020017	COLETA DE LAVADO BRONCO-ALVEOLAR	1	12
SIGTAP/SUS	0202010023	DETERMINAÇÃO DE CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DO FERRO	5	60
SIGTAP/SUS	0202010120	DOSAGEM DE ACIDO ÚRICO	9	108
SIGTAP/SUS	0202010139	DOSAGEM DE ACIDO VANILMANDÉLICO	1	12
SIGTAP/SUS	0202010147	DOSAGEM DE ALDOLASE	1	12
SIGTAP/SUS	0202010163	DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEÍNA ÁCIDA	1	12
SIGTAP/SUS	0202010180	DOSAGEM DE AMILASE	27	324
SIGTAP/SUS	0202010201	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES	48	576
SIGTAP/SUS	0202010210	DOSAGEM DE CÁLCIO	83	996
SIGTAP/SUS	0202010228	DOSAGEM DE CÁLCIO IONIZÁVEL	140	1680
SIGTAP/SUS	0202010244	DOSAGEM DE CATECOLAMINAS	1	12
SIGTAP/SUS	0202010252	DOSAGEM DE CERULOPLASMINA	1	12
SIGTAP/SUS	0202010260	DOSAGEM DE CLORETO (SORO, PLASMA, URINA, LIQUOR)	9	108
SIGTAP/SUS	0202010279	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	86	1032
SIGTAP/SUS	0202010287	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	50	600
SIGTAP/SUS	0202010295	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	88	1056
SIGTAP/SUS	0202010317	DOSAGEM DE CREATININA	2018	24216
SIGTAP/SUS	0202010325	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	33	396
SIGTAP/SUS	0202010333	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRAÇÃO MB	10	120
SIGTAP/SUS	0202010350	DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTÂMICA	1	12
SIGTAP/SUS	0202010368	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA	13	156
SIGTAP/SUS	0202010384	DOSAGEM DE FERRITINA	8	96
SIGTAP/SUS	0202010392	DOSAGEM DE FERRO SÉRICO	14	168
SIGTAP/SUS	0202010406	DOSAGEM DE FOLATO (ÁCIDO FÓLICO ERITROCITÁRIO)	4	48
SIGTAP/SUS	0202010414	DOSAGEM DE FOSFATASE ÁCIDA TOTAL	1	12
SIGTAP/SUS	0202010422	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	26	312
SIGTAP/SUS	0202010430	DOSAGEM DE FÓSFORO	15	180
SIGTAP/SUS	0202010465	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	27	324
SIGTAP/SUS	0202010473	DOSAGEM DE GLICOSE (GLICEMIA)	320	3840
SIGTAP/SUS	0202010481	DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE (G6PD)	1	12
SIGTAP/SUS	0202010490	DOSAGEM DE HAPTOGLOBINA	1	12
SIGTAP/SUS	0202010503	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA (GLICADA)	48	576
SIGTAP/SUS	0202010538	DOSAGEM DE LACTATO	354	4248
SIGTAP/SUS	0202010554	DOSAGEM DE LIPASE	32	384
SIGTAP/SUS	0202010562	DOSAGEM DE MAGNÉSIO	699	8388
SIGTAP/SUS	0202010570	DOSAGEM DE MUCOPROTEICAS	1	12



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

SIGTAP/SUS	0202010597	DOSAGEM DE PORFIRINAS	1	12
SIGTAP/SUS	0202010600	DOSAGEM DE POTÁSSIO	2156	25872
SIGTAP/SUS	0202010619	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS	1	12
SIGTAP/SUS	0202010627	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS E FRACÇÕES (ALBUMINA)	21	252
SIGTAP/SUS	0202010635	DOSAGEM DE SÓDIO	1879	22548
SIGTAP/SUS	0202010643	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-OXALACÉTICA (TGO)	93	1116
SIGTAP/SUS	0202010651	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-PIRÚVICA (TGP)	92	1104
SIGTAP/SUS	0202010660	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	7	84
SIGTAP/SUS	0202010678	DOSAGEM DE TRIGLICERÍDEOS	86	1032
SIGTAP/SUS	0202010694	DOSAGEM DE URÉIA (SANGUE)	1758	21096
SIGTAP/SUS	0202010708	DOSAGEM DE VITAMINA B12 (CIANOCOBALAMINA)	9	108
SIGTAP/SUS	0202010716	ELETOFORESE DE LIPOPROTEÍNAS	1	12
SIGTAP/SUS	0202010724	ELETOFORESE DE PROTEÍNAS	3	36
SIGTAP/SUS	0202010732	GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCESSO OU DEFICIT BASE)	1200	14400
SIGTAP/SUS	0202010767	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	1	12
SIGTAP/SUS	0202010791	DOSAGEM DE PEPTÍDEOS NATRIURÉTICOS TIPO B (BNP E NT-PROBNP)	200	2400
SIGTAP/SUS	0202020029	CONTAGEM DE PLAQUETAS (CITRATO DE SÓDIO)	15	180
SIGTAP/SUS	0202020037	CONTAGEM DE RETICULÓCITOS	5	60
SIGTAP/SUS	0202020070	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO	1	12
SIGTAP/SUS	0202020096	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	1	12
SIGTAP/SUS	0202020100	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	1	12
SIGTAP/SUS	0202020126	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBINA (TT)	1	12
SIGTAP/SUS	0202020134	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTPA OU KPTT)	510	6120
SIGTAP/SUS	0202020142	DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	785	9420
SIGTAP/SUS	0202020150	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSSEDIMENTAÇÃO (VHS)	11	132
SIGTAP/SUS	0202020169	DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE	1	12
SIGTAP/SUS	0202020177	DOSAGEM DE ANTITROMBINA III	1	12
SIGTAP/SUS	0202020185	DOSAGEM DE FATOR II	1	12
SIGTAP/SUS	0202020193	DOSAGEM DE FATOR IX	1	12
SIGTAP/SUS	0202020207	DOSAGEM DE FATOR V	1	12
SIGTAP/SUS	0202020215	DOSAGEM DE FATOR VII	1	12
SIGTAP/SUS	0202020223	DOSAGEM DE FATOR VIII	1	12
SIGTAP/SUS	0202020231	DOSAGEM DE FATOR VIII (INIBIDOR)	1	12
SIGTAP/SUS	0202020240	DOSAGEM DE FATOR VON WILLEBRAND (ANTÍGENO)	1	12
SIGTAP/SUS	0202020258	DOSAGEM DE FATOR X	1	12
SIGTAP/SUS	0202020266	DOSAGEM DE FATOR XI	1	12
SIGTAP/SUS	0202020274	DOSAGEM DE FATOR XII	1	12
SIGTAP/SUS	0202020282	DOSAGEM DE FATOR XIII	1	12
SIGTAP/SUS	0202020290	DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	8	96
SIGTAP/SUS	0202020304	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	210	2520
SIGTAP/SUS	0202020347	DOSAGEM DE PLASMINOGÊNIO	1	12
SIGTAP/SUS	0202020355	ELETOFORESE DE HEMOGLOBINA	1	12
SIGTAP/SUS	0202020363	ERITROGRAMA (ERITRÓCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATÓCRITO)	14	168
SIGTAP/SUS	0202020371	HEMATÓCRITO	203	2436



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

SIGTAP/SUS	0202020380	HEMOGRAMA COMPLETO	1865	22380
SIGTAP/SUS	0202020398	LEUCOGRAMA	1	12
SIGTAP/SUS	0202020401	PESQUISA DE ATIVIDADE DO COFATOR DE RISTOCETINA	1	12
SIGTAP/SUS	0202020410	PESQUISA DE CÉLULAS LE	1	12
SIGTAP/SUS	0202020444	PESQUISA DE HEMOGLOBINA S	1	12
SIGTAP/SUS	0202020487	PROVA DE CONSUMO DE PROTROMBINA	1	12
SIGTAP/SUS	0202020495	PROVA DE RETRAÇÃO DO COÁGULO	1	12
SIGTAP/SUS	0202020509	PROVA DO LAÇO	1	12
SIGTAP/SUS	0202020517	RASTREIO P/ DEFICIÊNCIA DE ENZIMAS ERITROCITÁRIAS	1	12
SIGTAP/SUS	0202020525	TESTE DE AGREGAÇÃO DE PLAQUETAS	1	12
SIGTAP/SUS	0202020541	TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD) / COOMBS DIRETO	1	12
SIGTAP/SUS	0202020550	DOSAGEM DE PROTEÍNA C FUNCIONAL	1	12
SIGTAP/SUS	0202020568	DOSAGEM DE PROTEÍNA S FUNCIONAL	1	12
SIGTAP/SUS	0202020576	PESQUISA DE ANTICOAGULANTE LÚPICO	2	24
SIGTAP/SUS	0202030024	CONTAGEM DE LINFÓCITOS CD4/CD8	1	12
SIGTAP/SUS	0202030032	CONTAGEM DE LINFÓCITOS T TOTAIS	1	12
SIGTAP/SUS	0202030040	DETECÇÃO DE RNA DO HIV-1 (QUALITATIVO)	1	12
SIGTAP/SUS	0202030059	DETECÇÃO DE RNA DO VÍRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO)	1	12
SIGTAP/SUS	0202030067	DETERMINAÇÃO DE COMPLEMENTO (CH50)	1	12
SIGTAP/SUS	0202030075	DETERMINAÇÃO DE FATOR REUMATÓIDE	3	36
SIGTAP/SUS	0202030083	DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE PROTEÍNA C REATIVA	840	10080
SIGTAP/SUS	0202030091	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEÍNA	1	12
SIGTAP/SUS	0202030105	DOSAGEM DE ANTÍGENO PROSTÁTICO ESPECÍFICO (PSA) OU PSA LIVRE OU PSA TOTAL	4	48
SIGTAP/SUS	0202030113	DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	1	12
SIGTAP/SUS	0202030121	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	1	12
SIGTAP/SUS	0202030130	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	1	12
SIGTAP/SUS	0202030148	DOSAGEM DE CRIOAGLUTININA	1	12
SIGTAP/SUS	0202030156	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	1	12
SIGTAP/SUS	0202030164	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	1	12
SIGTAP/SUS	0202030172	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA G (IGG)	1	12
SIGTAP/SUS	0202030180	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	1	12
SIGTAP/SUS	0202030202	PESQUISA DE PROTEÍNA C REATIVA - QUALITATIVA	1	12
SIGTAP/SUS	0202030229	IMUNOELETOFORESE DE PROTEÍNAS	104	1248
SIGTAP/SUS	0202030237	IMUNOFENOTIPAGEM DE HEMOPATIAS MALIGNAS (POR MARCADOR)	1	12
SIGTAP/SUS	0202030253	PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	4	48
SIGTAP/SUS	0202030261	PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	4	48
SIGTAP/SUS	0202030270	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA DUPLA HÉLICE	2	24
SIGTAP/SUS	0202030296	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 (WESTERN BLOT)	1	12
SIGTAP/SUS	0202030300	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	41	492
SIGTAP/SUS	0202030326	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEÍNA (RNP)	1	12
SIGTAP/SUS	0202030342	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	1	12
SIGTAP/SUS	0202030350	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	2	24
SIGTAP/SUS	0202030369	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	1	12
SIGTAP/SUS	0202030555	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	1	12
SIGTAP/SUS	0202030598	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINÚCLEO (FAN - FATOR ANTINÚCLEO)	4	48



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

SIGTAP/SUS	0202030601	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS	1	12
SIGTAP/SUS	0202030628	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	13	156
SIGTAP/SUS	0202030636	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	15	180
SIGTAP/SUS	0202030644	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTÍGENO E DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	1	12
SIGTAP/SUS	0202030679	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	40	480
SIGTAP/SUS	0202030687	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE D (ANTI-HDV)	1	12
SIGTAP/SUS	0202030717	PESQUISA DE ANTICORPOS E/OU ANTÍGENO DO VÍRUS SINCIAL RESPIRATÓRIO	1	12
SIGTAP/SUS	0202030725	PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTICLAMIDIA (SORO)	1	12
SIGTAP/SUS	0202030733	PESQUISA DE ANTICORPOS HETERÓFILOS CONTRA O VÍRUS EPSTEIN-BARR (MONONUCLEOSE)	1	12
SIGTAP/SUS	0202030741	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	1	12
SIGTAP/SUS	0202030768	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	1	12
SIGTAP/SUS	0202030776	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI (CHAGAS)	1	12
SIGTAP/SUS	0202030784	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG e IGM CONTRA ANTÍGENO CENTRAL DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL) / HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL)	11	132
SIGTAP/SUS	0202030792	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBOVÍRUS (DENGUE, ZIKA, CHIKUNGUNYA E FEBRE AMARELA)	1	12
SIGTAP/SUS	0202030806	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	2	24
SIGTAP/SUS	0202030814	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VÍRUS DA RUBÉOLA	1	12
SIGTAP/SUS	0202030822	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VÍRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	1	12
SIGTAP/SUS	0202030830	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VÍRUS EPSTEIN-BARR	1	12
SIGTAP/SUS	0202030849	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VÍRUS HERPES SIMPLES	1	12
SIGTAP/SUS	0202030857	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVÍRUS	1	12
SIGTAP/SUS	0202030873	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	1	12
SIGTAP/SUS	0202030881	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI (CHAGAS)	1	12
SIGTAP/SUS	0202030890	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTÍGENO CENTRAL DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	8	96
SIGTAP/SUS	0202030903	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVÍRUS	1	12
SIGTAP/SUS	0202030911	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE A (HAV-IGM)	1	12
SIGTAP/SUS	0202030920	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VÍRUS DA RUBÉOLA	1	12
SIGTAP/SUS	0202030938	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VÍRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	1	12
SIGTAP/SUS	0202030946	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VÍRUS EPSTEIN-BARR	1	12
SIGTAP/SUS	0202030954	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VÍRUS HERPES SIMPLES	1	12
SIGTAP/SUS	0202030962	PESQUISA DE ANTÍGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	1	12
SIGTAP/SUS	0202030970	PESQUISA DE ANTÍGENO DE SUPERFÍCIE DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	27	324
SIGTAP/SUS	0202030989	PESQUISA DE ANTÍGENO E DO VÍRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	1	12
SIGTAP/SUS	0202031004	PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS	1	12
SIGTAP/SUS	0202031012	PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	1	12
SIGTAP/SUS	0202031047	PESQUISA DE TRYPANOSOMA CRUZI (POR IMUNOFLOURESCÊNCIA)	1	12
SIGTAP/SUS	0202031080	QUANTIFICAÇÃO DE RNA DO VÍRUS DA HEPATITE C	1	12



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

SIGTAP/SUS	0202031098	TESTE TREPONÊMICO P/DETECÇÃO DE SÍFILIS	1	12
SIGTAP/SUS	0202031110	TESTE NÃO TREPONÊMICO P/DETECÇÃO DE SÍFILIS (VDRL)	30	360
SIGTAP/SUS	0202031128	TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNÓSTICO DA SÍFILIS	3	36
SIGTAP/SUS	0202031136	TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNÓSTICO DA SÍFILIS	1	12
SIGTAP/SUS	0202031187	DOSAGEM DE ANTICORPOS ANTITRANSGLUTAMINASE RECOMBINANTE HUMANO IGA	1	12
SIGTAP/SUS	0202031209	DOSAGEM DE TROPONINA	1053	12636
SIGTAP/SUS	0202031217	DOSAGEM DO ANTÍGENO CA 125	1	12
SIGTAP/SUS	0202031268	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 (WESTERN-BLOT)	1	12
SIGTAP/SUS	0202031276	DOSAGEM DE ADENOSINA-DESAMINASE (ADA)	1	12
SIGTAP/SUS	0202031284	ANTIBETA 2 GLICOPROTEINA I - IGG	1	12
SIGTAP/SUS	0202031292	DOSAGEM DE ANTI-BETA-2-GLICOPROTEÍNA I - IGM	1	12
SIGTAP/SUS	0202040011	DOSAGEM DE ESTERCOBILINOGENIO FECAL	1	12
SIGTAP/SUS	0202040062	PESQUISA DE EOSINÓFILOS	1	12
SIGTAP/SUS	0202040070	PESQUISA DE GORDURA FECAL	1	12
SIGTAP/SUS	0202040127	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS / PARASITOLÓGICO DE FEZES	21	252
SIGTAP/SUS	0202040143	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	1	12
SIGTAP/SUS	0202050017	ANÁLISE DE CARACTERES FÍSICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	127	1524
SIGTAP/SUS	0202050068	DETERMINAÇÃO DE OSMOLALIDADE	1	12
SIGTAP/SUS	0202050092	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	1	12
SIGTAP/SUS	0202050114	DOSAGEM DE PROTEÍNAS (URINA DE 24 HORAS)	1	12
SIGTAP/SUS	0202050181	PESQUISA DE CADEIAS LEVES KAPPA E LAMBDA	1	12
SIGTAP/SUS	0202050203	PESQUISA DE COPROPORFIRINA NA URINA	1	12
SIGTAP/SUS	0202050297	PESQUISA DE PORFOBILINOGENIO NA URINA	1	12
SIGTAP/SUS	0202050300	PESQUISA DE PROTEÍNAS URINÁRIAS 24 HORAS (POR ELETROFORESE)	1	12
SIGTAP/SUS	0202060047	DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA	1	12
SIGTAP/SUS	0202060080	DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	1	12
SIGTAP/SUS	0202060098	DOSAGEM DE ALDOSTERONA	1	12
SIGTAP/SUS	0202060136	DOSAGEM DE CORTISOL (TODOS OS TIPOS DE COLETA)	1	12
SIGTAP/SUS	0202060160	DOSAGEM DE ESTRADIOL	1	12
SIGTAP/SUS	0202060217	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIÔNICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	5	60
SIGTAP/SUS	0202060233	DOSAGEM DE HORMÔNIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	1	12
SIGTAP/SUS	0202060241	DOSAGEM DE HORMÔNIO LUTEINIZANTE (LH)	1	12
SIGTAP/SUS	0202060250	DOSAGEM DE HORMÔNIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	96	1152
SIGTAP/SUS	0202060268	DOSAGEM DE INSULINA	1	12
SIGTAP/SUS	0202060276	DOSAGEM DE PARATORMÔNIO	1	12
SIGTAP/SUS	0202060284	DOSAGEM DE PEPTÍDEO C	1	12
SIGTAP/SUS	0202060306	DOSAGEM DE PROLACTINA	1	12
SIGTAP/SUS	0202060314	DOSAGEM DE RENINA	1	12
SIGTAP/SUS	0202060322	DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	1	12
SIGTAP/SUS	0202060330	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	1	12
SIGTAP/SUS	0202060349	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	1	12
SIGTAP/SUS	0202060357	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	1	12
SIGTAP/SUS	0202060365	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	1	12
SIGTAP/SUS	0202060373	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	2	24



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

SIGTAP/SUS	0202060381	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	19	228
SIGTAP/SUS	0202060390	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	2	24
SIGTAP/SUS	0202070050	DOSAGEM DE ÁCIDO VALPRÓICO	1	12
SIGTAP/SUS	0202070077	DOSAGEM DE ÁLCOOL ETÍLICO	1	12
SIGTAP/SUS	0202070123	DOSAGEM DE BARBITURATOS / FENOBARBITAL	1	12
SIGTAP/SUS	0202070158	DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	1	12
SIGTAP/SUS	0202070204	DOSAGEM DE DIGITÁLICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)	1	12
SIGTAP/SUS	0202070220	DOSAGEM DE FENITOÍNA	1	12
SIGTAP/SUS	0202070255	DOSAGEM DE LÍTIO	1	12
SIGTAP/SUS	0202070271	DOSAGEM DE META-HEMOGLOBINA	1	12
SIGTAP/SUS	0202070280	DOSAGEM DE METABÓLITOS DA COCAÍNA	1	12
SIGTAP/SUS	0202070352	DOSAGEM DE ZINCO	1	12
SIGTAP/SUS	0202080013	ANTIBIOGRAMA	95	1140
SIGTAP/SUS	0202080021	ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRAÇÃO INIBITÓRIA MÍNIMA (CORRESPONDE AO ANTIBIOGRAMA AUTOMATIZADO)	152	1824
SIGTAP/SUS	0202080030	ANTIBIOGRAMA P/ MICOBACTÉRIAS	1	12
SIGTAP/SUS	0202080048	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	1	12
SIGTAP/SUS	0202080056	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENÍASE)	1	12
SIGTAP/SUS	0202080064	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBÉRCULOS (CONTROLE)	4	48
SIGTAP/SUS	0202080072	BACTERIOSCOPIA (COLORAÇÃO DE GRAM)	52	624
SIGTAP/SUS	0202080080	CULTURA DE BACTÉRIAS P/ IDENTIFICAÇÃO (CULTURA EM GERAL)	157	1884
SIGTAP/SUS	0202080110	CULTURA PARA BAAR (MICOBACTÉRIA)	1	12
SIGTAP/SUS	0202080129	CULTURA PARA BACTÉRIAS ANAERÓBICAS	1	12
SIGTAP/SUS	0202080137	CULTURA PARA IDENTIFICAÇÃO DE FUNGOS	2	24
SIGTAP/SUS	0202080145	EXAME MICROBIOLÓGICO A FRESCO (DIRETO)	1	12
SIGTAP/SUS	0202080153	HEMOCULTURA (MANUAL POR AMOSTRA)	50	600
SIGTAP/SUS	0202080161	IDENTIFICAÇÃO AUTOMATIZADA DE MICRO-ORGANISMOS	1	12
SIGTAP/SUS	0202080170	PEQUISA DE PNEUMOCYSTI CARINI	1	12
SIGTAP/SUS	0202090019	ACIDO ÚRICO LÍQUIDO NO SINOVIAL E DERRAMES	5	60
SIGTAP/SUS	0202090051	CONTAGEM ESPECÍFICA DE CÉLULAS NO LIQUOR	5	60
SIGTAP/SUS	0202090060	CONTAGEM GLOBAL DE CÉLULAS NO LIQUOR	5	60
SIGTAP/SUS	0202090124	DOSAGEM DE GLICOSE NO LÍQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	5	60
SIGTAP/SUS	0202090132	DOSAGEM DE PROTEÍNAS NO LÍQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	3	36
SIGTAP/SUS	0202090159	ELETOFORESE DE PROTEÍNAS C/ CONCENTRAÇÃO NO LIQUOR (PESQUISA DE BANDAS OLIGOCLONAIAS)	1	12
SIGTAP/SUS	0202090183	EXAME DE CARACTERES FÍSICOS CONTAGEM GLOBAL E ESPECÍFICA DE CÉLULAS	5	60
SIGTAP/SUS	0202090230	PESQUISA DE CARACTERES FISICOS NO LIQUOR	5	60
SIGTAP/SUS	0202090302	PROVA DO LÁTEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATÓIDE	1	12
SIGTAP/SUS	0202090310	REAÇÃO DE PANDY	5	60
SIGTAP/SUS	0202100235	PESQUISA DE MUTAÇÃO DO GENE DA PROTROMBINA	1	12
SIGTAP/SUS	0202120015	DETERMINAÇÃO DE ANTICORPOS ANTIPLAQUETÁRIOS	1	12
SIGTAP/SUS	0202120023	DETERMINAÇÃO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO / GRUPO SANGUÍNEO + FATOR RH/ DU	17	204
SIGTAP/SUS	0202120090	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA) (COOMBS INDIRETO)	1	12
SIGTAP/SUS	0214010031	PESQUISA DE GLICOSE NA URINA	1	12
CBHPM	0501080058	DOSAGEM DE TACROLIMO (EM PACIENTE TRANSPLANTADO)	1	12



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

CBHPM	40301346	ANTIBIÓTICOS, PESQUISA E/OU DOSAGEM NO SORO, CADA	4	48
CBHPM	40301354	APOLIPOPROTEÍNA A (APO A), PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	12
CBHPM	40301362	APOLIPOPROTEÍNA B (APO B), PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	12
CBHPM	40301656	CREATINO FOSFOQUINASE - FRACAO MB - MASSA, DOSAGEM	228	2736
CBHPM	40301893	FOSFATASE ALCALINA COM FRACIONAMENTO DE ISOENZIMAS, DOSAGEM	1	12
CBHPM	40302113	HOMOCISTEÍNA, DOSAGEM SORO	1	12
CBHPM	40302407	RESERVA ALCALINA (BICARBONATO), PESQUISA E/OU DOSAGEM	2	24
CBHPM	40302636	LIPÍDIOS TOTAIS, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	12
CBHPM	40302687	PROCALCITONINA, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	12
CBHPM	40302695	COLESTEROL (VLDL), PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	12
CBHPM	40304906	DÍMERO D, PESQUISA E/OU DOSAGEM	133	1596
CBHPM	40305287	ENZIMA CONVERSORA DA ANGIOTENSINA (ECA), PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	12
CBHPM	40305295	ERITROPOIETINA, PESQUISA E/OU DOSAGEM	6	72
CBHPM	40306135	ANTICARDIOLIPINA - IGA, DOSAGEM	1	12
CBHPM	40306259	ANTICORPOS ANTIENDOMISIO - IGG, IGM, IGA (CADA), PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	12
CBHPM	40306313	ANTI GLIADINA (GLÚTEN) - IGG, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	12
CBHPM	40306321	ANTI GLIADINA (GLÚTEN) - IGM, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	12
CBHPM	40306402	ANTINEUTRÓFILOS (ANCA) C, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	12
CBHPM	40306410	ANTINEUTRÓFILOS (ANCA) P, PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	12
CBHPM	40306437	ANTI PEROXIDASE TIREOIDIANA, PESQUISA	1	12
CBHPM	40306682	CLOSTRIDIUM DIFFICILE, PESQUISA E/OU DOSAGEM, TOXINA A, B E ANTIGENO GDH	4	48
CBHPM	40306801	ECHOVÍRUS (PAINEL) SOROLOGIA PARA	1	12
CBHPM	40307620	PEPTÍDIO INTESTINAL VASOATIVO, DOSAGEM	1	12
CBHPM	40308804	ANTICORPOS ANTI PEPTÍDEO CITRULINADO CÍTRICO	3	36
CBHPM	40308901	ACETILCOLINA, ANTICORPOS BLOQUEADOR RECEPTOR	1	12
CBHPM	40309045	CÉLULAS, PESQUISA DE CÉLULAS NEOPLÁSICAS (CITOLOGIA ONCÓTICA), PESQUISA EM LÍQUIDOS ORGÂNICOS	1	12
CBHPM	40309053	CRIOPTOCOCOSE, CÂNDIDA, ASPÉRGILUS (LÁTEX) - PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	12
CBHPM	40310108	CRIOPTOCOCO (TINTA DA CHINA), PESQUISA DE	1	12
CBHPM	40310256	HEMOCULTURA AUTOMATIZADA (POR AMOSTRA)	116	1392
CBHPM	40311058	CATECOLAMINAS FRACIONADAS - DOPAMINA, EPINEFRINA, NOREPINEFRINA (CADA), PESQUISA E/OU DOSAGEM NA URINA	1	12
CBHPM	40311163	METANEFIRINAS URINÁRIAS, DOSAGEM	1	12
CBHPM	40311228	UROPORFIRINAS, DOSAGEM NA URINA	1	12
CBHPM	40312135	PH - TORNASSOL, PESQUISA	1	12
CBHPM	40314057	FATOR V DE LAYDEN POR PCR, PESQUISA	1	12
CBHPM	40314278	PESQUISA DE OUTROS AGENTES POR PCR	1	12
CBHPM	40314308	QUANTIFICAÇÃO DE OUTROS AGENTES POR PCR	1	12
CBHPM	40316084	ANTICORPO ANTI-RECEPTOR DE TSH (TRAB), DOSAGEM	1	12
CBHPM	40316378	MARCADORES TUMORAIS (CA 19-9, CA 125, CA 72-4, CA 15-3, ETC)	1	12
CBHPM	40322114	VANCOMICINA, DOSAGEM	8	96
CBHPM	40323048	ACETILCOLINA, ANTICORPOS MODULADOR RECEPTOR	1	12
CBHPM	40323110	ASPERGILLUS, PESQUISA DO ANTIGENO GALACTOMANANA	1	12
CBHPM	40324354	GLICOPROTEÍNA BETA 2, ANTICORPOS, IGA	1	12



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

Tabela SES	900015	ARBOVÍRUS (COLETA E PREPARO DE AMOSTRA BIOLÓGICA) - LACEN	1	12
Tabela SES	900019	CHIKUNGUNYA (COLETA E PREPARO DE AMOSTRA BIOLÓGICA) - LACEN	1	12
Tabela SES	900021	DENGUE (COLETA E PREPARO DE AMOSTRA BIOLÓGICA) - LACEN	1	12
Tabela SES	900023	MICOBACTÉRIA POR PCR (COLETA E PREPARO DE AMOSTRA BIOLÓGICA) - LACEN	1	12
Tabela SES	900024	HIV - CARGA VIRAL (COLETA E PREPARO DE AMOSTRA BIOLÓGICA) - LACEN	1	12
Tabela SES	900025	HEPATITE C - CARGA VIRAL (COLETA E PREPARO DE AMOSTRA BIOLÓGICA) - LACEN	1	12
Tabela SES	900026	HEPATITE B - CARGA VIRAL (COLETA E PREPARO DE AMOSTRA BIOLÓGICA) - LACEN	1	12
Tabela SES	900033	GENE JAKE MUTAÇÃO V6	1	12
Tabela SES	900059	PROTEÍNA C ATIVADA, RESISTÊNCIA	1	12
Tabela SES	900071	CROMOGRANINA A / CROMAGRANINA B	1	12
TOTAL			19051	228612

ANEXO III

Relação de exames de análises clínicas prescritos na unidade: HST

Tabela	Código	Descrição	Número Exames /Mês	Número Exames /Ano
SIGTAP-SUS	0202010015	CLEARANCE OSMOLAR	1	12
SIGTAP-SUS	0202010023	DETERMINAÇÃO DE CAPACIDADE DE FIXAÇÃO DO FERRO	1	12
SIGTAP-SUS	0202010040	DETERMINAÇÃO DE CURVA GLICÊMICA (2 DOSAGENS)	1	12
SIGTAP-SUS	0202010120	DOSAGEM DE ÁCIDO ÚRICO	5	60
SIGTAP-SUS	0202010163	DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEÍNA ÁCIDA	1	12
SIGTAP-SUS	0202010180	DOSAGEM DE AMILASE	5	60
SIGTAP-SUS	0202010201	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRAÇÕES	15	180
SIGTAP-SUS	0202010210	DOSAGEM DE CÁLCIO	7	84
SIGTAP-SUS	0202010228	DOSAGEM DE CÁLCIO IONIZÁVEL	1	12
SIGTAP-SUS	0202010260	DOSAGEM DE CLORETO (SORO, PLASMA, URINA, LÍQUOR)	1	12
SIGTAP-SUS	0202010279	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	20	240
SIGTAP-SUS	0202010287	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	15	180
SIGTAP-SUS	0202010295	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	25	300
SIGTAP-SUS	0202010317	DOSAGEM DE CREATININA	75	900
SIGTAP-SUS	0202010325	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	4	48
SIGTAP-SUS	0202010333	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRAÇÃO MB	3	36
SIGTAP-SUS	0202010368	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA	3	36
SIGTAP-SUS	0202010376	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LÁTICA (ISOENZIMAS FRACIONADAS)	5	60
SIGTAP-SUS	0202010384	DOSAGEM DE FERRITINA	12	144
SIGTAP-SUS	0202010392	DOSAGEM DE FERRO SÉRICO	12	144
SIGTAP-SUS	0202010406	DOSAGEM DE FOLATO	5	60
SIGTAP-SUS	0202010414	DOSAGEM DE FOSFATASE ÁCIDA TOTAL	1	12
SIGTAP-SUS	0202010422	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	15	180
SIGTAP-SUS	0202010430	DOSAGEM DE FÓSFORO	5	60



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

SIGTAP-SUS	0202010465	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	21	252
SIGTAP-SUS	0202010473	DOSAGEM DE GLICOSE	28	336
SIGTAP-SUS	0202010481	DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE (G6PD)	4	48
SIGTAP-SUS	0202010503	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA (GLICADA)	20	240
SIGTAP-SUS	0202010538	DOSAGEM DE LACTATO (ÁCIDO LÁCTICO)	1	12
SIGTAP-SUS	0202010554	DOSAGEM DE LIPASE	1	12
SIGTAP-SUS	0202010562	DOSAGEM DE MAGNÉSIO	10	120
SIGTAP-SUS	0202010570	DOSAGEM DE MUÇO-PROTEÍNAS	1	12
SIGTAP-SUS	0202010600	DOSAGEM DE POTÁSSIO	60	720
SIGTAP-SUS	0202010619	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS	5	60
SIGTAP-SUS	0202010627	DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS E FRAÇÕES	7	84
SIGTAP-SUS	0202010635	DOSAGEM DE SÓDIO	50	600
SIGTAP-SUS	0202010643	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-OXALACÉTICA (TGO)	45	540
SIGTAP-SUS	0202010651	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTÂMICO-PIRÚVICA (TGP)	40	480
SIGTAP-SUS	0202010660	DOSAGEM DE TRANSFERRINA	3	36
SIGTAP-SUS	0202010678	DOSAGEM DE TRIGLICÉRIDES	20	240
SIGTAP-SUS	0202010694	DOSAGEM DE UREIA (SANGUE)	70	840
SIGTAP-SUS	0202010708	DOSAGEM DE VITAMINA B12 (CIANOCOBALAMINA)	20	240
SIGTAP-SUS	0202010724	ELETOFORESE DE PROTEÍNAS	2	24
SIGTAP-SUS	0202010732	GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCESSO OU DEFICIT BASE)	1	12
SIGTAP-SUS	0202010767	DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	20	240
SIGTAP-SUS	0202020029	CONTAGEM DE PLAQUETAS (CITRATO DE SÓDIO)	5	60
SIGTAP-SUS	0202020037	CONTAGEM DE RETICULÓCITOS	2	24
SIGTAP-SUS	0202020070	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE COAGULAÇÃO	2	24
SIGTAP-SUS	0202020126	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBINA (TT)	2	24
SIGTAP-SUS	0202020134	DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTPA ou KPTT)	8	96
SIGTAP-SUS	0202020142	DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	10	120
SIGTAP-SUS	0202020150	DETERMINAÇÃO DE VELOCIDADE DE HEMOSSIDIMENTAÇÃO (VHS)	15	180
SIGTAP-SUS	0202020177	DOSAGEM DE ANTITROMBINA III	1	12
SIGTAP-SUS	0202020290	DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	1	12
SIGTAP-SUS	0202020304	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	1	12
SIGTAP-SUS	0202020355	ELETOFORESE DE HEMOGLOBINA	1	12
SIGTAP-SUS	0202020363	ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATÓCRITO)	2	24
SIGTAP-SUS	0202020371	HEMATÓCRITO	5	60
SIGTAP-SUS	0202020380	HEMOGRAMA COMPLETO	90	1080
SIGTAP-SUS	0202020398	LEUCOGRAMA	1	12
SIGTAP-SUS	0202030016	CONTAGEM DE LINFÓCITOS B	15	180
SIGTAP-SUS	0202030024	CONTAGEM DE LINFÓCITOS CD4/CD8	15	180
SIGTAP-SUS	0202030032	CONTAGEM DE LINFÓCITOS T TOTAIS	15	180
SIGTAP-SUS	0202030059	DETECAO DE RNA DO VÍRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO)	10	120
SIGTAP-SUS	0202030067	DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	1	12
SIGTAP-SUS	0202030075	DETERMINACAO DE FATOR REUMATÓIDE	1	12
SIGTAP-SUS	0202030083	DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	50	600
SIGTAP-SUS	0202030091	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	1	12
SIGTAP-SUS	0202030105	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTÁTICO ESPECÍFICO (PSA)	8	96
SIGTAP-SUS	0202030113	DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	1	12
SIGTAP-SUS	0202030121	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	1	12



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

SIGTAP-SUS	0202030130	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	1	12
SIGTAP-SUS	0202030148	DOSAGEM DE CRIOAGLUTININA	1	12
SIGTAP-SUS	0202030156	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	8	96
SIGTAP-SUS	0202030164	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	1	12
SIGTAP-SUS	0202030180	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	1	12
SIGTAP-SUS	0202030202	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA (QUALITATIVA)	3	36
SIGTAP-SUS	0202030229	IMUNOELETOFORESE DE PROTEINAS	1	12
SIGTAP-SUS	0202030245	INTRADERMORREACAO COM DERIVADO PROTEICO PURIFICADO (PPD)	1	12
SIGTAP-SUS	0202030253	PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	1	12
SIGTAP-SUS	0202030261	PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	1	12
SIGTAP-SUS	0202030270	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA DUPLA HÉLICE	1	12
SIGTAP-SUS	0202030288	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HELICOBACTER PYLORI	1	12
SIGTAP-SUS	0202030296	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 (WESTERN BLOT)	1	12
SIGTAP-SUS	0202030300	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	5	60
SIGTAP-SUS	0202030318	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	1	12
SIGTAP-SUS	0202030326	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	1	12
SIGTAP-SUS	0202030334	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SCHISTOSOMAS	1	12
SIGTAP-SUS	0202030342	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	1	12
SIGTAP-SUS	0202030350	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	1	12
SIGTAP-SUS	0202030369	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	1	12
SIGTAP-SUS	0202030377	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIADENOVIRUS	1	12
SIGTAP-SUS	0202030393	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIASPERGILLUS	1	12
SIGTAP-SUS	0202030407	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIBRUCELAS (AGLUTINAÇÃO)	1	12
SIGTAP-SUS	0202030415	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICISTICERCO	1	12
SIGTAP-SUS	0202030423	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICLAMIDIA POR IMUNOFLOURESCENCIA DIRETA (AMOSTRAS UROGENITAIS, OCULARES E SECREÇÕES)	1	12
SIGTAP-SUS	0202030431	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICORTEIX SUPRARENAL	1	12
SIGTAP-SUS	0202030474	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)	1	12
SIGTAP-SUS	0202030482	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIFIGADO	1	12
SIGTAP-SUS	0202030504	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLOMERULO	1	12
SIGTAP-SUS	0202030512	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHOTA DE LANGERHANS	1	12
SIGTAP-SUS	0202030520	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	1	12
SIGTAP-SUS	0202030539	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEPTOSPIRAS	1	12
SIGTAP-SUS	0202030547	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA (LISTERIA MONOCYTOGENESES)	1	12
SIGTAP-SUS	0202030555	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	1	12
SIGTAP-SUS	0202030598	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO (FAN - FATOR ANTINÚCLEO)	1	12
SIGTAP-SUS	0202030628	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	1	12
SIGTAP-SUS	0202030636	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	10	120
SIGTAP-SUS	0202030679	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	4	48
SIGTAP-SUS	0202030741	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	1	12
SIGTAP-SUS	0202030784	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG e IGM CONTRA ANTÍGENO CENTRAL DO VÍRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL) / HEPATITE B (ANTI-HBC-TOTAL)	2	24
SIGTAP-SUS	0202030806	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VÍRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	1	12
SIGTAP-SUS	0202030830	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	2	24
SIGTAP-SUS	0202030857	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	2	24



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

SIGTAP-SUS	0202030873	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	2	24
SIGTAP-SUS	0202030890	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBC-IGM)	2	24
SIGTAP-SUS	0202030946	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	2	24
SIGTAP-SUS	0202030962	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	1	12
SIGTAP-SUS	0202030970	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (HBSAG)	7	84
SIGTAP-SUS	0202030989	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	7	84
SIGTAP-SUS	0202030997	PESQUISA DE DETECÇÃO DE CLAMÍDIA E GONOCOCO POR BIOLOGIA MOLECULAR EM AMOSTRAS BIOLÓGICAS	2	24
SIGTAP-SUS	0202031004	PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS	1	12
SIGTAP-SUS	0202031012	PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	1	12
SIGTAP-SUS	0202031020	PESQUISA DE HIV-1 POR IMUNOFLOURESCENCIA	12	144
SIGTAP-SUS	0202031039	PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-ESPECIFICA	2	24
SIGTAP-SUS	0202031110	TESTE NÃO TREPONÊMICO P/DETECÇÃO DE SÍFILIS (VDRL)	7	84
SIGTAP-SUS	0202031128	TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	5	60
SIGTAP-SUS	0202031136	TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	5	60
SIGTAP-SUS	0202031209	DOSAGEM DE TROPONINA	3	36
SIGTAP-SUS	0202040020	DOSAGEM DE GORDURA FECAL	1	12
SIGTAP-SUS	0202040038	EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	3	36
SIGTAP-SUS	0202040054	PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA)	1	12
SIGTAP-SUS	0202040127	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS / PARASITOLÓGICO DE FEZES	3	36
SIGTAP-SUS	0202040143	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	1	12
SIGTAP-SUS	0202050017	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	45	540
SIGTAP-SUS	0202050025	CLEARANCE DE CREATININA	20	240
SIGTAP-SUS	0202050092	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	2	24
SIGTAP-SUS	0202050106	DOSAGEM DE OXALATO	1	12
SIGTAP-SUS	0202050114	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	1	12
SIGTAP-SUS	0202050254	PESQUISA DE GONADOTROFINA CORIÔNICA	10	120
SIGTAP-SUS	0202050300	PESQUISA DE PROTEÍNAS URINÁRIAS 24 HORAS (POR ELETROFORESE)	1	12
SIGTAP-SUS	0202060012	DETERMINACAO DE INDICE DE TIROXINA LIVRE	1	12
SIGTAP-SUS	0202060020	DETERMINACAO DE RETENCAO DE T3	1	12
SIGTAP-SUS	0202060039	DETERMINACAO DE T3 REVERSO	1	12
SIGTAP-SUS	0202060047	DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA	1	12
SIGTAP-SUS	0202060055	DOSAGEM DE 17-CETOSTEROIDES TOTAIS	1	12
SIGTAP-SUS	0202060063	DOSAGEM DE 17-HIDROXICORTICOSTEROIDES	1	12
SIGTAP-SUS	0202060071	DOSAGEM DE ACIDO 5-HIDROXI-INDOL-ACETICO (SEROTONINA)	1	12
SIGTAP-SUS	0202060080	DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	1	12
SIGTAP-SUS	0202060098	DOSAGEM DE ALDOSTERONA	1	12
SIGTAP-SUS	0202060101	DOSAGEM DE AMP CICLICO	1	12
SIGTAP-SUS	0202060110	DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	1	12
SIGTAP-SUS	0202060128	DOSAGEM DE CALCITONINA	1	12
SIGTAP-SUS	0202060136	DOSAGEM DE CORTISOL (TODOS OS TIPOS DE COLETA)	1	12
SIGTAP-SUS	0202060144	DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	1	12
SIGTAP-SUS	0202060152	DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT)	1	12
SIGTAP-SUS	0202060160	DOSAGEM DE ESTRADIOL	2	24
SIGTAP-SUS	0202060179	DOSAGEM DE ESTRIOL	1	12
SIGTAP-SUS	0202060187	DOSAGEM DE ESTRONA	1	12



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

SIGTAP-SUS	0202060195	DOSAGEM DE GASTRINA	1	12
SIGTAP-SUS	0202060209	DOSAGEM DE GLOBULINA TRANSPORTADORA DE TIROXINA	1	12
SIGTAP-SUS	0202060217	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	1	12
SIGTAP-SUS	0202060225	DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	1	12
SIGTAP-SUS	0202060233	DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	2	24
SIGTAP-SUS	0202060241	DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	2	24
SIGTAP-SUS	0202060250	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	21	252
SIGTAP-SUS	0202060268	DOSAGEM DE INSULINA	2	24
SIGTAP-SUS	0202060276	DOSAGEM DE PARATORMONIO	1	12
SIGTAP-SUS	0202060284	DOSAGEM DE PEPTIDEO C	1	12
SIGTAP-SUS	0202060292	DOSAGEM DE PROGESTERONA	2	24
SIGTAP-SUS	0202060306	DOSAGEM DE PROLACTINA	2	24
SIGTAP-SUS	0202060314	DOSAGEM DE RENINA	1	12
SIGTAP-SUS	0202060322	DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	1	12
SIGTAP-SUS	0202060330	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	1	12
SIGTAP-SUS	0202060349	DOSAGEM DE TESTOSTERONA	3	36
SIGTAP-SUS	0202060357	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	3	36
SIGTAP-SUS	0202060365	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	1	12
SIGTAP-SUS	0202060373	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	10	120
SIGTAP-SUS	0202060381	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	17	204
SIGTAP-SUS	0202060390	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	3	36
SIGTAP-SUS	0202060403	TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA / TSH APOS TRH	1	12
SIGTAP-SUS	0202060411	TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA APOS CLORPROMAZINA	1	12
SIGTAP-SUS	0202060420	TESTE DE ESTÍMULO COM GNRH OU COM AGONISTA GNRH	1	12
SIGTAP-SUS	0202060438	TESTE DE ESTIMULO DO HGH APOS GLUCAGON	1	12
SIGTAP-SUS	0202060446	TESTE DE SUPRESSAO DO CORTISOL APOS DEXAMETASONA	1	12
SIGTAP-SUS	0202060454	TESTE DE SUPRESSAO DO HGH APOS GLICOSE	1	12
SIGTAP-SUS	0202060462	TESTE P/ INVESTIGACAO DO DIABETES INSIPIDUS	1	12
SIGTAP-SUS	0202070018	DOSAGEM DE ACIDO DELTA-AMINOLEVULINICO	1	12
SIGTAP-SUS	0202070026	DOSAGEM DE ACIDO HIPURICO	1	12
SIGTAP-SUS	0202070034	DOSAGEM DE ACIDO MANDELICO	1	12
SIGTAP-SUS	0202070050	DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	10	120
SIGTAP-SUS	0202070069	DOSAGEM DE ALA-DESIDRATASE	1	12
SIGTAP-SUS	0202070077	DOSAGEM DE ALCOOL ETILICO	1	12
SIGTAP-SUS	0202070085	DOSAGEM DE ALUMINIO	1	12
SIGTAP-SUS	0202070107	DOSAGEM DE ANFETAMINAS	1	12
SIGTAP-SUS	0202070123	DOSAGEM DE BARBITURATOS/FENOBARBITAL	2	24
SIGTAP-SUS	0202070158	DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	10	120
SIGTAP-SUS	0202070174	DOSAGEM DE CHUMBO	1	12
SIGTAP-SUS	0202070182	DOSAGEM DE CICLOSPORINA	1	12
SIGTAP-SUS	0202070190	DOSAGEM DE COBRE	1	12
SIGTAP-SUS	0202070204	DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)	1	12
SIGTAP-SUS	0202070220	DOSAGEM DE FENITOINA	1	12
SIGTAP-SUS	0202070239	DOSAGEM DE FENOL	1	12
SIGTAP-SUS	0202070255	DOSAGEM DE LITIO	8	96
SIGTAP-SUS	0202070271	DOSAGEM DE META-HEMOGLOBINA	1	12
SIGTAP-SUS	0202070280	DOSAGEM DE METABOLITOS DA COCAINA	5	60



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

SIGTAP-SUS	0202070298	DOSAGEM DE METOTREXATO	4	48
SIGTAP-SUS	0202070310	DOSAGEM DE SALICILATOS	1	12
SIGTAP-SUS	0202070328	DOSAGEM DE SULFATOS	1	12
SIGTAP-SUS	0202070336	DOSAGEM DE TEOFILINA	1	12
SIGTAP-SUS	0202070344	DOSAGEM DE TIOCIANATO	1	12
SIGTAP-SUS	0202070352	DOSAGEM DE ZINCO	1	12
SIGTAP-SUS	0202080013	ANTIBIOGRAMA	15	180
SIGTAP-SUS	0202080021	ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRAÇÃO INIBITÓRIA MÍNIMA (CORRESPONDE AO ANTIBIOGRAMA AUTOMATIZADO)	45	540
SIGTAP-SUS	0202080030	ANTIBIOGRAMA P/ MICOBACTÉRIAS	1	12
SIGTAP-SUS	0202080048	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	3	36
SIGTAP-SUS	0202080056	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENIASE)	3	36
SIGTAP-SUS	0202080064	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOS (CONTROLE)	3	36
SIGTAP-SUS	0202080072	BACTERIOSCOPIA (COLORAÇÃO DE GRAM)	7	84
SIGTAP-SUS	0202080080	CULTURA DE BACTÉRIAS P/ IDENTIFICAÇÃO (CULTURA EM GERAL)	30	360
SIGTAP-SUS	0202080102	CULTURA P/ HERPESVIRUS	1	12
SIGTAP-SUS	0202080110	CULTURA PARA BAAR (MICOBACTÉRIA)	1	12
SIGTAP-SUS	0202080129	CULTURA PARA BACTÉRIAS ANAERÓBICAS	1	12
SIGTAP-SUS	0202080137	CULTURA PARA IDENTIFICAÇÃO DE FUNGOS	1	12
SIGTAP-SUS	0202080145	EXAME MICROBIOLÓGICO A FRESCO (DIRETO)	1	12
SIGTAP-SUS	0202080153	HEMOCULTURA (MANUAL POR AMOSTRA)	1	12
SIGTAP-SUS	0202080161	IDENTIFICAÇÃO AUTOMATIZADA DE MICROORGANISMOS	35	420
SIGTAP-SUS	0202080170	PESQUISA DE PNEUMOCYSTI CARINI	1	12
SIGTAP-SUS	0202080188	PESQUISA DE BACILO DIFTERICO	1	12
SIGTAP-SUS	0202080196	PESQUISA DE ESTREPTOCOCOS BETA-HEMOLÍTICOS DO GRUPO A	1	12
SIGTAP-SUS	0202080200	PESQUISA DE HAEMOPHILUS DUCREY	1	12
SIGTAP-SUS	0202080218	PESQUISA DE HELICOBACTER PYLORI	1	12
SIGTAP-SUS	0202080234	PESQUISA DE TREPONEMA PALLIDUM	1	12
SIGTAP-SUS	0202090035	CITOLOGIA P/ CLAMÍDIA	1	12
SIGTAP-SUS	0202090043	CITOLOGIA P/ HERPESVIRUS	1	12
SIGTAP-SUS	0202090051	CONTAGEM ESPECÍFICA DE CÉLULAS NO LIQUOR	1	12
SIGTAP-SUS	0202090060	CONTAGEM GLOBAL DE CELULAS NO LIQUOR	1	12
SIGTAP-SUS	0202090159	ELETOFORESE DE PROTEÍNAS C/ CONCENTRAÇÃO NO LIQUOR (PESQUISA DE BANDAS OLIGOCLONAIS)	1	12
SIGTAP-SUS	0202090230	PESQUISA DE CARACTERES FÍSICOS NO LIQUOR	1	12
SIGTAP-SUS	0202090299	PROVA DO LATEX P/ HAEMOPHILLUS INFLUENZAE, STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE, NEISSERIA MENINGITIDIS (SOROTIPOS A, B, C)	1	12
SIGTAP-SUS	0202090302	PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	1	12
SIGTAP-SUS	0202120023	DETERMINAÇÃO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO / GRUPO SANGÜÍNEO + FATOR RH/DU	1	12
TABELA SES	900024	HIV - CARGA VIRAL (COLETA E PREPARO DE AMOSTRA BIOLÓGICA) -LACEN	5	60
CBHPM	40310256	HEMOCULTURA AUTOMATIZADA (POR AMOSTRA)	4	48
CBHPM	40305210	CORTISOL LIVRE- PESQUISA E/OU DOSAGEM	1	12
CBHPM	40304906	D - DÍMERO, PESQUISA E/OU DOSAGEM	4	48
CBHPM	40306682	CLOSTRIDIUM DIFFICILE, PESQUISA E/OU DOSAGEM , TOXINA A, B E ANTIGENO GDH	1	12
TOTAL			1489	17868



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

ANEXO IV

EDITAL DE COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº _____/2023

ATESTADO DE VISTORIA

Atestamos que a empresa _____, inscrita no CGC/MF sob o nº _____ para fins da Licitação nº _____, PSES _____, cujo objeto é a **Contratação de serviços de análises clínicas (coleta e execução de exames) para unidades da SES (HRHMG, IC e HST)**, visitou nossa Unidade e verificou as condições, relativas ao(s) Itens(s), não tendo dúvidas quanto ao cumprimento das obrigações estipuladas no Edital, bem como confirmou o serviço a ser executado.

Carimbo e Assinatura do Diretor Geral ou Gerente ou quem os substitua

Data ____/____/____



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

ANEXO V

EDITAL DE COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº _____/2023

DECLARAÇÃO PARA OPÇÃO DE NÃO-REALIZAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, na qualidade de representante da empresa _____, CNPJ nº _____, que não será necessário realizar vistoria nos locais onde haverá execução dos serviços objeto da Licitação nº _____/2023 - PSES _____/2023, cujo objeto é a **Contratação de serviços de análises clínicas (coleta e execução de exames) para unidades da SES (HRHMG, IC e HST)**, e que me encontro ciente de que em nenhuma hipótese a Administração aceitará posteriores alegações com base em desconhecimento das instalações.

_____(Localidade)_____, ____ de _____ de 20 ____.

(assinatura do responsável pela Empresa)

Nome do declarante _____

Número da Cédula de Identidade _____



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE HOSPITAIS PÚBLICOS ESTADUAIS
HOSPITAL REGIONAL HOMERO DE MIRANDA GOMES
INSTITUTO DE CARDIOLOGIA
HOSPITAL SANTA TERESA

ANEXO VI

ANÁLISE DE RISCOS E MAPA DE RISCOS (ART. 18º, X, DA LEI Nº 14.133/2021 e ART. 4º, III, DO DECRETO ESTADUAL Nº 47/2023)

ANEXO VII

PORTARIA SES Nº 762 DE 16 DE AGOSTO DE 2023 - (Estabelece requisitos técnicos, responsabilidades e fluxos complementares para o funcionamento de laboratórios de microbiologia (públicos e privados) e das Comissões de Controle de Infecção Relacionada à Assistência à Saúde (CCIRAS), no que se refere às ações de prevenção, controle e monitoramento de microorganismos multirresistentes (MMR) no Estado de Santa Catarina).



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – DLIC

ANEXO IV

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ____/ ____

Termo de Contrato de prestação de serviço, celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a empresa _____, através do PSES nº 127261/2023 - Cotação de Preços nº 36/2024, na modalidade de Dispensa de Licitação.

CONTRATANTE:	Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde - FES
CNPJ:	80.673.411/0001-87
Endereço:	Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley – Centro – Florianópolis – SC – CEP 88.015- 130
Representada por:	

CONTRATADA:	
CNPJ:	
Endereço:	
Representada por:	

GESTOR:	
Função:	
Unidade:	

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE

1.1. Constitui objeto do presente Contrato a Contratação dos serviços de Análises Clínicas (coleta e execução de exames) para as Unidades HRSJ, ICSC e o HST, conforme especificações contidas neste instrumento, no Edital de Cotação de Preços nº 36/2024 e seus anexos e da proposta julgada vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1. A execução do presente Contrato será firmado por empreitada por exames realizados ao mês.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1. A CONTRATADA obriga-se a EXECUTAR o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) no quadro abaixo:

Itens	Serviços	Quantidade Mensal	Valor Unitário	Valor Mensal
01			R\$	R\$
02			R\$	R\$
03			R\$	R\$
Valor Total Mensal				R\$
Valor Total				R\$



3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é estimado, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos e/ou serviços prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O SES/FES efetuará o pagamento em 30 (trinta) dias após o recebimento e aceite do objeto com a respectiva Nota Fiscal/Fatura, que deverá ser emitida em nome da CONTRATANTE, devendo constar o CNPJ, o número da licitação e do Contrato, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste instrumento.

4.2. O pagamento será liberado, desde que comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada (Lei Estadual nº 17.516, de 27 de abril de 2018), mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa e Seguridade Social/INSS);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei.;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

4.2.1. A não apresentação dos documentos acima exigidos implica na suspensão do pagamento da fatura até a sua apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

4.4. O pagamento da fatura será susinado se verificada execução defeituosa do Contrato, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

4.5. Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 117, da Constituição Estadual e artigo 40, inciso XIV, alínea “c”, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

4.6. O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos realizados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil, conforme art. 9º § 4º do Decreto Estadual 1073/2017;

4.7 – Da aplicação do Decreto n.º 129/SC/2023 I



I – De acordo com o Decreto n.º 129, de 10 de maio de 2023, os órgãos da Administração Pública Estadual Direta, os fundos, as autarquias e as fundações públicas do Estado de Santa Catarina, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

II – As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

III – Não se sujeitam à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados nas hipóteses estabelecidas no art.4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

IV – Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da data estabelecida no caput do art. 1º deste Decreto, emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 2012.

V – Os documentos de cobrança em desacordo com o previsto não serão aceitos para fins de liquidação de despesa.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados a partir de sua publicação.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas referentes à execução deste Contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza da Despesa	Fonte
48091	5429	33.90.39.50	1.500.100.000

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.7. Demais itens identificados no TR

7.6.1. Ao fiscal do contrato, caberá:

7.6.1.1. Acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

7.6.1.2. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º);

7.6.1.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;

7.6.1.4. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

7.6.1.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

7.8. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.6.1.6. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.6.1.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

7.6.1.8. Demais obrigações do fiscal:

a) Ter conhecimento prévio de sua competência e atuação;

b) Possuir cópia do contrato, do edital da licitação e seus anexos, e da proposta vencedora da licitação;

c) Ter pleno conhecimento dos termos contratuais que irá fiscalizar, principalmente de suas cláusulas, assim como das condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações in concreto tanto da administração contratante quanto da contratada;

d) Buscar autonomia, independência fiscalizatória e condições saudáveis para a realização da fiscalização, comunicando o Gestor do Contrato sobre suas necessidades;

e) Conhecer e reunir-se com o preposto da contratada (Art. 118 e suas alterações na Lei nº 14.133/2021) com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do contrato;

f) Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as condições contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do Edital da Licitação e seus anexos, planilhas, cronogramas e etc.;



- g) Comunicar ao Gestor do Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência contratual e seu efetivo resultado;
- h) Recusar serviço ou fornecimento irregular, não aceitando material diverso daquele que se encontra especificado no edital e seus anexos, assim como observar, para o correto recebimento, a hipótese de outro oferecido em proposta e com qualidade superior ao especificado e aceito pela Administração;
- i) Impedir que empresas subcontratadas venham a executar serviços e/ou efetuar a entrega de material quando não expressamente autorizadas para tal, salvo, nos casos em que haja previsão contratual;
- j) Comunicar por escrito a empresa e o Gestor do Contrato qualquer falta cometida pela empresa;
- k) Zelar para que os valores a serem pagos nos contratos de prestação de serviços por tarefas não ultrapassem os créditos correspondentes;
- l) Fiscalizar os pagamentos efetuados. Não pode o fiscal se descuidar dos valores que deverão ser pagos, sem, no entanto, perceber os créditos destinados para tal tarefa;
- m) Ler atentamente o Termo de Contrato, especialmente as ocorrências relacionadas a sua execução;
- n) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;
- o) Verificar a execução do objeto contratual, proceder à sua medição e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;
- p) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);
- q) Notificar a Contratada em qualquer ocorrência que esteja em descumprimento com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação (procedimento formal, com prazo). Não sendo possível a solução das ocorrências que deram origem as Notificações, o Fiscal deverá encaminhar o caso à DLIC, para providenciar as penalidades cabíveis;
- r) Anotar, em caso de obras e prestação de serviços de engenharia, todas as ocorrências no diário de obras, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;
- s) Receber e encaminhar imediatamente as Faturas/Notas Fiscais, devidamente atestadas ao Gestor do Contrato, observando previamente se a fatura apresentada pela Contratada se refere ao objeto que foi efetivamente contratado;
- t) Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de sua habilitação e qualificação, com a solicitação dos documentos necessários à avaliação;
- u) Rejeitar bens e serviços que estejam em desacordo com as especificações do objeto contratado. A ação do Fiscal, nesses casos, deverá observar o que reza o Termo de Contrato e/ou o ato convocatório da licitação, principalmente em relação ao prazo ali previsto;
- v) Receber, em se tratando de obras e serviços de engenharia, provisoriamente o objeto do Contrato, no prazo estabelecido, mediante termo circunstanciado assinado pelas partes;
- w) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas.



x) A forma de comunicação entre fiscal e fornecedor se dará, principalmente, por e-mail e telefone:

7.6.1.9. Fiscal do Contrato:

SOLICITANTE	MATRÍCULA	FISCAL	TELEFONE/ EMAIL
HRHMG	673371019	Jessyka Zanella Costa	48-3664-9621/ geradhrs@saude.sc.gov.br
IC	673540-1-01	Vinícius Valdir Galdino	48-3664-3000/ icscsaude.sc.gov.br
HST	0255322-8-01	Rogério José Koerich	48-3664-3717/ geradhst@saude.sc.gov.br

7.6.2. Ao Gestor do contrato, caberá

7.6.2.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.6.2.2. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.6.2.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.6.2.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.6.2.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.6.2.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.6.2.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.6.2.8. Demais obrigações do Gestor:

a) Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação;



- b) Verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços foi ou está sendo cumprida integral ou parcialmente;
- c) Atestar as notas fiscais encaminhadas à unidade competente para pagamento;
- d) Comunicar à DLIC, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios determinados por Lei com a contratada;
- e) Acompanhar junto ao Fiscal do Contrato o cumprimento, pela contratada, do cronograma físico-financeiro;
- f) Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar à Autoridade Competente ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra, prestação de serviço ou em relação a terceiros;
- g) Encaminhar à Autoridade Competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
- h) Comunicar a DPGC a necessidade de abertura de nova licitação à área competente, antes de findo a vigência dos contratos de prestação de serviços com antecedência mínima de 160 (cento e sessenta) dias antes do término;
- i) Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação;
- j) Cuidar das alterações de interesse da Contratada, que deverão ser por ela formalizadas e devidamente fundamentadas, principalmente em se tratando de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ou repactuação. No caso de pedido de prorrogação de prazo, deverá ser comprovado o fato impeditivo da execução, o qual, por sua vez, deverá corresponder o previsto no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e alterações;
- k) Elaborar ou solicitar justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral por esta Secretaria de Estado da Saúde;
- l) Alimentar os sistemas informatizados do Governo com as informações pertinentes, responsabilizando-se por tais dados, inclusive sempre quando solicitadas;
- m) Negociar o Contrato sempre que o mercado assim o exigir, nos termos da Lei;
- n) Procurar auxílio junto as áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;
- o) Deflagrar e conduzir os procedimentos de finalização à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada, acionando as instâncias superiores e/ou os Órgãos Públicos competentes quando o fato exigir;
- p) Disponibilizar toda a infraestrutura necessária, assim como definido no contrato e dentro dos prazos estabelecidos, tais como: área de instalação do canteiro de obras, local para escritório da empresa, outras instalações etc.;
- q) Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;
- r) Acompanhar o saldo contratual/registro de preços.
- s) A forma de comunicação entre gestor e fornecedor se dará, principalmente, por email e telefone



7.6.2.9. Gestor do Contrato:

SOLICITANTE	MATRÍCULA	GESTOR	TELEFONE/ EMAIL
HRHMG	375618-1-03	Daywson Pauli Koerich	48-3664- 9700/hrs@saude.sc.gov.br
IC	671389-0-02	Paulo Carlos Brentano Junior	48-3664- 3000/icsc@saude.sc.gov.br
HST	0243123-8-01	José Augusto da Silva Velho	48-3664-3717/ hst@saude.sc.gov.br

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da entrega das propostas.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

9.1 Comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos serviços entregues;

9.2 A CONTRATANTE/SES pagará a CONTRATADA pela execução dos serviços prestados nos termos e prazos contratualmente previstos, após atestados pelo Fiscal do Contrato e visados pelo Gestor do Contrato de acordo com a norma de contratação;

9.3 Promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

9.4 Os serviços executados pela CONTRATADA serão fiscalizados diretamente pelo Gestor e representante designado pela Administração da Unidade Hospitalar (Fiscal de Contrato), o qual acompanhará e fiscalizará o cumprimento dos dispositivos do Contrato. A



Comissão de Serviços de Análises Clínicas da SES atuará junto a fiscalização, desde o início dos trabalhos, com interesse exclusivo da SES, participando de todos os atos que se fizerem necessários para garantir a execução dos serviços contratados, podendo ser realizadas diligências e auditorias;

9.5 Visita da Comissão de Serviços de Análises Clínicas nos Laboratórios para comprovação da compatibilidade de parque de equipamentos e do corpo técnico qualificado para prestar os serviços de análises clínicas às unidades hospitalares;

9.6 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;

9.7 Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.8 Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

9.9 A CONTRATANTE deverá assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados, ao local de trabalho;

9.10 A CONTRATANTE/SES deverá prestar as informações e os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATADA;

CONDIÇÕES GERAIS

9.11 Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora que tenham servido de base à licitação, bem como, as condições estabelecidas no Edital e Anexos;

9.12 No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a empresa vencedora possa impugnar o seu valor;

9.13 A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições do Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral;

9.14 O Contrato será regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e suas normatizações e regulamentações e pelo Decreto Estadual nº 2.617, de 16 de setembro de 2009;

9.15 Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

10.2 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

Obriga-se a empresa:

10.3 Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato, limitada ao quantitativo de cada item;

10.4 Ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações



determinadas pela legislação em vigor;

10.5 Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento dos serviços objeto do edital;

10.6 Reparar, corrigir, substituir, total ou parcialmente, às suas expensas, serviços objetos do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de execução irregular, de emprego de material ou equipamentos inadequados;

10.7 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega dos serviços;

10.8 Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

10.9 A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas normatizações e regulamentações;

10.10 Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

10.11 A estender aos contratos objeto, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;

10.12 Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

10.13 A CONTRATADA será a responsável por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

10.14 A SES poderá exigir os documentos referentes aos empregados da CONTRATADA. Estes documentos estão relacionados abaixo e devem estar disponíveis para apresentação a qualquer momento:

- a) Contrato de Trabalho de seus empregados;
- b) Contrato de prestação de serviços, quando for o caso;
- c) Registro da carteira de trabalho de empregados;
- d) Controle de horas;
- e) Regulamento interno;
- f) Convenção, acordo ou sentença normativa;
- g) Certificado de regularidade do FGTS;
- h) GFIP;
- i) Folha de pagamento;
- j) Certidão negativa de débitos previdenciários (CND);
- k) Documentos pertinentes à contribuição previdenciária;
- l) Documentos pertinentes à segurança e saúde do trabalho;
- m) Comunicado de acidente do trabalho (CAT), entre outros;
- n) Documentação do Sistema de Gestão da Qualidade (comprovação de treinamentos, plano de manutenção preventiva e outros).



10.15 Mesmo não sendo a fabricante responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

10.16 Não se estabelecerá qualquer relação jurídica entre os empregados da CONTRATADA e a Secretaria de Estado da Saúde. A contratada será a responsável única e direta perante o empregado que contrata para execução do objeto, exercendo a prerrogativa de dirigi-los e ao ônus de remunerá-los de acordo com as disposições trabalhistas, previdenciárias e tributárias vigentes;

10.17 A recusa, demora ou qualquer reclamação no atendimento, independente das sanções cabíveis, permitirá que a SES confie a outrem, a execução dos serviços reclamados e não executados, descontando o seu custo uma única vez, no pagamento subsequente, sem que a CONTRATADA possa impugnar o seu valor;

10.18 A CONTRATADA, representada por sua direção ou preposto, deve participar sempre que convocada, das reuniões técnicas do corpo clínico e da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) da(s) Unidade(s) da SES, a fim de auxiliar nas ações relacionadas a infecção hospitalar, sem quaisquer ônus à SES;

10.19 Informar a escala de funcionários que realizarão os exames no período noturno, finais de semana e feriados a(s) Unidade(s) da SES, durante a vigência do contrato;

10.20 Responsabilizar-se pelo controle da frequência e pontualidade de seus empregados;

10.21 Manter contingente laborativo suficiente para executar os serviços, sem interrupção por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve ou demissão de empregados, sendo necessário substituições de profissionais em prazo hábil, resguardando-se de incolumidade, continuidade e pontualidade dos serviços, além de risco à segurança do trabalhador, no prazo estabelecido pelo Fiscal do Contrato;

10.22 Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, de acidentes de trabalho, alimentação e transporte, apresentando mensalmente a comprovação do recolhimento do GFIP (FGTS e INSS) referente à força de trabalho empregada na prestação dos serviços, com o objetivo de liberação pagamentos das faturas apresentadas ao CONTRATANTE para liquidação;

10.23 Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social, inclusive no que se refere à jornada de trabalho e ao pagamento de salário no prazo da legal;

10.24 Fornecer aos seus profissionais até o último dia útil do mês anterior, de documentos de legitimação previstos no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador) para aquisição de gêneros alimentícios ou refeição, garantida a opção de escolha ao empregado e de vale transporte que corresponda às despesas de locomoção do profissional para o local da prestação do serviço (Dec. Fed. nº 95.247/87, Lei nº 7.418/85, Lei nº 7.619/87). A CONTRATADA assumirá todos os encargos de eventuais demandas trabalhistas, cível ou penal relacionados aos serviços, originariamente ou vinculadas por prevenção, conexão ou continência;

10.25 Encaminhar o profissional que sofrer acidente de trabalho ou aquele que necessitar de atendimento médico em tempo hábil e comunicar a ocorrência ao Fiscal do Contrato;

10.26 Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, licenças, Conselhos Regionais, outros Órgãos públicos Municipais, Estaduais ou Federais necessários e, certidões



solicitadas;

10.27 A CONTRATADA será responsável por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução dos serviços;

10.28 Providenciar a correção das deficiências na execução dos serviços contratados apontadas pela SES;

10.29 A CONTRATADA, independentemente da atuação do Fiscal do Contrato, não se eximirá de suas responsabilidades quanto à execução dos serviços, responsabilizando-se pelo cumprimento das obrigações constantes no Termo de Referência;

10.30 A CONTRATADA se responsabilizará pela idoneidade e pelo comportamento de seus profissionais, prepostos ou subordinados, e, ainda, arcará com o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que seja causado direta ou indiretamente ao patrimônio da Secretaria de Estado da Saúde ou a terceiros pela execução dos serviços prestados;

10.31 Ser responsável pelo dano ou prejuízo decorrente do uso inadequado ou falta de zelo por seus funcionários, dos utensílios, materiais e equipamentos de propriedade da SES, devendo a CONTRATADA comunicar à SES por escrito, toda e qualquer ocorrência de acidentes durante a execução do contrato e ressarcir o prejuízo causado;

10.32 Instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas da CONTRATANTE;

10.33 A CONTRATADA apresentará ao Fiscal do Contrato sempre quando solicitado, a relação nominal acompanhada dos endereços residencial e profissional atualizada e Atestado de Sanidade Física e Mental, obedecendo aos períodos legalmente previstos, dos profissionais que prestarão os serviços, comunicando qualquer alteração ocorrida;

10.34 A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, sempre por escrito, não sendo consideradas quaisquer alegações com fundamento em ordens ou declarações verbais, cujas reclamações atinentes a quaisquer aspectos da execução contratual se obriga prontamente a atender;

10.35 A CONTRATADA e seus subordinados deverão atender com presteza as solicitações/reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando a sua imediata correção sem ônus para a SES;

10.36 Manter permanentemente de validade da documentação: Jurídica, Fiscal, Técnica e Econômico-Financeira da empresa;

10.37 A CONTRATADA preservará a SES/SC, mantendo-a salvo de quaisquer demandas, reivindicações, queixas e representações de qualquer natureza, decorrentes de sua ação;

10.38 A CONTRATADA não poderá se valer do contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos serviços prestados em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização da SES/SC;

10.39 A CONTRATADA indicará um responsável pelo gerenciamento dos serviços, autorizado a tratar com o CONTRATANTE a respeito de todos os aspectos que envolvam a execução do contrato;

10.40 A CONTRATADA emitirá nota fiscal onde constará o nome do exame e respectivo código relacionado com a Tabela de Referência SIGTAP/SUS, Tabela CBHPM e/ou Tabela Própria SES, número de exames realizados e entregará na unidade hospitalar solicitante, conforme a relação mensal de exames realizados, disponibilizada no SGS-Hospitalar;



10.41 Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

10.42 Realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital TODOS os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital:

https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portal-externo/).

10.58 – Da transição e continuidade dos serviços:

10.58.1 – A CONTRATADA deverá apresentar o cronograma de instalação do laboratório nas dependências da unidade hospitalar para a aprovação do gestor e do fiscal de contrato da CONTRATANTE na ocasião da assinatura do contrato, incluindo as ações referentes à segurança física e lógica, bem como os recursos humanos frente a ocorrência de contingências que possam afetar a continuidade dos serviços;

10.58.2 – A CONTRATADA deve estar apta para iniciar as suas atividades no máximo em 30 (trinta) após a assinatura do contrato, na data definida pela CONTRATANTE, de acordo com o encerramento do contrato com o atual prestador de serviços;

10.58.3 – Os serviços pagos a cada contratado devem corresponder ao projetado no plano de transição aprovado, evitando o pagamento ao contratado anterior por serviços já encerrados e transferidos;

10.58.4 – As responsabilidades da nova CONTRATADA devem ser definidas na fase de encerramento do contrato anterior, evitando a alegação de dificuldades para a prestação dos serviços e cumprimento do novo contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. A proponente que for adjudicado no(s) lote(s) desta licitação, será notificada a comparecer para assinatura do Contrato, devendo para isso efetuar na Secretaria de Estado da Saúde, a título de GARANTIA CONTRATUAL, o recolhimento da importância de 5% do valor total do Contrato que terá seu valor atualizado nas mesmas condições, no caso de reajustes e prorrogações;

11.2. No caso de rescisão, a liberação da garantia contratual ficará condicionada a verificação de cumprimento das obrigações firmadas no presente instrumento, podendo esta Secretaria, em caso de prejuízo, promover a execução da garantia contratual para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração;

11.3. A Garantia Contratual poderá ser feita em uma das seguintes modalidades:

11.3.1. Moeda corrente no país ou em títulos de dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

11.3.2. Fiança bancária;

11.3.3. Seguro-garantia;

11.4. A fiança bancária deverá ser fornecida por um banco localizado no Brasil.



11.4.1. O seguro garantia será realizado mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País e em nome da Secretaria de Estado da Saúde, cobrindo o risco de quebra do contrato.

11.4.2. A Garantia Contratual e os reforços somente poderão ser levantados 30 (trinta) dias após a data do término do Contrato e aceite pela Secretaria de Estado da Saúde.

11.4.3. O pedido de devolução deverá ser protocolado e acompanhado do original da guia de recolhimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO

12.1. Proceder-se-á a alteração do Contrato, quando couber, na forma e condições estabelecidas no artigo 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

12.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

13.1. O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da CONTRATANTE, sem que à Contratada caiba qualquer indenização, ou, reclamação, nos seguintes casos:

13.2. Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos serviços prestados;

13.3. Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada;

13.4. Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas;

13.5. Em caso de contratação decorrente de procedimento licitatório.

13.6. A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, prevista no art 104, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1 O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.2 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.2.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.3 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3 Indenizações e multas.

14.5 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

16.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

16.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

16.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

16.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

16.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

16.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 16.1.1 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 5 % (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 16.1.1 a 16.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 16.1.2 a 16.1.7 deste Aviso de Dispensa Eletrônica, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 16.1.8 a 16.1.12. bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;



16.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

16.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

16.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Dispensa Eletrônica, em hipótese alguma, excluem a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

16.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

16.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública, resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16.11. As penalidades aplicadas serão registradas no Cadastro de Penalidades Administrativas aplicadas a fornecedores por órgãos e entidades pertencentes ao Poder Executivo do Estado de Santa Catarina – CADPEN/SC;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO ATENDIMENTO A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

17.1. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

17.2. A CONTRATADA declara que designou Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, nos termos do § 1º do art. 41 da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), e se compromete a informar os dados de identidade e informações de



contato deste encarregado na ocasião da assinatura deste contrato. A CONTRATADA também se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído;

17.3. A CONTRATADA somente poderá tratar dados pessoais dos usuários dos serviços contratados, nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais para nenhuma outra finalidade.

17.4. A CONTRATADA se certificará de que seus empregados, representantes, e prepostos agirão de acordo com o presente contrato e com as leis de proteção de dados e eventuais instruções transmitidas pela CONTRATANTE sobre a presente cláusula, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do objeto contratual, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), certificando-se a CONTRATADA de que seus empregados, representantes, e prepostos assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitos a obrigações legais de confidencialidade.

17.5. Se o titular dos dados ou terceiros solicitarem informações à CONTRATADA relativas ao tratamento de dados pessoais que detiver em decorrência do presente contrato, a CONTRATADA submeterá esse pedido à apreciação da CONTRATANTE, não podendo, sem instruções prévias da CONTRATANTE, transferir, compartilhar e/ou garantir acesso aos dados pessoais que detenha por força do presente contrato, sendo, em regra, vedada a transferência das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do próprio contrato; se a solicitação for realizada por autoridade de proteção de dados, a CONTRATADA informará imediatamente à CONTRATANTE sobre tal pedido e suas decorrências.

17.6. A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento das obrigações previstas nas leis de proteção de dados, quando relacionadas ao objeto contratual, especialmente nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados, incluindo pedidos de acesso, retificação, bloqueio, restrição, apagamento, portabilidade de dados, ou o exercício de quaisquer outros direitos dos titulares de dados com base nas Leis Aplicáveis à Proteção de Dados.

17.7. Quando solicitada, a CONTRATADA fornecerá à CONTRATANTE, no prazo de 2 (dois) dias úteis, todas as informações necessárias para comprovar a conformidade das obrigações da CONTRATADA previstas neste contrato com as leis de proteção de dados, inclusive para fins de elaboração de relatórios de impacto de proteção e riscos de uso de dados pessoais.

17.8. A CONTRATADA prestará assistência à CONTRATANTE no cumprimento de suas outras obrigações de acordo com as leis de proteção de dados nos casos em que estiver implícita a assistência da CONTRATADA e/ou nos casos em que for necessária a assistência da CONTRATADA para que a CONTRATANTE cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados.



17.9. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE, por escrito, em até 2 (dois) dias úteis a contar do momento em que tomou ciência da violação, ou em menor prazo, se assim vier a recomendar ou determinar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

17.10. A CONTRATADA indenizará a CONTRATANTE, em razão do não cumprimento por parte da CONTRATADA das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face da CONTRATANTE a esse título

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

18.1. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir total ou parcialmente o objeto do contrato a terceiros ou a eles associar-se sem prévia autorização da Contratante sob pena da imediata rescisão do contrato e demais sanções aplicáveis.

18.2. No caso de recusa ou demora no atendimento a qualquer reclamação independente das sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá confiar a outrem a execução do contrato, descontando o seu custo de uma só vez, no primeiro pagamento a ser feito, sem que a em presa vencedora possa impugnar o seu valor.

18.4. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de ver exigido, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

18.5. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Décima;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

19.1. Este instrumento está vinculado ao Edital de Cotação Eletrônica nº 36/2024, contante no processo SES 127261/2023, do qual é parte integrante, bem como seus anexos e a proposta da empresa vencedora.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

20.1. Este contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e das disposições de direito privados

20.1.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA OBRIGAÇÃO DE MANTER AS CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA CONTRATAÇÃO

21.1. A CONTRATADA obriga-se a manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO:



22.1. O presente Contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Estado, após sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA ANTICORRUPÇÃO CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA CGE/SEA nº 01/2020

23.1. As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores;

23.1.1. Declaram que tem conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais as Leis nºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis.

23.1.2. Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no item anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados.

23.1.3. Comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato.

23.1.4. Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa Conjunta CGE/SEA nº 001/2020, além de outras, é causa para rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO ATENDIMENTO A LEI 17.983 DE 19 DE AGOSTO DE 2020

24.1. Fica obrigada a publicação do nome do proprietário ou de todos os sócios-proprietários integrantes de pessoas jurídicas contratadas para fornecer serviços e produtos, aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como aos demais órgãos da Administração Direta e Indireta, independente da forma de contratação.

24.1.1. A publicação deverá ser no Portal da Transparência do órgão contratante, em local de fácil acesso, devendo constar:

I - relação dos sócios-proprietários com o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF);

II - endereço da sede da empresa contratada, em conformidade com contrato social;

III - foto da fachada da sede da empresa; e

IV - extrato da minuta do contrato firmado entre Administração Pública e a empresa contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

25.1. Observar o que dispõe a Lei nº 13.787, de 2018 que regula a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente e a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), estabelece regras gerais sobre a proteção de dados e Ofício circular nº 28/2021 da SEA/SC.

25.2. A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;

25.3. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;

25.4. A não se apropriar de material confidencial e/ou sigiloso que venha a ser disponibilizado;

25.5. A não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por meu intermédio, e



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – SGA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – DLIC

obrigando-me, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e/ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DO FORO

26.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Contratante

Contratada

Testemunhas:

1. _____

2. _____



GOVERNHO
SANTA CATARINA
SECRETARIA DA SAÚDE

MINUTA DE CONTRATO nº XXX/2024 - SES 127261/2023
Rua Esteves Júnior, 160 – 2º andar. Centro – Florianópolis / SC - 88.015-130
Telefones: 3664-8753 / 3664-8741 - e-mail: gecondlic@saude.sc.gov.br

Página 20 de 20
GELIC/NUCOM

ANEXO IV

MINUTA DE CONCESSÃO REMUNERADA DE USO DE BEM PÚBLICO

Processo SES XXXX/2023

Termo de Concessão Remunerada de Uso de Bem Público, celebrado entre o ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde e a Empresa....., autorizado através do Processo SES 127261/2023, Cotação Eletrônica nº 36/2024, na modalidade de Cotação Eletrônica.

CEDENTE: Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde
CNPJ/MF nº 80 673.411/0001-87
Endereço: (sede) Rua Esteves Júnior, 160 - Ed. Halley
Centro - Florianópolis - SC
Representada por:

CESSIONÁRIA: Empresa:
CNPJ/MF nº
Endereço:
Representada por:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 - A CEDENTE é proprietária de área física localizada no interior para a UNIDADE, situado a concede a CESSIONÁRIA pelo prazo de....., conforme vigência do Contrato de Prestação de Serviços n.º...../....., a partir da data de assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 - A CESSIONÁRIA pagará à CEDENTE o valor mensal de R\$ 43,21 (Quarenta e três Reais e vinte e um Centavos) por m² referente ao aluguel e de R\$ 8.950,52 (Oito Mil, novecentos e cinquenta Reais e cinquenta e dois centavos) do valor total do aluguel, a título de taxa de manutenção (condomínio), perfazendo um total mensal de R\$ 32,61 (Trinta e dois Reais e oitenta e um Centavos);

2.1.1 – Em caso de prorrogação do contrato, a SES atualizará a remuneração da área física, estabelecida no item anterior, com base na média simples entre o INPC (IBGE) e IGP-DI (FVG), do período;

2.2 – A CEDENTE fornecerá estrutura de água (à temperatura ambiente), gás (GLP ou gás natural) e energia elétrica para a realização dos serviços. A CESSIONÁRIA será responsável pela instalação dos medidores necessários para a perfeita medição das despesas anteriormente mencionadas. A instalação dos respectivos medidores deverá ser supervisionada e aprovada pela Gerência de Manutenção da Secretaria de Estado da Saúde, sem as quais a execução dos serviços de nutrição não poderão ser iniciados. Ficará a cargo da CESSIONÁRIA o pagamento das despesas mensais de água, energia elétrica e gás;

2.3 – A CESSIONÁRIA pagará à SES, por meio de boleto bancário emitido pela Gerência de Administração Financeira da Secretaria de Estado da Saúde, com vencimento no último dia útil de cada mês.

2.4 – A simples falta de pagamento nas épocas determinadas importará em mora, ou seja, 2% (dois por cento) de multa ao mês, mais juros legais, independentemente de interpelação judicial, ou outro qualquer aviso e só por força do presente termo.

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 - Ficarão a cargo da CESSIONÁRIA as obras que por ventura forem necessárias relativamente à segurança, conservação e higiene da área, não lhe cabendo direito algum a indenização pelas benfeitorias, modificações e obras que fizer no imóvel e que deverão ser precedidas do consentimento expresso da CEDENTE, as quais ficarão incorporadas ao imóvel após o término do contrato, caso não prefira o CEDENTE que o mesmo seja repostado na situação em que se encontra neste ato;

3.1.1 - A edificação ou ampliação de benfeitorias pelo concessionário ou permissionário ficam condicionadas à prévia autorização do concedente ou permitente, respeitadas as normas de engenharia aplicáveis à espécie;

3.1.2 - Serão de responsabilidade do concessionário ou permissionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos das concessões ou permissões de uso remunerado de que trata esta Lei, inclusive os de conservação, melhoria, segurança, impostos e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da concessão ou permissão de uso;

3.2 - Em caso de término do contrato, a CESSIONÁRIA que esteja ocupando área física da SES, deverá devolver tal área em perfeitas condições de uso (pintada, instalações elétricas e hidráulicas em boas condições e mediante vistoria da Secretaria de Estado da Saúde que comprovem o cumprimento da cláusula);

3.2.1 - Findo o prazo concedido para a concessão ou permissão de uso remunerado, o concedente ou permitente retomar imediatamente a posse do espaço físico do imóvel, incorporando-se ao patrimônio

deles todas as benfeitorias realizadas no imóvel pelo concessionário ou permissionário, sem que estes tenham direito a indenização;

3.3 - Caberá a CEDENTE através do fiscal do contrato em conjunto com o representante da CESSIONÁRIA, elaborar em até 10 (dez) dias após o início da vigência, uma relação detalhada contendo os equipamentos, móveis, utensílios e acessórios de propriedade da CEDENTE e cedido à CESSIONÁRIA por força do contrato, devendo constar no mínimo a descrição, marca, modelo, número do patrimônio se houver e número de série se houver;

3.3.1 - A relação elaborada nos termos do item anterior deverá ser anexada ao contrato para fins de controle do fiscal e gestor, com cópia para a CESSIONÁRIA e para a Diretoria de Licitações e Contratos;

3.3.2 - A CESSIONÁRIA arcará com o ônus da manutenção preventiva e corretiva de todos os equipamentos, móveis, utensílios e acessórios cedidos relacionados conforme item 3.3.

3.4 - Enquanto durar as concessão de uso remunerado, o concessionário ou permissionário defenderá o espaço físico do imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo concedente ou permitente, sob pena de indenização dos danos, sem prejuízo do estabelecido no art. 103 da Constituição do Estado

CLÁUSULA QUARTA

4.1 - A CESSIONÁRIA obriga-se a não se utilizar do imóvel para outro fim que não seja para prestação de serviços objeto do processo Cotação Eletrônica n.º 36/2024, Contrato de Prestação de Serviços n.º...../ , sob pena de rescisão imediata do presente termo;

4.2 - Não será permitido transferir este contrato a outrem ou sublocá-lo no todo ou em parte sem o expresse consentimento da CEDENTE;

4.2.1 – Não será permitido ao concessionário oferecer o imóvel como garantia de obrigação

4.2.2 – Desviar a finalidade da concessão ou permissão de uso remunerado ou executar atividades contrárias ao interesse público.

4.3 - O descumprimento de qualquer cláusula do presente instrumento pela CESSIONÁRIA, bem como o descumprimento do exposto nos artigos 5º, 6º, 7º e 8º da Lei nº 18.305/2021, acarretará em rescisão unilateral por parte da CEDENTE, sem que haja qualquer tipo de indenização a mesma.

CLÁUSULA QUINTA

5.1 - O presente instrumento é regido pela Lei n. 14.133/2021 e alterações, inclusive no que se refere às alterações e sua rescisão, sempre com a prerrogativa da supremacia do interesse público;

5.2 - Ambos os contratantes elegem o foro da Comarca de Florianópolis - SC, para decidir qualquer questão judicial originária deste instrumento.

E, por assim acordarem firmam este instrumento.
Florianópolis,

CEDENTE

CESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

ANEXO IV – A
VALORES DE ALUGUEL E CONDOMÍNIO POR UNIDADE HOSPITALAR

UNIDADE	METRAGEM A SER LOCADA EM (M ²)	VALOR DO M ² ALUGUEL	TOTAL ALUGUEL	CONDOMÍNIO	VALOR TOTAL
HRHMG/IC/HST	207,14	43,21	8.950,52	32,61	6.754,83